

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH

DANIELLE THAÍS VITAL GONÇALVES LONGO

**O indigenismo brasileiro na revista *América Indígena*: órgão trimestral del
Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945)**

MARINGÁ – PR

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH

DANIELLE THAÍS VITAL GONÇALVES LONGO

**O indigenismo brasileiro na revista *América Indígena*: órgão trimestral del
Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Estadual
de Maringá como parte dos
requisitos para a obtenção do título
de Mestre em História

Área de concentração: História,
Cultura e Política.

Linha de Pesquisa: História
Política.

Orientador: Prof^a Dr^a Natally
Vieira Dias

MARINGÁ – PR

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L856i

Longo, Danielle Thaís Vital Gonçalves

O indigenismo brasileiro na revista América Indígena : órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-945) / Danielle Thaís Vital Gonçalves Longo. -- Maringá, PR, 2020.

94 f.: il., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Natally Vieira Dias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Indigenismo - Brasil. 2. Revista América Indígena - Intelectuais. 3. Índios - Brasil - História. I. Dias, Natally Vieira, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

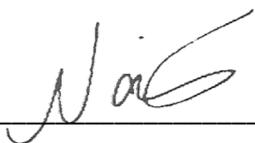
CDD 23.ed. 980.41

DANIELLE THAÍS VITAL GONÇALVES LONGO

**O INDIGENISMO BRASILEIRO NA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA*:
ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA
INTERAMERICANO (1941-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

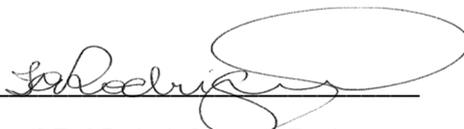
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Natally Vieira Dias
Presidente/Orientador



Prof Dr Igor Luis Andreo
Membro convidado (UEL)



Profª Drª Isabel Cristina Rodrigues
Membro Corpo Docente (UEM)

Maringá
2020

Agradecimentos

Direciono meus agradecimentos a Deus, que se mostrou presente em todos os momentos da minha vida, me guiando e proporcionando saúde, fé e perseverança.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Natally Vieira Dias, por toda instrução ofertada desde a graduação e ao longo de toda a pesquisa, pela sua dedicação incondicional, disponibilidade, compreensão e paciência diante das minhas dúvidas e dificuldades, sempre comprometida a auxiliar no meu crescimento acadêmico e pessoal. Não há palavras para dizer o quão especial foi ter você como orientadora, e como sou grata por acreditar em mim. Muito obrigada pelos valiosos ensinamentos e principalmente pela oportunidade e confiança depositada em mim ao longo desses anos de trabalho. Sem você nada disso seria possível!

Aos professores membros da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Rodrigues e Prof.^a Dr.^a Adriane Vidal Costa, e aos membros da banca de defesa, Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Rodrigues e Prof. Dr. Igor Luis Andreo, pelos apontamentos e contribuições com a pesquisa.

Ao meu esposo Eduardo, meu companheiro, amigo e incentivador, pelo suporte, compreensão, paciência e principalmente pelo apoio incondicional.

Ao meu filho Gabriel - minha força e motivação - por compreender os momentos de ausência e cansaço.

À toda minha família, em especial a minha mãe Ana Maria, minha avó Minervina e minha irmã Amanda pelo amor incondicional, incentivo e orações.

Ao meu amigo Guilherme Gomes, por ter percorrido comigo essa caminhada desde o início do processo até a defesa, sempre solidário e prestativo ofereceu todo seu apoio e atenção nos momentos em que tudo parecia incerto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo financeiro que subsidiou a pesquisa.

À Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPH).

A todos acima citados e aos que torceram pelo meu sucesso e contribuíram, de forma direta ou indireta, para realização desta pesquisa expresso minha eterna gratidão.

Resumo

Este trabalho analisa a presença do indigenismo brasileiro em *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*, através dos artigos sobre o Brasil que foram publicados na revista oficial do Instituto desde o seu início, em 1941, até o fim do Estado Novo brasileiro, em 1945.

A pesquisa se insere nos marcos da Nova História Política (RÉMOND, 2003). É dentro dessa perspectiva teórico-metodológica que analisamos a atuação pública dos intelectuais (ALTAMIRANO, 2006 e 2010; SIRINELLI, 2003), por meio da publicação de artigos em uma revista intelectual (SARLO, 1992; PITA GONZÁLEZ, 2016) de caráter indigenista. Em *América Indígena* (A.I.) publicavam intelectuais de todo o continente interessados em discutir a questão indígena e construir políticas públicas para melhorar a vida dos nativos, de acordo com a perspectiva desses intelectuais. A revista acabou se constituindo no principal elemento formatador de uma rede intelectual indigenista de caráter transnacional, tecida em torno do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) (DIAS, 2018).

Através da pesquisa, pudemos identificar que houve um diálogo muito próximo entre o indigenismo brasileiro presente em A.I. e o indigenismo oficial do I.I.I., que no período estudado era dirigido pelo antropólogo mexicano Manuel Gamio.

Nosso trabalho mostra que boa parte dos brasileiros que publicaram em A.I. tinha ligação com a instituição oficial do indigenismo brasileiro – o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910 – e/ou com a figura do marechal Cândido Rondon, que tinha sido o primeiro diretor do SPI e cuja Comissão de Linhas Telegráficas havia sido o embrião da instituição indigenista brasileira. Pudemos perceber, ao longo da pesquisa, que a maior parte dos artigos sobre o Brasil publicados na revista oficial do I.I.I. teve um cunho propagandista do indigenismo brasileiro, que podia ganhar repercussão continental através das páginas de A.I.

Outra importante questão que identificamos na pesquisa é que, além do discurso verbal, por meio dos artigos, a presença do indigenismo oficial brasileiro em A.I. também explorou a dimensão da visualidade, através da publicação de fotografias de indígenas do Brasil na revista oficial do I.I.I. Analisamos esse discurso visual de forma relacionada com o verbal, a partir da perspectiva da História Visual (MENESES, 2003).

Palavras chaves: Indigenismo; Intelectuais; revista *América Indígena*.

Abstract

The aim of the current study is to analyze Brazilian indigenism in *América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*, based on articles about Brazil published in the official journal of the Institute since its launching, in 1941, until the end of the Brazilian *Estado Novo*, in 1945.

The research falls within the framework of the New Political History (RÉMOND, 2003). This theoretical-methodological perspective was used to analyze the public performance of intellectuals (ALTAMIRANO, 2006, 2010; SIRINELLI, 2003) through the publication of articles in the mentioned intellectual journal (SARLO, 1992; PITA GONZÁLEZ, 2016). *América Indígena* (A.I.) used to publish articles written by intellectuals from all over the American continent, who were interested in discussing about the indigenous issue and in building public policies to help improving the lives of native communities, based on the perspective of these intellectuals. The journal became the main element capable of formatting an intellectual indigenist network of transnational nature, which was built around the Inter-American Indigenist Institute (I.I.I.) (DIAS, 2018).

The current research enabled identifying a remarkably close dialogue between the Brazilian indigenism and the official indigenism of I.I.I. observed in A.I., which was managed by Mexican anthropologist Manuel Gamio, during the investigated period.

Most Brazilians who published in A.I. were bond to official Brazilian indigenism, mainly to the *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI) and/or to Marshal Cândido Rondon, who had previously been the first SPI director and whose *Comissão de Linhas Telegráficas* had been the embryo of this Brazilian indigenist institution. Throughout the research, it was possible seeing that most articles about Brazil which were published in the official I.I.I. journal had a nature of propaganda associated with the official Brazilian indigenism, which could spread out across the continental scenario through A.I.

Another important issue identified in the research was that, in addition to the verbal discourse in the articles, the Brazilian indigenism observed in A.I. has explored the visual dimension by publishing photos of Indians from Brazil in the official I.I.I. journal. Such a visual discourse was analyzed in relation to the verbal one, based on Visual History's perspective (MENESES, 2003).

Keywords: Indigenism; Intellectuals; *América Indígena* journal.

SUMÁRIO

Introdução	p. 8
Capítulo 1 - Indigenismos brasileiro e interamericano: entre conexões e distanciamentos	
1.1. A formação do indigenismo brasileiro na República e sua configuração durante o Estado Novo	p. 14
1.2. O surgimento do indigenismo interamericano na década de 1940 e a complexa inserção do Brasil no projeto continental	p. 33
Capítulo 2 – O indigenismo brasileiro nas páginas de <i>América Indígena</i>: a sombra de Rondon	
2.1. Os artigos de cunho oficial e de propaganda	p. 44
2.2. Os artigos científicos	p. 62
Capítulo 3 - Imagens dos “índios” e do indigenismo brasileiro: a dimensão visual da presença brasileira em <i>América Indígena</i>	p. 73
Considerações finais	p. 86
Fontes e referências bibliográficas	p. 88

Introdução

Esta pesquisa estuda a presença do indigenismo brasileiro na revista *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*, através da análise de artigos sobre o Brasil que foram publicados desde o início da revista, em 1941, até o fim do Estado Novo brasileiro, em 1945.

O tema do indigenismo é muito presente na história da América em razão de sua história marcada pela e subjugação dos povos originários. Apesar da grande diversidade desses povos, o termo “índios” foi aplicado de forma genérica pelos colonizadores – desde Cristóvão Colombo, em fins do século XV – para se referir às populações nativas das Américas. Desde aquela época, as elites dirigentes das sociedades americanas têm encarado os “índios” como um “problema”, prático ou conceitual, como observa historiador Emilio Kourí (KOURÍ, 2010).

Como mostra esse autor, “a suposta alteridade histórica do indígena, postulada como a base de sua perene subjugação”, tornou-se, ao longo do tempo, um elemento que exigiu “explicação, justificação, remédio ou solução”. As respostas que foram dadas a essa questão variaram ao longo do tempo e ganharam diferentes expressões, de acordo com os países ou regiões onde se desenvolveram. No entanto, precisamente o amplo e heterogêneo conjunto de “conceitos, reflexões, análises, políticas e exortações a respeito do índio e de sua história” recebe a denominação “indigenismo” (Idem, p. 419).¹

Diante da amplitude e heterogeneidade do conceito, é primordial utilizar uma perspectiva mais específica, que permita articular melhor o nosso objeto de estudo. Partimos da definição de Henri Favre (1999), que caracteriza o indigenismo não apenas como uma corrente de opinião e estudos sobre o tema indígena, mas como discursos e práticas favoráveis aos indígenas formulados por não-indígenas. Favre destaca que no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1970 o indigenismo teve seu apogeu na América Latina como um movimento ideológico que colocava o indígena no centro da problemática social, estando muito ligado ao nacionalismo (FAVRE, 1999, p. 10).

Foi nesse contexto que se deu a criação do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e sua revista, que é a nossa fonte principal. O I.I.I. foi fundado por iniciativa mexicana a partir do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade de Pátzcuaro, no México, em 1940. O Congresso foi convocado pelo presidente Lázaro

¹ As traduções da bibliografia e das fontes em língua estrangeira são nossas.

Cárdenas no final do seu governo (1934-1940) e pelos indigenistas ligados ao seu projeto estatal, liderados pelo educador Moisés Saénz (GIRAUDO, 2011).

O I.I.I. buscou reunir os intelectuais indigenistas de todo o continente com o objetivo de discutir sobre a questão indígena e formular políticas públicas voltadas para esses povos nos vários países. Desde o começo, é perceptível a liderança do México na instituição e de sua inspiração no indigenismo do México pós-revolucionário.² O primeiro diretor do I.I.I. foi Moisés Saénz, que tinha sido o organizador das escolas rurais mexicanas na década de 1920. Mas com a morte de Saénz, logo após a fundação do I.I.I., em 1941, o antropólogo Manuel Gamio, também mexicano, se tornou o diretor da instituição, ficando à frente dela até 1960, quando também faleceu.

O Brasil se envolveu no projeto do I.I.I. desde o começo. Mandou representantes para o Primeiro Congresso Indigenista de Pátzcuaro, em 1940, e participou do Comitê Executivo que formou a instituição, sendo representado pelo etnólogo Roquette Pinto. Mas a relação oficial do Brasil com o I.I.I. foi bastante complexa, pois, mesmo com intelectuais brasileiros participando da instituição desde o início dos anos 40, o governo relutou em formalizar a adesão do país ao I.I.I. porque considerava que parte das lideranças mexicanas da instituição continental flertava com o comunismo. (PALACIOS, 2008, p. 278-279) A formalização da adesão brasileira ao indigenismo continental só ocorreu em 1954, no ano seguinte ao I.I.I. ter se tornado um órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Tendo em vista essa complexa relação do Brasil com o I.I.I., buscamos compreender como se deu o diálogo do indigenismo brasileiro com o indigenismo continental através da análise dos artigos sobre o Brasil publicados na revista oficial do I.I.I. A primeira observação que fazemos é que a participação dos brasileiros em *América Indígena* (A.I.) foi quantitativamente importante. Entre 1941 e 1945, foram publicados 14 artigos sobre o Brasil na revista. A título de comparação, verificamos que a presença do Brasil foi superior, por exemplo, à do Peru, que era um dos países de mais atuação indigenista na época e só teve 8 artigos publicados em A.I. até 1945 (RIBEIRO, 2017). Sobre a Argentina, encontramos apenas 3 artigos em A.I. no mesmo período.

Entre os autores dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I., vários eram ligados à principal instituição do indigenismo oficial brasileiro, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ou diretamente ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Isso, como

² Sobre o desenvolvimento do indigenismo no México a partir da Revolução de 1910, consultar: DEL VAL; ZOLLA, 2014 e KOURÍ, 2010.

veremos, culminou numa escrita enaltecedora da instituição e da figura do marechal em vários artigos. Entre os autores desses textos, destacamos que o próprio Rondon e o diretor do SPI na época, o capitão Vicente de Paula Teixeira Fonseca Vasconcelos.

Outro exemplo importante é o do capitão Amílcar Botelho de Magalhães. Além de também ser um militar, ele era, na época, juntamente com Rondon, membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), órgão vinculado ao SPI. Magalhães tinha sido integrante da Comissão de Linhas Telegráficas e acompanhante de Rondon ao longo de sua atuação indigenista, desde o período da direção do SPI, entre 1910 e 1930, até o cargo no CNPI. Esse militar indigenista, que também foi autor de uma biografia do marechal – *Rondon: uma Relíquia da Pátria*, de 1942 –, foi o intelectual brasileiro que mais publicou artigos em A.I. Só ele publicou 7 dos 14 artigos totais sobre o Brasil presentes na publicação indigenista continental no período estudado. Certamente por conta da sua ligação com o SPI e com Rondon, seus artigos são muito enaltecedores dos trabalhos prestados pelo órgão e pelo marechal à nação.

Portanto, trabalhamos com a hipótese de que a participação brasileira na revista do I.I.I. se deu principalmente com o intuito de fazer propaganda do SPI e, por consequência, do Estado Novo brasileiro.

Como boa parte dos autores brasileiros que publicaram em A.I. no período estudado eram ligados aos órgãos oficiais do indigenismo brasileiro, nosso trabalho lida principalmente com indigenismos oficiais. De um lado, temos o I.I.I. como a instituição oficial do indigenismo interamericano, de outro lado, o indigenismo oficial brasileiro. Por isso, trabalhamos o indigenismo não apenas como um discurso social, mas também como uma prática política institucional, exercida através de órgãos indigenistas específicos, como o SPI, e o I.I.I.

Como observam José Del Vall e Carlos Zolla (2014), a política indigenista também é chamada, às vezes, de “indigenismo de Estado”, por se tratar, normalmente, de uma ação política realizada por este. Mas o indigenismo de Estado também se relaciona com o pensamento indigenista dos intelectuais, pois são eles que analisam a realidade indígena e propõem políticas públicas. Então, pensamento e ação indigenista se unem.

Portanto, os intelectuais assumem um papel central quando falamos de indigenismo. Assim como no caso do conceito de indigenismo, também existem várias concepções de intelectual. Em nossa pesquisa, usamos o conceito proposto pelo historiador argentino Carlos Altamirano (2006; 2010), que coloca ênfase no papel público, político, desses produtores de ideias, cujo pensamento interpela não apenas os

seus pares, mas também a opinião pública. Para Altamirano, podemos atribuir a denominação de intelectual a várias figuras do mundo cultural, “sejam escritores ou artistas, criadores ou difusores, eruditos, expertos ou ideólogos”, desde que atuando “no papel que os torna socialmente mais visíveis: atores do debate público” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9).

Consideramos que a discussão em torno da questão indígena foi um dos debates públicos mais marcantes do continente no século XX. Portanto, ao publicar seus textos numa revista de cunho internacional, esses intelectuais estavam participando desse debate em nível continental, para além dos seus próprios contextos nacionais. Como mostrou Natally Dias (2018), a revista A.I. acabou se tornando o eixo a partir do qual foi tecida uma ampla rede intelectual de caráter transnacional em torno do I.I.I.

A rede, enquanto uma forma de sociabilidade intelectual que não passa necessariamente pela proximidade física, é uma categoria central para nossa pesquisa. Como propõe Eduardo Devés (2007), podemos falar em rede intelectual quando um grupo de intelectuais “se comunicam em razão de sua atividade profissional” durante um período significativo (DEVÉS-VALDÉS, 2007, p. 30). O I.I.I., conseguiu reunir, principalmente através de sua revista, um grupo significativo de intelectuais indigenistas de todo o continente, que discutiram entre si sobre a questão indigenista continental e suas diversas facetas nacionais.

A forma como trabalhamos os intelectuais e suas sociabilidades está vinculada com a renovação da História Política, tal como expresso na obra organizada por René Rémond (2003). Dentro das novas discussões apresentadas por essa perspectiva historiográfica, os intelectuais ganharam um papel central para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos. Como propõe Jean-François Sirinelli (2003), a atuação dessas figuras deve ser pensada não apenas individualmente, mas também em conjunto, levando em conta a dimensão da sociabilidade intelectual.

Sirinelli chega a destacar o papel das revistas como importantes espaços de sociabilidade intelectual, porém ele está se referindo ao contato físico entre os editores das publicações, cujas redações se tornam “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Mas pensamos que a mesma “fermentação intelectual” pode ocorrer quando não se trata de uma revista que reúne fisicamente seus editores e colaboradores. As redes intelectuais transnacionais gestadas em torno de revistas, como é o caso de A.I., também

podem ser importantes espaços de sociabilidade, como tem sido mostrado pela literatura sobre o assunto (MAÍZ, 2011; PITA GONZÁLEZ, 2016).

Como destaca a historiadora mexicana Alexandra Pita González (2016), as revistas intelectuais são “uma estrutura essencial de sociabilidade”, elas representam um “microcosmo” a partir do qual se pode “observar as dimensões política e cultural, bem como as redes de sociabilidade formadas nesses microclimas [intelectuais] singulares”, que as revistas representam (PITA GONZÁLEZ, 2016, p. 2). Essa ideia das revistas intelectuais como representativas de “microclimas” dentro do amplo universo intelectual pode ser relacionada com a proposta de Sirinelli (2003) de que todo grupo de intelectuais se organiza “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

No caso que estudamos, entendemos que o indigenismo representava uma sensibilidade ideológica comum que levou ao diálogo entre intelectuais de diversos países do continente e o I.I.I., através de sua publicação. Mas, como já mencionamos, o indigenismo é algo muito vasto. Então, dentro da nossa pesquisa, é importante verificar qual era a visão de indigenismo predominante no I.I.I. e em relação aos brasileiros que publicaram em A.I.

Para entender isso, trabalhamos também com alguns editoriais da revista, que eram escritos por seu diretor, Manuel Gamio, e também com sua principal obra, *Forjando patria*, publicada em 1916. A partir dessas leituras, pudemos observar que a concepção de indigenismo de Gamio – e, por extensão, do I.I.I. sob sua direção – era muito semelhante às ideias que aparecem na maioria dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I. É possível que isso seja um fator explicativo para a grande presença de artigos de brasileiros na publicação, como já destacamos.

Ao caracterizar A.I. como uma revista intelectual, temos em mente as questões colocadas por Beatriz Sarlo (1992). Segundo ela, as revistas produzidas por intelectuais são criadas para intervir em uma determinada conjuntura que se pretende modificar, por isso, os textos que aparecem nesse tipo de revista vão além da simples publicação e têm o sentido de uma ação, uma intervenção intelectual, que é ao mesmo tempo cultural e política. No caso de A.I., a conjuntura à qual a publicação se referia e sobre a qual buscava atuar era a difícil realidade indígena no continente e em seus vários países. Nesse sentido, fica evidente em suas páginas que os textos ali publicados tinham o propósito não só de discutir a questão indígena, mas também de pensar políticas públicas voltadas para as

populações nativas, de acordo com o que esses intelectuais não-indígenas acreditavam ser o melhor para os indígenas.

A revista A.I. ainda é pouco explorada pela historiografia. Assim, acreditamos que nossa pesquisa poderá contribuir para ajudar a superar a relativa falta de estudos sobre esse importante periódico, que era uma publicação oficial do I.I.I. e que foi muito longo, sendo publicado por cerca de seis décadas, até o começo dos anos 2000.

Nosso texto está organizado em três capítulos. No primeiro, discutimos a formação do indigenismo oficial brasileiro na Primeira República brasileira, a partir da criação do SPI, e discutimos sua configuração durante o Estado Novo. Em seguida, apresentamos o surgimento do indigenismo interamericano, no início da década de 1940, e a complexa relação do Brasil com o I.I.I.

No segundo capítulo, analisamos os artigos sobre o Brasil que foram publicados em A.I. entre 1941 e 1945. Dividimos nossa análise em duas partes. Na primeira, abordamos os artigos que tinham um claro cunho de propaganda do indigenismo oficial brasileiro e, na segunda, os artigos que apresentam um cunho mais científico, nos quais são apresentados resultados de pesquisas antropológicas sobre indígenas do território brasileiro.

No terceiro e último capítulo, analisamos a dimensão da visualidade envolvida na presença brasileira em A.I., através da análise das fotografias de indígenas do Brasil presentes na publicação no período analisado. Buscamos identificar relações entre essas imagens e os textos verbais sobre o contexto brasileiro publicados na revista. Apesar de a grande maioria das fotografias terem sido publicadas de forma independente dos artigos, percebemos que o discurso visual expresso através delas dialoga diretamente com o conteúdo de muitos dos artigos de indigenistas brasileiros publicados em A.I.

Capítulo 1

Indigenismos brasileiro e interamericano: entre conexões e distanciamentos

1.1. A formação do indigenismo brasileiro na República e sua configuração durante o Estado Novo

O indigenismo oficial brasileiro na República teve como marco a fundação do SPI, em 1910. Sobre a estruturação de uma instituição indigenista no contexto do novo regime político, Antônio Carlos de Souza Lima (1987), destaca que houve uma ampla discussão em torno do assunto. Segundo o autor, esse debate se estruturou em torno de certas categorias de agentes, tais com etnógrafos, políticos, juristas, jornalistas e engenheiros militares. Esses agentes, que se situavam em posições políticas diferentes, disputavam o direito de falar com autoridade sobre a questão indígena e o direito à atuação legítima junto aos e pelos povos indígenas no Brasil (LIMA, 1987, s./p.).

Alguns desses agentes formularam planos mais acabados visando uma ação indigenista sistemática. Mas, apesar de apresentarem posições e propostas distintas, Lima (1987) destaca que não havia uma diferença profunda entre as propostas pois “todos os projetos indigenistas apresentavam uma [mesma] concepção da natureza dos povos indígenas”, que se inscrevia dentro do paradigma evolucionista. Como afirma o autor, todas as propostas apresentavam em comum o fato de tomarem os indígenas como inferiores, em relação à “civilização nacional” ou à “raça branca” (LIMA, 1987, s./p.). Havia entre os agentes indigenistas um consenso quanto à inferioridade dos povos nativos, mas um dissenso em relação à capacidade ou não de evolução desses.

Para o naturalista alemão Hermann von Ihering¹, que dirigiu o Museu Paulista entre 1894 e 1916, por exemplo, os indígenas não seriam capazes de “evoluir” devendo ser deixados entregues ao seu próprio arbítrio, sem se esperar que contribuíssem para o “desenvolvimento nacional” (LIMA, 1987, s./p.). Dessa forma, concluía que eles eram “um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio” (VON IHERING, 1907 *apud* RIBEIRO, 2005, p. 149-150).

¹ Hermann von Ihering (1840-1930) desenvolveu vários estudos no Brasil no campo da Antropologia e Arqueologia. Ele é particularmente lembrado por sua posição polêmica no debate sobre a questão indígena brasileira no começo do século XX, quando chegou a sugerir abertamente que os indígenas Kaingangs de São Paulo deveriam ser exterminados. Vários textos de von Ihering estão disponíveis na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: www.etnolinguistica.org (acesso em 05/12/2019).

Segundo Darcy Ribeiro², um dos pronunciamentos mais decisivos para fundação do SPI foi um artigo publicado justamente por von Ihering, em que ele defendia ou justificava o extermínio dos índios hostis que resistissem ao avanço da civilização (RIBEIRO, 1962, p. 10). Tal posicionamento provocou repulsa em vários setores da sociedade, o que, juntamente com as ideias indigenistas já manifestadas pelo marechal Rondon, contribuiu para a criação do SPI. Diante desse contexto de discussão e ideias de extermínio da população indígena, viu-se a necessidade de uma atuação do Estado para garantir a preservação física dos nativos.

Em oposição à concepção de von Ihering, o marechal e engenheiro militar Cândido Rondon defendeu o tratamento sem violência física para com os indígenas, o que, até então, era considerado algo muito difícil. Por conta de suas experiências à frente da Comissão de Linhas Telegráficas – que acabou ficando conhecida como Comissão Rondon –, ele estabeleceu contatos com os indígenas durante o processo de penetração em territórios habitados pelos nativos.³ Sua diretiva era: “morrer, se preciso for, matar nunca”, que sustentava a tática do contato amistoso. Rondon buscava provar que os indígenas retribuíam um comportamento pacífico, quando também eram tratados dessa maneira (BARBOSA, 2016, p. 31).

Mas a postura de Rondon não agradou a todos e o contexto brasileiro continuou marcado pela divergência de posicionamentos, grandes discussões e debates sobre a situação das populações indígenas e a relação que deveria ser estabelecida com elas, como explica Manuela Carneiro da Cunha (1987):

Um movimento de opinião pública sobre a questão indígena agitou o Brasil nos primeiros anos do século XX. Culminou com uma polêmica acirrada em 1907-1908, entre von Ihering, então diretor do Museu Paulista, que defendera o extermínio dos índios que resistissem ao avanço da civilização, e vários grupos da sociedade civil, notadamente acadêmicos e positivistas. Em 1908, pela primeira vez, o Brasil foi publicamente acusado de massacrar os índios: a denúncia foi feita em Viena, durante do XVI Congresso dos Americanistas. Na esteira desse movimento de opinião, foi criado pelo governo de Nilo Peçanha, em

² O antropólogo Darcy Ribeiro trabalhou no SPI entre os anos de 1947 e 1956, tendo participado da fundação do Museu do Índio, em 1953. Ele escreveu vários trabalhos em defesa da causa indígena, os quais deram a ele notoriedade. Entre esses trabalhos se destaca sua obra *A política indigenista brasileira* (1962).

³ Sobre o trabalho desenvolvido por Rondon na Comissão de ver: SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político*. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, 2009. (Tese de Doutorado), 230 p.

1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (CUNHA, 1987, p. 78-79).

Como mostra a antropóloga, o surgimento do SPI, no começo do século XX, ocorreu sob forte influência de Rondon e de outros positivistas e foi o primeiro aparelho do Estado brasileiro instituído para gerir a relação com os povos indígenas. A ideologia indigenista do SPI foi caracterizada por ideias e atitudes baseadas no positivismo de republicanos como Rondon, estando marcada pelo anticlericalismo, pelo cientificismo e evolucionismo da época e também por uma postura de paternalismo e autoritarismo em relação aos povos indígenas. De acordo com o historiador Leandro Mendes Rocha (2003), a imagem protecionista da instituição convivia com a concepção evolucionista do “fim dos povos indígenas como uma realidade inexorável em face da evolução humana”. Baseado nesse pensamento, o Estado acreditava que os povos indígenas “não eram índios”, somente “estavam índios”, como se ser indígena, fosse uma situação passageira (ROCHA, 2003, p. 84).

Ainda segundo o autor, pode-se dizer que a ideologia que norteou a ação do SPI pressupunha o fim gradativo dos povos indígenas através de sua incorporação à sociedade nacional. A função da agência indigenista seria “melhorar” os índios, para incorporá-los à sociedade brasileira, concebida como homogênea e harmoniosa. Segundo Rocha (2003), na “ideologia rondoniana” o pressuposto era de que “os índios viriam, num futuro distante, à custa de uma assistência tecnológica e médico-sanitária, alcançar os ‘benefícios’ da civilização.” O que estava implícito nessa ideia era que “mais cedo ou mais tarde, os índios viriam a ser incorporados à massa homogênea da nação brasileira em sua ‘marcha para o progresso’”. Esperava-se que, assim, os indígenas completariam “seu processo evolutivo” (Idem, p. 87).

Com sua visão positivista, Rondon sempre entendeu as populações indígenas num estado constante de evolução em direção à modernidade. Tal ideologia entendia o processo histórico como uma evolução linear no sentido de chegar a uma sociedade moderna, industrial e científica. Nesse processo, os índios representariam um estágio atrasado da evolução humana, o animista. Então, eles eram vistos como seres incapazes de pensamento racional, mas com possibilidade de evolução por meio da proteção e da educação – escolar e sanitária – que deveria ser dada pelo Estado republicano e seu órgão indigenista, o SPI.

No geral, como mostra Lima (1987), os temas das discussões dos projetos indigenistas no início da República giraram em torno da visão sobre “os índios”, a extensão da proteção que deveria ser dada a eles pelo Estado e os métodos de “pacificação” a serem empregados. Entre as diferentes propostas, a posição de uma “proteção fraternal”, baseada nos ideais positivistas ortodoxos, foi a que encaminhou o projeto de criação do SPI. O marechal Cândido Rondon foi uma das principais figuras ligados a essa posição e foi ele quem encabeçou a fundação do SPI, tendo sido seu diretor desde o início, em 1910, até 1930 (LIMA, 1987, s./p.).

Construída dentro das bases positivistas, a “posição fraternal” defendia a “proteção” dos povos indígenas pelo Estado por meio de uma agência específica, que veio a ser o SPI. O surgimento da instituição ocorreu, então, sob “o peso da influência positivista na formação de toda uma geração de intelectuais e técnicos que, nos primeiros anos da República, iria perseguir a criação de uma identidade coletiva para o país e buscar as bases para moldar a nação brasileira” (MACIEL, 1998, p. 17). A criação do SPI estava vinculada com as propostas positivistas e militares que sustentavam a ideia de que a formação e salvação da pátria era tarefa, sobretudo, dos militares (LIMA, 1987). Portanto, não foi por acaso que a maioria dos diretores do SPI foram militares. Quanto a isso Lima (1995) destaca:

Em sua trajetória histórica, até 1967, o *Serviço* [o SPI] oscilava entre uma maior ou menor ênfase na militarização explícita de seus principais cargos. Os militares estiveram presentes, já que a própria ocupação administrativamente controlada do interior do país foi um dos objetos [...] de preocupação militar crescente ao longo deste século. [...] As mudanças de localização ministerial, sofridas ao longo dos seus cinquenta e sete anos de existência, não desviariam o SPI dessa trilha. (LIMA, 1995, p.139)

Através do SPI, o Estado brasileiro desenvolveu uma ação paternalista e, ao mesmo tempo, autoritária em relação aos indígenas. A partir da visão do índio como um menor, uma criança ou um órfão a ser tutelado, o Estado colocou como seu papel “proteger” e prestar “assistência” aos indígenas através da instituição indigenista. Como explica Rocha (2003), “quando se fala em proteção, é ressaltada a necessidade de o Estado amparar o índio por meio de uma legislação especial (tutela) e de garantir a posse de terra. Terra sim, mas em um sentido muito restrito, jamais território”. Aos indígenas era

garantida pelo Estado somente a posse da terra que fosse suficiente para ter onde morar e subsistir (ROCHA, 2003, p. 90).

Portanto, foi a partir da ideia de tutela que se deu o exercício do poder do SPI sobre os indígenas e suas terras. Com o pretexto de fornecer proteção legal, o Código Civil de 1916 definiu os índios como “relativamente incapazes” em relação às questões civis e, em 1928, os índios foram colocados sob um sistema de tutela federal, administrado pelo SPI (GARFIELD, 2011, p. 63).

O controle jurídico sobre os indígenas, a partir de então legalmente reconhecido pelo sistema de tutela do Estado, apresentava-se como mais um mecanismo de dominação pois, ao pressupor a incapacidade e imaturidade dos indígenas, justificou a apropriação de seus territórios e a exigência de proteção. Sobre isso, o historiador norte-americano Seth Garfield, que estudou a ação do Estado brasileiro sobre as comunidades indígenas a partir do Estado Novo, afirma o seguinte:

A redenção dos povos indígenas, pressupondo seu infantilismo e preguiça, justificou a apropriação de seus territórios e de seu trabalho. O sistema de tutela, elaborado para defender os direitos da população nativa, facilmente era subvertido em descaso sistemático pelos índios na formulação e implementação de políticas de Estado, e vinculava a eles o estigma social de imaturidade e incompetência. (Idem, 2011, p. 67)

Garfield (2011), argumenta, baseando-se nas ideias de Lima (1989), que apesar de oficialmente o SPI propor atuar entre os indígenas por meio da persuasão em vez de coerção, e até mesmo, em certa medida, defender a manutenção de suas terras ancestrais, a “paciência” e o “respeito” do SPI pelos costumes indígenas tinham seus limites.” De acordo com Garfield (2011):

as reivindicações territoriais e a autonomia dos índios teriam de ser limitadas, sacrificadas em nome do interesse nacional. As práticas de caça e coleta precisavam dar lugar as atividades “racionais” orientadas para o mercado, como a agropecuária, e a violência indígena tinha de ser contida. Ao considerar a identidade e a cultura indígenas como imaturas e ainda não evoluídas, o SPI podia prescindir de reservas adequadas para sustentar de modo eficaz o estilo de vida dos índios e mercantilizar as áreas mais afastadas (GARFIELD, 2011, p. 65).

Portanto, percebe-se que a lógica subentendida na atuação oficial do SPI era a de que os indígenas somente alcançariam a plena maturidade através da ajuda do órgão

federal. Como mostra Rocha (2003), a ideia era que, “garantida a posse da terra pelo Estado, os índios estariam em melhores condições para, ainda com a ajuda do Estado, por meio da assistência (auxílio), ‘evoluir’ em direção à ‘nacionalização’” (ROCHA, 2003, p. 90). O destino final buscado pelo SPI seria a integração e adaptação dos nativos à civilização nacional brasileira, o que passava fatalmente pela apropriação de seus territórios e destruição das culturas e tradições indígenas em prol da formação de uma cultura nacional homogênea.

A instituição indigenista brasileira foi apresentada no discurso oficial como a “empresa de salvação” dos povos indígenas do território brasileiro. Nota-se que sua grande preocupação estava voltada para a sobrevivência física dos indígenas, não para a preservação cultural desses povos, pois eles deveriam ser “incorporados à civilização”, como mostram as palavras de Rondon com seu “credo” positivista:

Creio nas leis da sociologia, fundada por Augusto Comte, e por isso, na incorporação do proletariado e das nações consideradas sem civilização à sociedade moderna – para que possam todos fruir dos benefícios da ciência, da arte, da indústria. Creio que a missão dos intelectuais, é, sobretudo, o preparo das massas humanas desfavorecidas para que se elevem, para que se possam incorporar a sociedade. (Rondon, 2010 [1958], p. 09)

Nesse trecho de Rondon, que aparece em suas memórias, podemos identificar a ideia de que era “missão” dos intelectuais “elevant” os desfavorecidos, no caso os indígenas, ao convívio social nacional, considerado como sendo superior. Ou seja, a função dos intelectuais indigenistas era proteger e incorporar os indígenas à sociedade nacional e, assim, à modernidade.

Ao longo de sua história, o SPI esteve subordinado a diferentes Ministérios. Em 1910 iniciou suas atividades como parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e com a ascensão do governo de Getúlio Vargas, em 1930, passou a fazer parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Durante a Era Vargas, o SPI novamente foi enquadrado em diferentes ministérios. Em 1934, foi vinculado ao Ministério da Guerra e, em 1939, voltou a fazer parte do Ministério da Agricultura, onde permaneceu até sua extinção em 1967 (LIMA, 1995). Portanto, durante o período de nossa pesquisa o SPI era subordinado ao Ministério da Agricultura e permanecia muito vinculado aos militares, como havia ocorrido desde a sua fundação em 1910.

O fato de o SPI, enquanto uma instituição indigenista, ter se constituído dentro da esfera de influência de militares e não de etnólogos ou antropólogos tem relação com o panorama das ciências no Brasil nas primeiras décadas republicanas. Como destaca Lilia Moritz Schwarcz (1993), até inícios dos anos 30, pequenos espaços foram reservados para pesquisas e estudos de caráter antropológico, pois nessa época predominavam no país as ciências naturais.

Ao analisar as publicações da revista do Museu Paulista, que foi uma das primeiras instituições do tipo criadas no início da República, Schwarcz destaca que dos 254 artigos catalogados entre 1895 e 1929, 70% tinham como tema central questões da Zoologia, sendo apenas cerca de 10% sobre Antropologia. Esta disciplina, naquele momento, era considerada um ramo das ciências naturais, tanto que, “muitas vezes, temas mais propriamente antropológicos apareciam em meio a artigos sobre a flora ou a fauna local.” A respeito do Museu Nacional, a mais antiga instituição museológica criada no Brasil, Schwarcz destaca que, “apesar da adoção formal da rubrica de museu etnológico” pela instituição, em inícios do século XX ela “se aproximava muito mais das ciências naturais.” Até meados da década de 1920, “mesmo os poucos textos que selecionam temas de cunho social o fazem sempre a partir de uma visão biológica e física” (SCHWARCZ, 1993, s./p.).⁴

Nesse contexto, a “etnografia social”, que era parte das ciências naturais, era considerada “como uma prática pouco científica, que se ocupava apenas da descrição dos povos”, sendo percebida mais como uma prática de exibição da cultura, sobretudo material, dos povos nativos (Ibidem). Dessa forma, quando ocorreu a criação do SPI, a atuação dos militares ligados a Rondon nos trabalhos da Comissão foi vista como um modelo de ação mais efetivo no qual podia se basear a ação indigenista.

Assim, o SPI foi organizado e dirigido por um grupo de militares positivistas, buscando seguir a mesma lógica da Comissão Rondon, ou seja, estabelecer contato pacífico com os indígenas nos interiores dos “sertões brasileiros.” Darcy Ribeiro descreveu a relação do marechal com o Positivismo e sua aplicação nos trabalhos da Comissão da seguinte forma:

Positivista militante, [Rondon] orientara toda sua vida de acordo com os postulados de August Comte. [...] A Comissão Rondon fora uma aplicação prática, consciente, das ideias de Comte no terreno militar: a

⁴ Usamos a versão Kindle do livro, na qual não há paginação.

utilização pacífica do Exército no desbravamento dos sertões interiores; na construção de obras civis, como a linha telegráfica; na realização de objetivos humanísticos, como a proteção ao índio. É, pois, de Comte que vem a inspiração para esta epopeia dos sertões brasileiros (RIBEIRO, 2005, p. 155).

Dentro dessa mesma orientação e seus pressupostos foi estabelecido o SPI, com Rondon no cargo de diretor. Ele só deixou a direção da instituição no contexto da chamada Revolução de 1930. Segundo Darcy Ribeiro, “não tendo Rondon participado da revolução que convulsionou o país, [...] o SPI caiu em desgraça e quase foi levado à extinção” (RIBEIRO, 2005 p. 164). Para o autor, a saída do marechal da direção do SPI e o fim dos trabalhos da Comissão no mesmo ano, teriam sido elementos definidores para a decadência do órgão, visto que tanto a criação como a manutenção dos serviços do SPI dependiam diretamente da figura e do prestígio pessoal de Rondon.

O antropólogo Carlos Aberto Casas Mendoza (2005) também destaca a crise vivida pelo SPI no início do período varguista. Segundo ele, a partir de 1930, o SPI sofreu “uma severa crise de seu modelo administrativo” e por cerca de uma década “manteve uma organização enfraquecida devido à falta de recursos econômicos e de apoios políticos” (MENDOZA, 2005, p. 144).

No entanto, no período que estudamos, a primeira metade da década de 1940, tal situação já começava a modificar-se, pois internamente surgiram várias propostas para reformar e reorganizar o SPI. Uma dessas propostas relacionava-se à incorporação de “especialistas”, antropólogos, ao seu pessoal a fim de que dessem uma nova perspectiva às suas práticas. Nesse momento, os antropólogos eram chamados de “especialistas técnicos” na linguagem institucional do SPI e sua participação na instituição era requerida para um objetivo muito específico: “fornecer observações de caráter científico para reorganizar a agência”, visando aproximá-la melhor da ciência (Idem, p. 31).

Mas, segundo Mendoza (2005), foi somente entre os finais da década de 1940 e inícios de 1950 – portanto, após o período que estudamos – que ocorreram as primeiras experiências formais de inclusão de antropólogos no SPI, sendo Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira os primeiros profissionais da área a atuarem na instituição. O autor destaca que, apesar desses antropólogos terem desenvolvido pesquisas entre diferentes grupos indígenas durante seu período no SPI, isso não caracterizou uma verdadeira mudança na instituição no sentido de uma aproximação maior com a ciência antropológica, mas funcionou muito mais no plano retórico. Para Mendoza, essas

pesquisas basicamente foram usadas “como parte de uma retórica oficial, em que se tentou acentuar o caráter científico que, supostamente, já predominava nas ações indigenistas da agência” (Ibidem.).

Na prática, o modelo de aplicação antropológica na instituição indigenista brasileira baseou-se mesmo no positivismo tutelar de Rondon. Para organizar a reestruturação do SPI, durante o Estado Novo foi criada a Seção de Estudos (S.E.), em 1942. A S.E. pretendia ser um espaço onde se pudesse encaminhar os projetos e objetivos institucionais visando a “racionalização das práticas administrativas”. Propunha-se que os projetos fossem baseados na pesquisa de campo, a fim de imprimir um caráter científico às atividades assistenciais do SPI. No entanto, a S.E. não contou com antropólogos em sua equipe até 1947 (Idem, p. 144-145).

Segundo Ione Helena Pereira Couto (2009), dentro do processo de reestruturação pelo qual o SPI passou no início dos anos 40, a S.E. incorporou atribuições do antigo Serviço Etnográfico, ficando “responsável pela pesquisa etnográfica, arquivo cinematográfico, biblioteca, divulgação e intercâmbio, censo indígena e museu” (COUTO, 2009, p. 48). É importante destacar que a criação da S.E. ocorreu em um período caracterizado por uma política nacionalista que envolvia a criação de um sentimento de pertencimento à nação, dentro do qual o índio deveria ser parte integrante. Nesse sentido, a criação de um acervo imagético a respeito dos indígenas foi um elemento importante para a construção de sua imagem dentro da simbologia da nacionalidade brasileira.

Os anos 40 marcaram, então, um “novo ciclo” de intensas atividades do SPI. Segundo Darcy Ribeiro (2005), um maior fomento governamental ao SPI, nessa época, iniciou-se a partir de uma visita do presidente Getúlio Vargas à ilha do Bananal, em agosto de 1940, quando ele “enternecendo-se [*sic*] com as crianças karajá, decidiu amparar o SPI (RIBEIRO, 2005, p. 167). A respeito da relação que passou a se estabelecer entre o Estado Novo de Vargas e o indigenismo oficial, Seth Garfield (2000) explica o seguinte:

[Getúlio Vargas] foi o primeiro presidente brasileiro a visitar uma área indígena [...]. Três anos antes ele havia dissolvido o Congresso e abolido todos os partidos políticos, proclamando um Estado Novo compromissado com o desenvolvimento e a integração nacional. Como parte de seu projeto multifacetado de construção de um Brasil novo – mais independente economicamente, mais integrado politicamente e

socialmente mais unificado, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos aborígenes. (GARFIELD, 2000, p. 14)

Vargas enxergou na figura do índio um dos símbolos da nacionalidade brasileira, que ele tanto queria estruturar. Assim, o presidente buscou envolver a imagem dos índios na consolidação de seu projeto nacionalista, que passava por integrar o Centro-Oeste do país e converter os indígenas em cidadãos produtivos. O governo, então, passou a apoiar o SPI com a proposta de que esse órgão paulatinamente fizesse com que os indígenas compreendessem a necessidade do trabalho.

Dessa forma, como destaca Garfield (2000), os indígenas foram inseridos na arena política do Estado Novo a partir da lógica da integração territorial e racial do país. Por um lado, havia “o esforço do Estado Novo para consolidar o poder e redefinir o território nacional”, por outro, “as preocupações da elite sobre as origens da nação e [su]a composição racial.” Então, “tudo isso influenciaria uma formulação do Estado sobre a identidade cultural dos índios e uma política para a sua integração.” Assim, após passar por uma crise nos anos 30, em meados dos anos 40 “o orçamento anual do SPI era o segundo mais alto dos 35 anos de sua história” (Idem, p. 15-16).

O marechal Rondon, que não havia apoiado a “revolução de 30”, passou a defender o governo de Vargas desde o lançamento da “Marcha para Oeste”, em 1938. Vargas, então, o nomeou, em 1939, como diretor do recém criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). A função oficial do Conselho era “promover a conscientização pública sobre a cultura indígena e a política estatal” (Idem, p.16-17).

Essa nova fase do SPI, em que o órgão começa a se reerguer e se reestruturar dentro do projeto varguista, coincide com o período de publicação dos artigos que analisamos na revista A.I. Dessa forma, acreditamos que esse é um fator importante a ser considerado para se compreender o teor de propaganda do SPI que esteve muito presente na maioria dos artigos analisados. Como mostraremos no capítulo 2, vários dos artigos brasileiros publicados em A.I., entre 1941 e 1945, tiveram um caráter propagandístico da política indigenista brasileira, dos métodos e habilidades do SPI na pacificação e integração dos indígenas supostamente sem uso de violência.

Até certo ponto, a lógica indigenista brasileira seguida durante a República dava continuidade a uma tradição que exista desde o Império, quando se buscava “civilizar” os indígenas ao invés, por exemplo, de simplesmente exterminá-los, como foi a lógica em

outros países do continente, como a Argentina e os Estados Unidos.⁵ Já no século XIX, no Brasil, começou-se uma busca pela construção de uma identidade nacional em que o indígena fosse incorporado como parte dessa identidade, o que se expressou, por exemplo, na literatura indianista da época.

Em *As identidades do Brasil*, José Carlos Reis recupera um pouco da visão sobre os indígenas desenvolvida no período imperial e sua relação com a escrita de uma história do Brasil naquela época. Ele destaca a importância da obra *Como se deve escrever a história do Brasil*, do alemão Karl Philipp von Martius, que venceu o concurso organizado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) com esse tema, em 1840. Nessa obra, como ressalta Reis (2006), o autor “definiu as linhas mestras de um projeto capaz de garantir uma identidade ao Brasil”, pois, “além de enfatizar a mescla de raças, que singularizava o Brasil, embora privilegiasse a raça branca, [von Martius] considera que o historiador do Brasil deverá fazer uma história da unidade brasileira.” (REIS, 2006, p. 26-27)

A obra do autor alemão marcou a produção dos escritos sobre a história do Brasil durante o Império e a forma como foi sendo construída, ao longo do tempo, uma visão oficial sobre a identidade brasileira. Podemos dizer, de forma geral, que durante o Império a ideia de nação brasileira foi construída a partir de um discurso que defendia a superioridade da raça branca, mas sem deixar de considerar que as chamadas “raças inferiores”, como indígenas e negros, também deviam fazer parte da identidade nacional, mesmo com o protagonismo sendo colocado sobre a “raça superior”, a branca.

No início da República brasileira a lógica de superioridade racial não foi alterada, mas a incorporação do indígena passou a ser considerada como algo urgente e foi encarada como uma tarefa “heroica” de construção da nacionalidade, como declarou o marechal Rondon na ocasião da criação do SPI, em 1910:

como patriota, anelo veementemente por ver congraçadas as três raças que constituem o fundo étnico do povo brasileiro para, fundidas, formarem finalmente a unidade da população desta grande república (RONDON, 1910 *apud* SÁ, 2009, p. 179-180).

Mas, apesar da continuidade com a perspectiva da unidade nacional do Império, a criação do SPI também modificou profundamente a política indigenista brasileira em relação à assistência aos povos indígenas, que antes era feita quase que apenas por

⁵ Sobre os casos de Argentina e Estados Unidos, consultar: PASSETTI, 2012; JUNQUEIRA, 2018.

religiosos. A República implicou numa nova maneira de pensar a questão indígena no Brasil, estabelecendo um novo padrão laico para lidar com o assunto. Fortalecendo a separação das ordens eclesiásticas e seguindo a diretriz republicana de separação entre Estado e Igreja, o SPI foi o “primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder” (LIMA, 1992, p.155).

Estabelecido como uma espécie de continuidade com as expedições da Comissão Rondon, o SPI se baseou na lógica da “atração” e “pacificação” dos povos indígenas, que remetia às técnicas e táticas de conquista que foram utilizadas por Rondon em seus contatos com os indígenas a partir de suas entradas pelo “sertão” à frente da Comissão. Essas estratégias consistiam em atrair os nativos através de seu interesse pelos “brindes”, que eram deixados pelos membros da expedição como demonstração de paz e amizade, estabelecia-se a “atração”. Depois, a ação encaminhava-se no sentido da “pacificação”, que Lima (1995) descreve como “uma estratégia montada sobre variadas técnicas semióticas” com o objetivo final de efetuar operações de invasão das comunidades indígenas pelo SPI (LIMA, 1995, p.167).

Como mostra o autor, inicialmente as expedições organizadas pelo SPI deveriam ter áreas de atuação circunscritas para alcançar os dados necessários para garantir as operações de “invasão”:

Toda *pacificação* envolve um conhecimento anterior sobre o povo a ser abordado, o que implica num conjunto prévio de alianças e antagonismos. Implica também em avaliar as possíveis vantagens políticas simbólicas que traria ao *Serviço* [SPI] face à montagem do *grande cerco de paz*” (LIMA, 1995, p. 168. Grifos no original).

Sobre o processo de organização das turmas de pacificação, Darcy Ribeiro nos proporciona uma descrição detalhada, que é bastante útil para analisarmos as narrativas triunfalistas que foram apresentadas sobre esse processo em muitos dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I. Ribeiro (2005) explica que, geralmente, “a pacificação e[ra], em essência, uma intervenção deliberada numa situação de conflito aberto entre índios e civilizados, movidos uns e outros por um ódio incontido e pela maior desconfiança mútua.” Por isso, a “primeira tarefa” consistia em “convencer os índios de que eles trata[va]m com gente diversa de todos os brancos que antes penetraram na região”. Ou seja, tratava-se de convencer os indígenas de que as novas penetrações eram pacíficas e,

portanto, diferentes das que anteriormente foram marcadas por violência e extermínio. Essa era, então, uma tarefa muito complexa, pois deveria começar pela invasão do próprio território indígena “de modo a instalar-se muito adiante da frente pioneira mais avançada, a fim de evitar interferências estranhas e para constituir uma provocação destinada a chamar a atenção dos índios e atrair sua hostilidade” (RIBEIRO, 2005, p. 171-172).

Ainda segundo Darcy Ribeiro, formar uma turma de pacificação

consistia em aliciar na população local uma turma de trabalhadores, esclarecê-los sobre as tarefas que lhes serão conferidas, alertá-los sobre os cuidados que deverão ter em face da reação violenta dos índios, à penetração do seu território e convencê-los da justiça e da eficiência dos métodos persuasórios (Idem, p. 172).

A chefia dessas turmas era confiada a homens experientes e treinados nos trabalhos dos sertões e na forma de lidar com os indígenas. Acompanhados, sempre que possível, por indígenas do mesmo tronco linguísticos já “aculturados”, para servirem de guias e intérpretes. Após formada a turma, esta se deslocaria com muita cautela até o local escolhido dentro do território tribal, que devia ser próximo a meios de comunicação, tais como rios e principalmente estradas abertas, pois isso facilitaria a retirada da turma, quando necessária, bem como garantiria o reabastecimento dos víveres e dos “brindes” que eram deixados para os indígenas como um sinal de “paz e amizade” (Ibidem).

Já nos primeiros dias da organização do posto, o encarregado, acompanhado de auxiliares e intérpretes, percorriam a mata mais próxima, “construindo nas trilhas e aguadas [*sic*] mais utilizadas pelos índios pequenos ranchos, onde deixa[va]m facas, machados, foices, tesouras, terçados, miçangas e outros brindes”. Após descoberto o posto, os indígenas passam a vigiá-lo constantemente, sendo essa a primeira fase do contato, marcada pela hostilidade e pelos ataques sucessivos dos nativos que buscavam expulsar os invasores. Geralmente os indígenas passavam a hostilizar o núcleo de pacificação com ataques constantes, em geral durante a madrugada e após alguns dias de vigilância. Só depois de meses é que alguns dos nativos começavam se convencer do caráter pacífico daqueles brancos e se aventuram nas roças plantadas pelos funcionários do SPI para servir-se dos alimentos, começando também a aceitar os “brindes” e deixar objetos seus como troca pelos que levavam. (Idem, p. 173-175)

Segundo Darcy Ribeiro, “convencionou-se chamar *namoro* a esta fase da pacificação em que o índio começa[va] a aceitar os brindes e mesmo a solicitar outros.”

Após essa fase de “namoro”, passava-se para a última fase, a de “confraternização”, ou seja, quando os funcionários do SPI recebiam o convite para visitar a aldeia ou mesmo quando os indígenas visitavam o posto acompanhados de suas mulheres e crianças. Para Ribeiro (2005), essa fase podia “consolidar-se rapidamente após a primeira visita à aldeia indígena ou entrar em colapso, se a desconfiança do índio ou seu temor ao branco fo[sse] suscitado por algum incidente” (Idem, p. 175).

Por conta de toda sua ação nas “pacificação” dos indígenas, desenvolvida desde o período da Comissão, Rondon ganhou fama internacional e recebeu diversos títulos conferidos a ele por sociedades científicas nacionais e estrangeiras, tais como o “apóstolo da selva”, “pacificador” e “civilizador dos sertões” (MACIEL, 1998, p. 16). A fama internacional de Rondon também é um elemento que aparece de forma notória em alguns dos artigos sobre o Brasil publicados A.I. Apesar de ter deixado a direção do SPI no início da década de 30, no período que estudamos, durante o Estado Novo, podemos observar que a imagem do marechal continuava pairando sobre a instituição e a visão que se buscava propagar dela. Dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I., vários são de pessoas muito próximas a Rondon, como Amílcar Botelho de Magalhães, que tinha sido chefe do escritório da Comissão e era considerado uma “sombra de Rondon”⁶; alguns exaltam a figura do marechal, como é o caso do artigo do norte-americano Vincenzo Petrullo, que tinha participado de uma expedição da Comissão Rondon; e também aparece em A.I. um artigo escrito pelo próprio marechal.

Durante o Estado Novo o discurso oficial sobre a relação entre os indígenas e o Estado-nação tendeu a assumir uma ótica romântica que enfatizava “o índio” como parte da formação da nacionalidade brasileira. Apesar de existir uma valorização simbólica do elemento indígena, o “índio” histórico, vivo, na realidade, era visto como um “problema” a ser resolvido, percebido como um peso morto, pois não representava nenhum progresso para a nação. Assim afirmou, em 1941, um membro do Conselho Nacional de Geografia, Ildefonso Escobar, dizendo que os índios permaneciam “ingênuos e contemplando a natureza enquanto todos os outros [grupos da sociedade] trabalhavam para progresso da nação” (ESCOBAR, 1941, p. 116 *apud* GARFIELD, 2000, p. 23).

⁶Segundo MENDOZA (2005), Darcy Ribeiro descreveu Amílcar B. Magalhães da seguinte forma: “O coronel Amílcar era a sombra de Rondon. Acompanhou-o por toda parte a vida inteira, no sertão, na mata, no Rio, onde estivesse. Foi seu biógrafo informado e veraz em vários livros.” (RIBEIRO, 1998, *apud* MENDOZA, 2005, p. 54)

Essa visão deixa clara a ideia do trabalho como meio para o progresso, que foi muito enfatizada durante o regime varguista (GOMES, 2005). Além do progresso, o projeto nacionalista de Vargas visava construir um Brasil novo através de uma política de integração e defesa do território nacional e de uma configuração racial mestiça que reunisse os brasileiros acima de suas diversas origens étnicas. Foi sob essa lógica que se sustentou simbolicamente a ideia do “índio” como um dos ícones da nacionalidade, que havia trazido contribuições para a formação histórica e cultural brasileira (GARFIELD, 2000).

Vargas procurou demonstrar afeição pelos indígenas a fim de torná-los cidadãos produtivos e mostrar-lhes a necessidade do trabalho. Assim, lhes prometeu terras e melhorias nos serviços públicos tais como transporte, saúde e educação. Este fim de melhoria da vida cotidiana dos indígenas deveria ser alcançado através da atuação do órgão federal indigenista, o SPI. Porém, da mesma forma que ocorreu no início da República, quando foi criada a instituição, não se tratava de preservar as culturas indígenas; o destino final buscado pelo governo era a integração e assimilação dos “índios” à cultura nacional brasileira. Como mostra o historiador Seth Garfield (2000):

O governo, afinal, deu uma grande tarefa aos índios: tornar o interior produtivo, impedir as tramas imperialistas e garantir a “formação étnica” do Brasil. Para assistir os índios, o Estado iria ampliar para o sertão a rede de transporte, a saúde pública e educação para o sertão. Outros “problemas” tais como nomadismo, falta de disciplina no trabalho e a ausência de sentimento cívico seriam também remediados pelo governo” (GARFIELD, 2000, p. 24).

Tudo isso fazia parte do amplo projeto indigenista do Estado Novo. Nesse período houve uma forte vinculação entre indigenismo e formação da identidade nacional, o que, como destaca Garfield, repercutia o nacionalismo e as questões relativas a ele, que eram predominantes no cenário político mundial da época: racismo, xenofobia e chauvinismo (GARFIELD, 2000, p. 19-21).

No cenário continental, também podemos relacionar o indigenismo do Estado Novo e sua proposta de formação da identidade nacional com o movimento de expansão de políticas indigenistas, que teve na formação do I.I.I. uma de suas maiores expressões, como discutiremos no próximo tópico deste capítulo.

Além da preocupação do governo Vargas com a questão da formação de uma identidade nacional, também houve, principalmente durante o Estado Novo, a

intensificação da ideia de expansionismo territorial. O projeto político do governo de Getúlio Vargas tinha a proposta de dominar não apenas culturalmente os grupos indígenas, mas também de expandir a nação sobre seus territórios. Dessa forma, exerceu-se uma política desenvolvimentista voltada para regiões ainda pouco exploradas, como as regiões do Norte e Centro-Oeste do Brasil. Durante o governo de Vargas, houve a chamada “marcha para o oeste”, promovida principalmente nos anos de 1940, intensificando as invasões das terras indígenas, principalmente sob a justificativa de desenvolver e de promover a “integração nacional” (GARFIELD, 2011, p. 12-14).

Além da questão da expansão sobre as terras indígenas, outro ponto marcante durante o Estado Novo, um período de forte autoritarismo político, foi a profunda ação do governo na educação dos indígenas, principalmente a partir do projeto de valorização do ensino cívico e moral, que buscava introduzir na realidade dos povos nativos conhecimentos sobre a história do Brasil, os símbolos nacionais do país, hinos de louvor à pátria e outros ritos cívicos que não faziam parte da vida cotidiana dos indígenas. Como destaca Barbosa (2016), “estes ritos cívicos não tinham qualquer ligação com a realidade dos indígenas, apenas faziam parte de mais um elemento de integração [nacional proposto pelo Estado], com forte teor ideológico”. Como observa o autor, “dessa forma, o Estado Novo estabeleceu mecanismos de manipulação, não apenas caracterizados pelo uso da força, mas também por instrumentos ideológicos, representados por imagens, símbolos e modelos de comportamento” (BARBOSA, 2016, p. 51-53).

Sobre o lugar ocupado pelos indígenas na construção do imaginário nacionalista brasileiro nesse contexto, Lima (1992) destaca que houve uma forte construção visual, fotográfica, realizada a partir da centralidade dada à bandeira nacional, que era apresentada junto com imagens dos povos indígenas. Esse foi um dos ícones da construção ideológica da “proteção indígena” dada pelo Estado, através de sua instituição específica, o SPI:

Símbolo da nacionalidade, a bandeira surge em inúmeras fotos, redutíveis a duas séries básicas: ou os nativos aparecem nus, [junto a ela], [como] emblemas protonacionais a serem disciplinados; ou os índios apresentam-se vestidos, junto à bandeira, [como] símbolos de progresso e transformação social, perfilados como em cerimônias cívicas a atestar a eficácia dos métodos leigos (LIMA, 1992, p. 161).

Como já mencionamos, o ensino de moral e civismo também foi um dos aspectos marcantes do período. Nas escolas em geral eram ensinados conteúdos com o propósito de desenvolver sentimentos de patriotismo. No caso das escolas dos postos indígenas do SPI, além da preocupação com o ensino de técnicas agrícolas e da pecuária – atividades que deveriam garantir a “integração” dos “índios” à economia nacional –, elas também assumiam o papel de difusoras da ideia de nacionalidade aos indígenas. Através do currículo escolar implantado, eram ensinados aos alunos índios temas da história do Brasil, os símbolos nacionais, como o hino nacional, e outras canções de louvor a pátria brasileira (ROCHA, 2003, p. 99-100).

Um relatório do Ministério da Agricultura, de 1942, deixa bem claro o que exatamente entendia-se por educação indígena:

O que chamamos de educação dos índios consiste em:

- a) dar-lhes a ideia da pátria e o seu culto cívico, cerimônias em torno da bandeira, hinos, História do Brasil através dos fatos mais culminantes, etc.;
- b) alfabetização dos menores e adultos de ambos os sexos;
- c) ensino de trabalhos manuais e domésticos;
- d) prática agrícola e pecuária;
- e) limpeza e higiene.

(BRASIL, 1942, p. 132, *apud*, ROCHA, 2003, p. 127-128)

Portanto, de acordo com o que aparece no relatório, conclui-se que as escolas indígenas mantidas pelo SPI durante o Estado Novo deveriam, prioritariamente, buscar implantar os ideais patrióticos entre os indígenas e, junto com isso, alfabetizá-los na língua portuguesa, além de ensiná-los trabalhos manuais. Essa era a orientação da política indigenista brasileira, que tinha como ideia básica a “progressiva nacionalização” do indígena, como observa Rocha (2003, p. 128).

Em relação à visão antropológica que guiava as ações da política indigenista oficial brasileira no período, podemos observar que, entre os intelectuais ligados ao SPI, apesar de o reconhecimento da capacidade de evolução e desenvolvimento dos indígenas, com base numa perspectiva evolucionista, ser a predominante, ainda são perceptíveis também alguns aspectos das teorias racialistas.⁷ Nesse sentido, é ilustrativo observar o pensamento de próprio Roquette Pinto, que era um dos mais expoentes

⁷ Racialismo é um termo usado por Tzvetan Todorov (1993) para diferenciar do simples racismo o pensamento científico de origem europeia, hegemônico do fim do século XVIII até o início do XX, que defendia a existência de diferentes raças humanas e de uma hierarquia entre elas, com a raça branca no topo dessa hierarquia.

etnólogos do país e que foi o representante do Brasil tanto no Congresso de Pátzcuaro, que deu origem ao I.I.I., quanto no Comitê Executivo da instituição continental, embora não tenha publicado artigos em A.I. no período que analisamos.

Como mostra Regina Horta Duarte (2010), embora Roquette Pinto tenha contestado arduamente as tese sobre a inferioridade de negros, índios e mestiços, assim como de japoneses e outros imigrantes, ele o fez, “sem romper com os pressupostos da antropologia física e de explicações originárias da biologia”, apontando, assim, “a fragilidade e a incoerência científica das críticas à mistura racial, rejeitando o racismo sem desfazer-se do conceito de raça e de algumas noções de eugenia” (DUARTE, 2010, p. 60). Claudio Bonjunga (2017), destaca que Roquette estudava as raças como os antropólogos do seu tempo, mas jamais endossou o determinismo racista, nem medidas excludentes. Ele era inimigo declarado de Gobineau, que sustentou a superioridade racial e condenou os cruzamentos raciais (BONJUNGA, 2017, p. 145).

Pensamos que as afirmações acima sobre Roquette Pinto – cujo pensamento ficava entre o racialismo e o evolucionismo – também se aplicam, em partes, aos intelectuais ligados ao SPI que escreveram em A.I., mas destacamos que é possível encontrar em Roquette Pinto um diálogo um pouco mais próximo do que o dos militares indigenistas ligados ao SPI com outro ramo da Antropologia que estava em ascensão no período: a Antropologia Cultural.

Como explica Ricardo Alexandre Ferreira (2009), a concepção básica da Antropologia Cultural é que “as características humanas são adquiridas historicamente. Elas não são inatas.” Assim, ainda segundo Ferreira, “a Antropologia cultural, aborda o homem a partir de sua forma de explicar o mundo, a partir de uma concepção cultural, de ser civilizado e simbólico” (FERREIRA, 2009, p. 33). Essa perspectiva antropológica foi desenvolvida como uma reação à Antropologia evolucionista e seu grande nome, no início do século XX, foi Franz Boas, um antropólogo de origem alemã naturalizado norte-americano, que rejeitou completamente o racialismo. Como mostra George W. Stocking Jr. (2004), Boas combateu diretamente os pressupostos básicos do evolucionismo, incluindo,

por um lado, a rejeição da ligação tradicional entre raça e cultura numa única sequência hierárquica; por outro, a elaboração do conceito de cultura como uma estrutura relativista, pluralista, holística, integrada e historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano (STOCKING Jr., 2004, p. 36).

Bonjunga (2017) situa o pensamento de Roquette Pinto em relação à Antropologia Cultural afirmando que, apesar de se manter dentro do paradigma evolucionista, o brasileiro “era receptivo às explicações culturais e políticas presentes na antropologia cultural de Boas, sobretudo no que dizia respeito à importância das condições materiais e sociais” (BONJUNGA, 2017, p. 149-150).

Já no caso dos indigenistas militares ligados ao SPI, seus artigos publicados em A.I. mostram, como veremos, que a Antropologia Cultural não foi tomada como uma referência importante em seu pensamento sobre a questão indígena brasileira e a política indigenista. Em nenhum momento podemos observar em suas palavras algum tipo de reconhecimento da alteridade indígena, mas sim uma busca permanente de suprimir a diversidade cultural através da incorporação forçada, mesmo que não fisicamente violenta, dos indígenas à sociedade nacional, sempre considerada como moderna e superior. Como mostra Renato Athias (2007):

A política indigenista oficial, aplicada depois da criação do SPI em 1910, nunca enfocou de fato a diversidade cultural dos índios do Brasil. O índio sempre foi considerado uma categoria genérica devendo ser integrado à sociedade nacional. E o próprio órgão oficial colabora na difusão desta imagem do índio genérico. Tal integração pressupõe, desde o começo, que uma só política de aproximação e atração é utilizada para todos os grupos indígenas em qualquer grau de contato com a sociedade nacional (ATHIAS, 2007, p. 33).

Mas podemos observar que uma visão semelhante sobre os indígenas e sobre a ação indigenista também se manifestava no discurso oficial do I.I.I. no período estudado, quando o órgão era dirigido pelo antropólogo mexicano Manuel Gamio. Embora ele tenha sido aluno de Franz Boas e, por isso, costume ser identificado como alinhado às ideias culturalistas, na realidade, Gamio era um dos principais expoentes no continente da lógica da “incorporação indígena”, que era o modelo hegemônico na América Latina na época.

Como explica o antropólogo mexicano Gonzalo Aguirre Beltrán (1990), essa lógica era a que estava na base de toda política indigenista que, naquele momento, buscava assimilar os indígenas à “civilização” retirando deles os traços considerados negativos e que “repugna[va]m a cultura ocidental”, como suas “crenças religiosas e práticas mágico-religiosas no tratamento das enfermidades” e “a ausência do afã economicista”, entre outros (AGUIRRE BELTRÁN, 1990, p. 156). Essa era a visão que

orientava tanto a política indigenista brasileira quanto a continental, representada pelo I.I.I. sob a direção de Gamio.

A seguir, apresentamos brevemente a história dos inícios da instituição indigenista continental e a relação do Brasil com ela até o período estudado.

1.2. O surgimento do indigenismo interamericano na década de 1940 e a complexa inserção do Brasil no projeto continental

Como já mencionamos, no ano de 1940, por iniciativa mexicana, durante o governo de Lázaro Cárdenas, foi realizado na cidade de Pátzcuaro o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que teve como principal fruto a criação do I.I.I. Essa instituição buscou reunir os intelectuais indigenistas das Américas para compartilhar seus conhecimentos e fomentar políticas indigenistas nos países do continente.

A partir da criação do I.I.I. foi sendo construído o que a historiadora Laura Giraudo (2011) chama de “um campo indigenista quase profissional”, dentro do qual o Instituto foi a principal instituição e a revista A.I. o principal meio de contato entre a intelectualidade indigenista continental.

A primeira edição de A.I., de outubro de 1941, foi publicada ainda sob a direção do educador mexicano Moisés Sáenz, que foi o principal idealizador do Congresso de Pátzcuaro e do I.I.I. Mas Sáenz faleceu inesperadamente no mesmo ano, então a direção do I.I.I. e da sua publicação passou para as mãos de Manuel Gamio. Ele era extremamente reconhecido no continente por seu trabalho indigenista no México e ficou à frente da direção do I.I.I. e de A.I. até sua morte, em 1960.

Com a mudança de direção de Sáenz para Gamio, houve uma grande mudança de orientação na direção do I.I.I., o que, como afirma Giraudo, “significou, em âmbito interamericano, o afastamento inexorável do indigenismo militante, político e social [representado por] Saenz” para a ênfase na lógica científica. Durante a gestão de Gamio na direção do I.I.I., que engloba todo o período que estudamos, procurou-se enfatizar a questão científica e apresentar o indigenismo como um campo autonomizado “suficientemente diferenciado [...] do campo político” (GIRAUDO 2011, p. 87). O auto discurso da instituição era de que o I.I.I. era “uma instituição não política” (A.I., Editorial, jul. 1944, p. 179)

Mas, por definição, o indigenismo é sempre político. Podemos observar que, apesar do auto discurso científico, os artigos publicados em A.I. também contemplavam o campo político.

Dentro do contexto continental, a criação de um instituto interamericano para tratar da questão indígena foi fruto de um projeto que vinculava o indigenismo herdeiro da Revolução Mexicana com a Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos. O projeto do I.I.I. foi idealizado por Moisés Sáenz e recebeu apoio do norte-americano John Collier, um grande admirador do indigenismo mexicano que atuou como comissário de Assuntos Indígenas no seu país durante o governo de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). O I.I.I. acabou sendo formado com financiamento dos governos de México e Estados Unidos. (AHLSTEDT, 2015; GIRAUDO, 2011)

Sobre a participação do Brasil no projeto indigenista continental, é importante destacar a presença do país desde o começo, no Congresso de Pátzcuaro, em 1940. O Brasil enviou representantes oficiais para o evento e, após o Congresso, o antropólogo Roquette Pinto passou a fazer parte do Comitê Executivo que organizou o I.I.I. (GIRAUDO, 2011). Além disso, como já dissemos, o Brasil teve uma presença marcante na revista A.I. desde o começo da publicação.

A aproximação inicial do Brasil com o I.I.I. pode ser entendida dentro de uma mudança na política externa brasileira, que historicamente não era marcada por relações muito próximas dos países latino-americanos. Mas, como mostra Maria Helena Capelato (2000), “diante da conjuntura internacional da década de 30, o governo Vargas buscou aproximação com a América Latina” (CAPELATO, 2000, p. 299).

Mas a relação do Brasil com o I.I.I. foi muito complexa. Apesar de ter participado da formação da instituição, o país foi um dos últimos do continente a aderir oficialmente ao I.I.I., o que ocorreu somente em 1954 (MENDOZA, 2005, p. 69). Essa situação se explica pelo medo de uma suposta ameaça comunista representada pelo México, que existia na visão de membros do corpo diplomático brasileiro enviado ao Congresso de Pátzcuaro. Um desses membros, Carlos de Lima Cavalcanti, então embaixador do Brasil no México, destacou que considerava o tom ideológico e político do evento de caráter comunista, alertando em seu relatório oficial ao governo brasileiro sobre a presença de numerosos comunistas na delegação mexicana. Dessa forma, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) decidiu não estabelecer relações regulares com o I.I.I. (BLANCHETTE, 2010, p. 46).

Na verdade, antes mesmo do Congresso Indigenista, havia nos meios diplomáticos brasileiros o temor de que o México pós-revolucionário representaria uma ameaça comunista. Segundo Guillermo Palacios (2008), nos anos 1930 as relações entre os governos do México e do Brasil passaram por tensões “causadas pelos efeitos reflexos da irrupção dos movimentos comunistas em ambos os países.” Na virada da década de 30 para a de 40, a situação se complicou ainda mais por causa da “*questão Prestes*”, quando o México concedeu asilo político à mãe e filha do líder comunista brasileiro, Luís Carlos Prestes (PALACIOS, 2008, p. 278-312. Grifo no original).

Foi nesse contexto de complicadas relações diplomáticas entre os dois países que ocorreu o Congresso Indigenista de Pátzcuaro, em abril de 1940. Na época, como destaca Palacios (2008), os representantes diplomáticos do Brasil no México “não se cansavam de enfatizar o apoio que a esquerda mexicana tinha no aparelho de Estado” e, em diversas ocasiões, fizeram a “advertência” ao governo brasileiro de que “era o próprio governo do México e talvez o próprio presidente Cárdenas que estimulavam a ‘escalada comunista’” (Idem, p. 279). Devido a essa percepção e, principalmente, pelo conteúdo do relatório de Cavalcanti após o Congresso de Pátzcuaro, o presidente Vargas bloqueou a entrada oficial do Brasil no I.I.I. e o país só aderiu oficialmente à Convenção do I.I.I. após o órgão ser submetido à esfera da OEA, o que ocorreu em 1953. Apesar disso, Roquette Pinto, que havia sido um dos representantes do Brasil no Congresso, também passou a fazer parte do Comitê Executivo da instituição e vários intelectuais brasileiros enviaram artigos para a revista A.I. desde o início da publicação.

O Brasil também foi um dos primeiros países do continente a abraçar a iniciativa do I.I.I. de criação do “Dia do Índio”, que entrou no calendário oficial de comemorações brasileiras em 1943. A proposta de criação da data comemorativa para todo o continente tinha surgido durante o Congresso de Pátzcuaro, de 1940, e o dia 19 de abril foi escolhido por ter sido a data em que o congresso recebeu os delegados indígenas de vários países (GIRAUDO, 2017).

Como comenta Laura Giraudo, apesar do Brasil só ter ratificado a Convenção do I.I.I. nos anos 50 e o SPI nunca ter se tornado um instituto nacional indigenista, como previa a convenção do I.I.I. para os órgãos indigenistas em cada país, com a adoção da celebração do Dia do Índio “se reivindicava uma abordagem continental, o papel proeminente do Brasil (e de seus indigenistas, especialmente Rondon) e sua proximidade com o México”, sede do I.I.I., ou seja, com o indigenismo oficial interamericano (GIRAUDO, 2017, p. 83-84).

A proximidade da relação do Brasil com o I.I.I. mesmo antes da adesão à Convenção do Instituto também é destacada por Carlos Alberto Casas Mendoza (2005), que afirma que “a principal linha de intercâmbio” entre o Brasil e o I.I.I. ocorreu justamente através dos artigos publicados em A.I. Segundo o autor:

a demora na oficialização do ingresso do Brasil ao I.I.I. não evitou que a partir de 1940 se abrisse uma ampla via de relacionamentos entre as agências indigenistas brasileiras e o I.I.I. As viagens e a publicação de artigos foram as duas principais vias pelas quais fluíram os intercâmbios institucionais e através das quais transitaram as ideias e as *identificações*. (MENDOZA, 2005, p. 70. Grifo no original.)

Quanto à adesão brasileira à data comemorativa do Dia do Índio, ela se inseriu perfeitamente no projeto nacionalista de Vargas. A data foi usada na tentativa de incorporar as populações indígenas à nação a partir de uma educação cívica. Durante as celebrações do Dia do Índio, o governo brasileiro organizou exposições em museus, cerimônias públicas, entre outros eventos, a fim de engrandecer simbolicamente a figura do “índio” (GARFIELD, 2000, p. 18-19).

Portanto, no Brasil, a celebração do Dia do Índio adquiriu, acima de tudo, um caráter nacionalista e simbólico, que se mostrava de forma mais evidente durante as celebrações realizadas nos Postos Indígenas do SPI, como comenta Mendoza (2005):

Nesses espaços, [nos Postos Indígenas] o Dia do Índio adquiriu a forma de um sistema pedagógico, dirigido a construir as representações nacionalistas entre as populações indígenas incorporadas à nação. A difusão do projeto cívico achou no Dia do Índio o espaço ideal para construir as representações nacionalistas, “corporalizando” e materializando os discursos nacionais entre as populações indígenas. (MENDOZA, 2005, p. 78)

O Dia do Índio foi inserido nos eventos cívicos das escolas dos postos indígenas do SPI, por meio das quais a instituição indigenista buscava reafirmar sua posição institucional e difundir o imaginário nacional entre as comunidades indígenas, como explica o autor:

A celebração [do Dia do Índio] foi estritamente formal e solene. O desenvolvimento pleno da celebração girou em torno dos símbolos nacionais (bandeira, hino, entre outros) e a imagem de Getúlio Vargas, transformada em ícone nacional e em modelo pátrio. De fato, o “retrato de Getúlio” foi distribuído em todos os postos indígenas do SPI durante

a celebração do Dia do Índio de 1944. Na maioria das descrições que aparecem no *Boletim do SPI* desse ano se faz referência a essa distribuição, assim como a encomenda, dirigida aos chefes de Posto, de que através do retrato se desse exemplo do “verdadeiro sentido de nacionalidade que encarava [*sic*] o Brasil”. O retrato de Getúlio Vargas foi, dessa forma, exposto nas escolas e ritualizado dentro do ‘imaginário nacional’ dos postos indígenas. (Idem, p.79)

Sobre o alcance dessa estratégia política de formação da nacionalidade, Mendoza comenta:

Como forma de ritualização, o Dia do Índio funcionou perfeitamente, ao menos em suas origens, como um mecanismo de (re)criação e afirmação dos modelos institucionais que operavam na época. Centrado no desenvolvimento de “atos comemorativos”, o Dia do Índio ritualizou um conjunto de práticas e se tornou, ademais, num instrumento idôneo dentro do processo de construção e internalização do nacionalismo dirigido às populações indígenas. [...] Esses atos comemorativos adquiriram um amplo sentido de solenidade e de afirmação do “projeto cívico”. (Idem, p. 74)

Como já mencionamos, no Brasil do período havia toda uma romantização em torno da figura do “índio”, que não dizia respeito aos indígenas enquanto seres históricos, inseridos no presente e socialmente ativos, mas ao seu lugar principalmente simbólico no imaginário nacionalista do varguismo. Quanto ao indígena enquanto sujeito histórico, era visto pela maioria dos intelectuais indigenistas brasileiros da época como um “problema” para a integração nacional e que precisava ser resolvido através da assimilação.

Essa mesma perspectiva – que exaltava simbolicamente “o índio”, mas, na prática, pretendia “civiliza-lo”, ou seja, desindianizá-lo –, foi a que esteve presente no indigenismo interamericano durante a gestão de Manuel Gamio. A visão indigenista do mexicano também se baseava na lógica da “incorporação indígena”, que já explicamos com base nas considerações Aguirre Beltrán (1990).

Mas, embora Gamio acreditasse que os indígenas deveriam assimilar o modo de vida dos “civilizados”, isso não significava que ele os enxergasse como racialmente inferiores. Por exemplo, ele escreve em *Forjando patria* que o indígena “tem habilidades intelectuais comparáveis às de qualquer raça” e acrescenta: “o índio tem as mesmas aptidões para o progresso que o homem branco; não é superior nem inferior a ele” (GAMIO, 1916, p. 32; 38).

A abordagem antropológica de Gamio não era racalista, ela foi influenciada por sua formação na Antropologia Cultural de Franz Boas, de quem foi aluno na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Mas, por outro lado, o mexicano não seguiu exatamente a perspectiva culturalista de Boas, pois não conseguiu romper totalmente com as ideias evolucionistas que também marcaram sua formação. Como aponta Sergio Ricco (2015), Gamio “arrasta o positivismo do século XIX e o leva consigo até bem entrado o século XX.” Ricco afirma que “poucas foram as mudanças” no pensamento de Gamio desde sua obra de 1916 até sua morte em 1960 (RICCO, 2015).

Realmente, podemos observar em alguns de seus editoriais publicados em A.I. no período estudado que o paradigma evolucionista era muito marcante na visão de Manuel Gamio sobre os indígenas. Nesses textos, fica claro que a lógica que imperava no indigenismo de Gamio e, portanto, do I.I.I. durante sua gestão, era a da “substituição de uma característica cultural autóctone [indígena] por outra [de origem] ocidental de maior eficácia e valor”, como ele declarou explicitamente em um editorial de 1945. (A.I., Editorial, jan., 1945, p. 7)

Mas, ao contrário do que acontecia no Brasil, no caso do México de Gamio já havia uma ligação estreita entre a Antropologia e o indigenismo oficial, através da chamada Antropologia aplicada, que já era uma corrente antropológica muito forte no período e que tinha como um dos seus maiores defensores justamente o antropólogo mexicano diretor do I.I.I.

Antropologia aplicada se difere da acadêmica porque sua preocupação primordial não é o desenvolvimento do conhecimento científico por si mesmo, mas de uma aplicação desse conhecimento a questões práticas (BASTIDE, 2009). Por isso, essa lógica antropológica foi, em muitos casos, tomada como base para a atuação de instituições indigenistas oficiais, ocorreu no México, onde a própria Antropologia se tornou, em boa medida, uma política de Estado. Sobre a relação entre as Ciências Sociais e a política no indigenismo mexicano durante o século XX, Del Val e Zolla (2014) explicam que o que ocorreu foi:

a reorientação das ciências sociais para “a compreensão científica do problema indígena” (a antropologia, em primeiro lugar [...]), o estabelecimento de uma ordem aplicada pela impressão da chamada “ação indigenista” e a consciência de um feito que implicava “a redenção dos índios.” (DEL VAL; ZOLLA, 2014, p. 31-32)

Manuel Gamio chegou a publicar um editorial em A.I. defendendo a Antropologia aplicada e explicando qual era sua perspectiva a respeito do conhecimento antropológico e do lugar que deveria ser ocupado pelos antropólogos dentro do indigenismo defendido pelo I.I.I. No editorial, que tinha o título de “Aplicação construtiva das Ciências Sociais”, ele afirma que, até então, inúmeras investigações teóricas sobre grupos indígenas tinham sido realizadas no continente americano e algumas chegaram até a ser publicadas, mas só serviam como referências para estudos teóricos, “sem aplicação prática”. Então, propõe que, ao invés desse tipo de estudos simplesmente acadêmicos, que ele entendia como “egoísta e carente de sentido humano”, fossem feitos estudos que “sugeri[ssem] medidas práticas para melhorar as condições de vida material e intelectual dos grupos sociais [indígenas] considerados.” (A.I., Editorial, n. 1, jan., 1945, p. 3)

Ainda segundo Gamio, essas investigações científicas mais produtivas sobre os indígenas, os estudos aplicados, deviam ser feitas por “pesquisadores especializados”, porém, os antropólogos deveriam “deixa[r] a aplicação prática” indicada em seus estudos para ser feita por “administradores ou realizadores suficientemente aptos e capacitados” (Ibidem). Ao se referir a “administradores capacitados” em relação à questão indígena, Gamio, como diretor do I.I.I., estava se referindo aos indigenistas.

Na verdade, a Antropologia, ao prever uma ação prática sobre os grupos indígenas, era uma corrente antropológica muito atrelada ao Estado, pois ele era visto como o agente capaz de realizar as políticas públicas de caráter indigenista, através da ação dos especialistas.

Como já comentamos, no caso do Brasil, os indigenistas ligados ao órgão oficial do Estado, o SPI, em geral, não tinham formação antropológica, mas eram principalmente militares. Eles, em sua maioria, tinham sido educados com base nos princípios positivistas e sua perspectiva evolucionista. No entanto, podemos perceber nos próprios artigos sobre o Brasil publicados em A.I. que a instituição indigenista brasileira estava cercada de profissionais, principalmente estrangeiros, ligados às ciências antropológicas e vinculados a instituições como o Museu Nacional e o Museu Paulista. Alguns deles, como norte-americanos Jules Henry e Vincenzo Petrucci, que publicaram importantes artigos sobre o Brasil em A.I., como abordaremos no capítulo seguinte.

Capítulo 2

O indigenismo brasileiro nas páginas de *América Indígena*: a sombra de Rondon

Neste capítulo realizamos a análise dos artigos sobre o Brasil que foram publicados em A.I. desde o início da revista, em 1941, até o fim do Estado Novo brasileiro, em 1945. Nosso principal objetivo é entender como o indigenismo brasileiro aparece nas páginas da publicação e qual o diálogo dele com o indigenismo do I.I.I.

Antes de trabalhar os artigos, faremos uma breve apresentação da estrutura material da revista A.I. Como já mostramos, ela era um periódico de cunho intelectual. Sua publicação era trimestral, totalizando quatro edições anuais, que ocorriam nos meses de janeiro (indicada como nº 1), abril (nº 2), julho (nº 3) e outubro (nº 4). Durante todo o período analisado, a revista foi publicada em preto e branco, incluindo a sua capa e todas as imagens que publicava, inclusive as fotografias. Cada edição tinha aproximadamente 100 páginas.

A revista reunia artigos de intelectuais indigenistas de todo o continente americano. Esses artigos podiam ter tanto um caráter mais científico, trazendo resultados de pesquisas antropológicas, quanto um caráter mais político, discutindo a questão indígena nos países americanos e sua relação com os Estados nacionais.

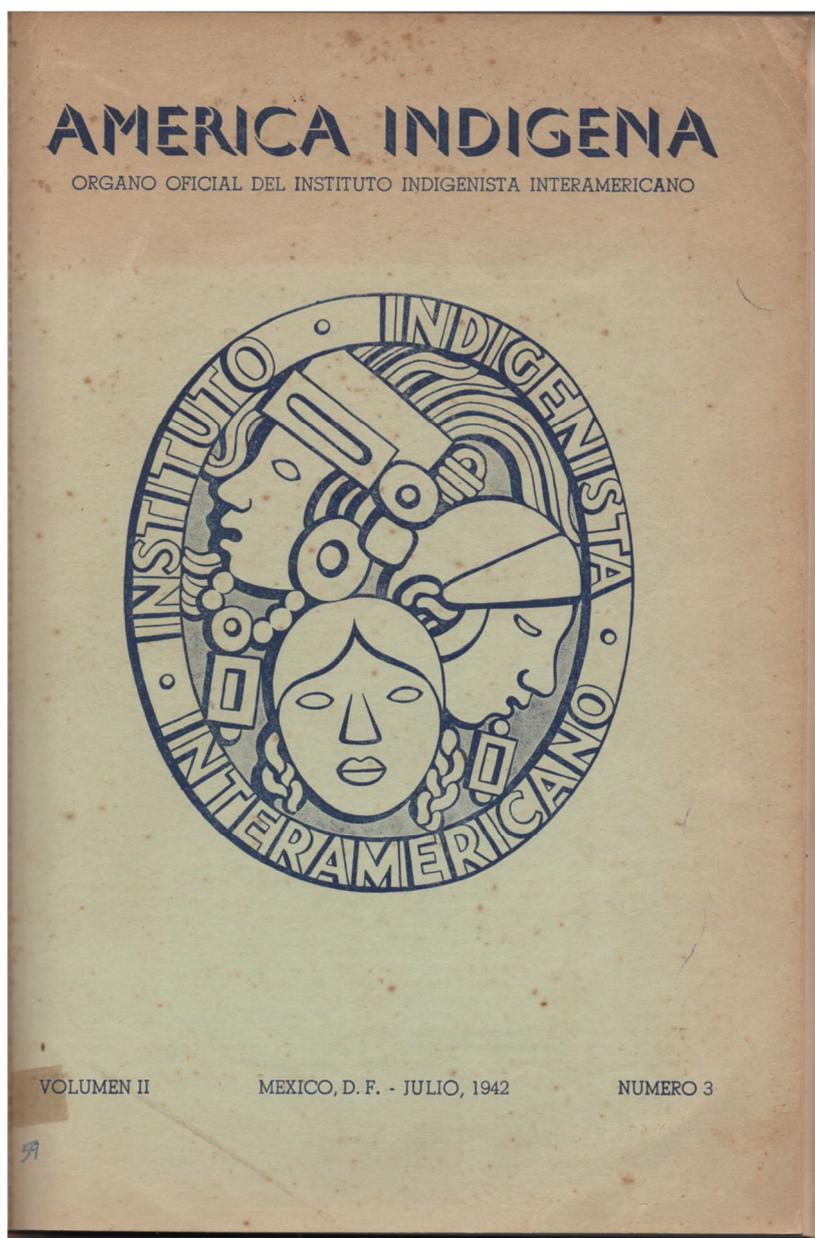
Basicamente, podemos descrever a organização interna de A.I. da seguinte maneira: ela não se apresentava em colunas fixas ou seções; em cada edição o editorial era publicado sempre em espanhol e inglês e, depois dele, apareciam vários artigos avulsos, escritos por antropólogos e outros intelectuais indigenistas do continente. Além dos textos escritos, o discurso da revista também era composto por imagens, sendo estas principalmente fotografias de indígenas, mas também havia a reprodução de obras (gravuras e quadros) de artistas latino-americanos, sempre relacionadas com a temática indigenista.¹

A.I. tinha distribuição em todo o continente americano. Durante todo o período estudado, a revista era vendida pelo valor de 1,75 pesos mexicanos ou 35 centavos de dólar a edição avulsa, mas também podia ser adquirida por meio de assinatura anual, que nesse caso custava 10 pesos mexicanos ou 2 dólares norte-americanos, como aparecia em todas as suas contracapas.

¹ Sobre a presença da visualidade em *América Indígena*, consultar: SOCHODOLHACK, 2017; 2018 e SOUZA, 2019.

Na segunda edição da revista, foi apresentado o emblema oficial do I.I.I., que passou a ser reproduzido em todas as suas capas (imagem 1). O desenho do emblema foi feito pelo artista plástico guatemalteco Carlos Mérida e a sua simbologia foi desenvolvida pelo escritor Carlos Girón Cerna, que era o secretário do Comitê Executivo do I.I.I. no momento e que também era guatemalteco.

Imagem 1 – Capa de *América Indígena* com o emblema do I.I.I.



O emblema da revista apresentava a simbologia das “três cabeças”, que foi explicada por Girón Cerna na segunda edição de A.I., como comenta Dias (2018):

Segundo ele [Girón Cerna], a cabeça ao fundo e acima na imagem, adornada com atributos indígenas, remetia à América pré-colombiana, enquanto a cabeça que aparece no lado direito da imagem, apresentada sem adornos e curvada, representava a situação dos nativos após a conquista europeia. Essa segunda cabeça representava a América depois que “vieram novos deuses com corpo de cavalo, peito, cabeça e coração de aço”; “deuses do terror [que] vinham para destruí-los [os indígenas], martirizá-los, escravizá-los e os convertiam em animais de trabalho e de carga.” Então, “a terra americana se encheu de cristos, em cada encosta um calvário, em cada índio uma cruz... e os quarenta dias de jejum se converteram em quatro séculos de fome...” A terceira e última cabeça, que está sintomaticamente posicionada à frente no emblema do I.I.I., simboliza a “maternidade futura”, sendo essa relacionada ao indigenismo. (DIAS, 2018, p. 251-252)

É importante destacar que esse emblema foi criado quando Moisés Sáenz ainda era o diretor do I.I.I. e da revista A.I., portanto, ele remetia ao indigenismo “político e militante”, como qualifica Giraud (2011), que tinha dado origem à instituição indigenista continental, mas que foi completamente modificado a partir da direção de Gamio. Mas o mesmo emblema foi mantido na capa da publicação durante toda a gestão do antropólogo mexicano.

Sobre a proposta de se publicar uma revista do I.I.I., o texto que aparece em suas contracapas informa que o objetivo de A.I. era: “o intercâmbio de informações sobre a vida indígena [...] e da política e programas que estão sendo desenvolvidos em seu favor [nos diversos países].”

Por se tratar de uma publicação de caráter indigenista, A.I. era, ao mesmo tempo, um veículo de difusão de estudos de antropológicos e também de artigos de caráter político, que relatavam, criticavam ou cobravam a existência de políticas públicas indigenistas nos diversos países do continente. Essa revista foi uma importante via de diálogo entre o indigenismo brasileiro e o continental.

Colocamos abaixo uma lista (tabela 1) com os 14 artigos sobre o Brasil que foram publicados em A.I. entre 1941 e 1945 e que são as principais fontes históricas usadas neste trabalho. Em seguida, apresentamos nossa análise sobre esses artigos, que dividimos entre os que têm um caráter majoritariamente político, de propaganda do indigenismo oficial brasileiro (são os artigos 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 14 da tabela), e os que consistem em apresentações de pesquisas científicas ou apresentam um discurso mais científico do que político (artigos 2, 6, 8, 13 na tabela).

Destacamos que essa divisão foi feita apenas para facilitar a exposição das análises, pois mesmo os artigos científicos podem apresentar ligações com propostas políticas indigenistas, como veremos. Como já destacamos, o indigenismo envolve discursos e práticas que pretendem ser favoráveis aos indígenas e o discurso científico muitas vezes é usado como base para a construção de políticas públicas voltadas para os povos nativos. Então, ciência e política não se separam dentro do indigenismo, principalmente quando lidamos com indigenismos oficiais, como no caso do SPI e do I.I.I.

Tabela 1

Artigos sobre o Brasil em <i>América Indígena</i> (1941-1945)			
Nº	Título	Autor	Edição/pág.
1	A obra de proteção ao indígena no Brasil	Vicente P. T. Fonseca Vasconcelos	1941, nº 1 (jan.), p. 21-28
2	The Kaingang Indians Santa Catarina, Brasil	Jules Henry	1942, nº 1 (jan.), p. 75-79
3	General Cândido Mariano da Silva Rondón, “sertanista” and indianist	Vicenzo Petruzzo	1942, nº 1 (jan.), p. 81-83
4	Problema Indígena	Cândido M. da Silva Rondon	1943, nº 1 (jan.), p. 23-37
5	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1943, nº 2, (abr.), p. 153-160
6	A alimentação de nossos índios	Angyone Costa	1943, nº 3 (jul), p. 221-226
7	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1943, nº4 (out), p. 329-335
8	Problemas indigenistas no Brasil	Herbert Baldus	1944, nº 1 (jan), p. 9-18
9	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1944, nº 1 (jan), p. 55-63.
10	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1944, nº2 (abr), p. 133-142
11	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1944, nº 3 (jul), p. 233-236
12	O problema de civilização dos índios no Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1944, nº 4 (out), p. 323-333
13	Áreas alimentares do Brasil	Josué de Castro	1945, nº 3 (jul), p. 191-205
14	Índios do Brasil	Amílcar Botelho de Magalhães	1945, nº 4 (out), p. 309-315

2.1. Os artigos de cunho oficial e de propaganda

Durante a pesquisa observamos que a maior parte dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I. tiveram um caráter de propaganda do indigenismo oficial brasileiro, mesmo porque a maioria deles foi publicado por pessoas ligadas aos órgãos oficiais, como o SPI e também a Comissão Rondon.

Como mostramos no capítulo anterior, no início da década de 1940 já havia uma fama internacional do marechal Cândido Rondon. Mas percebemos que a atuação do SPI também parece que já tinha um reconhecimento internacional, pois o primeiro artigo sobre o Brasil publicado em A.I., que aparece na primeira edição da revista, em outubro de 1941, foi escrito pelo próprio diretor da instituição, o tenente-coronel Vicente de Paula Teixeira Fonseca Vasconcelos, e ele explica que o artigo foi escrito como resposta à direção do I.I.I., que havia pedido que publicasse em A.I. um artigo sobre “o programa governamental [brasileiro] proseguido pelo Serviço de Proteção aos Índios” (VASCONCELOS, A.I., jan. 1941, p. 21).

Como resposta ao convite feito pela revista, o diretor do SPI se propôs a “dar-vos em traços gerais, o que há, e o que se faz administrativamente em assunto ‘índio’ na República Brasileira, e que corresponde essencialmente a incumbência do Serviço de Proteção aos Índios, na aparelhagem administrativa do Brasil” (Idem, p. 21).

Com o título “A obra de proteção ao indígena no Brasil,” Vasconcelos, apresentou uma descrição histórica da administração e dos serviços voltados aos indígenas no Brasil desde a criação do SPI. Ele baseou sua explicação na legislação indigenista em vigor no país, desde a Lei nº 5.484, de 1928, que regulava a situação dos indígenas brasileiros classificando-os em quatro categorias: 1º índios nômades; 2º índios aldeados ou arranchados; 3º índios pertencentes a povoações indígenas e 4º índios pertencentes aos centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com os civilizados (Ibidem).

Além dessa lei, também citou alguns decretos, artigos e regulamentos que orientavam a política indigenista brasileira, apresentando uma visão oficial e, acima de tudo, positiva da política do governo brasileiro e sua relação com os indígenas. Segundo Vasconcelos, a criação do SPI e sua política indigenista representaram uma “reação nacionalista contra as teorias pseudocientíficas de sábios de origem estrangeira e mentalidade racista que apregoavam a necessidade do massacre dos índios ainda selvícolas, para que as respectivas terras pudessem ser entregues a colonização alienígena” (Idem, p. 21-22).

O diretor do SPI se referia a posicionamentos como o do alemão Hermann von Ihering, que era diretor do Museu Paulista na época da criação do SPI e defendia o extermínio dos indígenas, que ele identificava como um “empecilho” para o progresso brasileiro. Então, no artigo publicado em A.I., ele coloca a criação da instituição indigenista brasileira como um ato de salvação dos indígenas, que teriam sido exterminados não fosse a obra redentora do marechal Rondon, que lutou contra as ideias racialistas, fundou o SPI e foi seu primeiro diretor. Vasconcelos apresenta a instituição indigenista brasileira aos leitores da revista do I.I.I. como “herdeira” da Comissão Rondon e seus preceitos humanitários.

Vasconcelos havia participado da Comissão Rondon, através da qual iniciou uma trajetória indigenista junto com outros militares que ali serviam sob o comando do general Rondon. Entre os militares inseridos no projeto indigenista rondoniano e que publicaram em A.I., estavam o próprio Vasconcelos e também o capitão Amílcar Botelho de Magalhães, que foi o a pessoa que mais publicou artigos sobre o indigenismo brasileiro na revista. Esses dois militares acompanhavam a trajetória indigenista de Rondon desde a Comissão, passando pelo SPI – do qual Vasconcelos era, então, o diretor – e o CNPI, órgão ligado ao SPI, que era dirigido por Rondon e do qual Magalhães também fazia parte durante o período estudado (MENDOZA, 2005, p. 52).

Outro aspecto relevante no artigo de Vasconcelos em A.I. é que ele ressalta várias vezes o perigo que os funcionários do SPI enfrentavam nas operações de atração dos indígenas. O diretor da instituição indigenista brasileira destaca a bravura e a bondade de seus funcionários, que arriscavam suas vidas no processo de atração e pacificação dos indígenas, em prol do progresso da nação. Segundo ele, esse processo era feito de forma completamente pacífica, seguindo à risca a divisa de Rondon: “morrer se preciso for, matar nunca.” Ele descreve a atitude dos civis e militares ligados ao SPI diante de confrontos com indígenas da seguinte forma: “todos receb[i]am estoicamente a morte ou o ferimento, não havendo um só que utilizasse a sua arma contra o índio” (VASCONCELOS, A.I., jan. 1941, p. 23).

Na visão de Vasconcelos, os indígenas eram agressivos e, para que se pudesse chegar a bons resultados na atração desses “selvícolas hostis”, muitas vidas de funcionários do SPI haviam sido ceifadas. Ele destaca que, mesmo adiante do derramamento de sangue feito pelos indígenas contra os funcionários do SPI, sua “reação” apenas “consistia em deixar-lhes, no lugar da agressão, como brindes, os objetos que mais lhe possam agradar e ser úteis, tais como ferramentas, enfeites, panos, etc.” (Ibidem) Esse

seria o método típico de atração e pacificação dos indígenas usado pelo SPI, nas palavras de seu diretor, que foram difundidas internacionalmente através de A.I.

Podemos observar nessa narrativa não apenas a exaltação do caráter pacífico das intervenções do SPI nas comunidades indígenas, mas também toda uma mitificação em torno das figuras, militares e civis, ligadas à instituição, que são descritas com base nas ideias de sacrifício e heroísmo. Segundo antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire (2005), esse processo de mitificação já vinha sendo desenvolvido desde a atuação da Comissão Rondon e foi ampliado para as ações do SPI:

Graças às ações de propaganda e apologia, o lema de Rondon foi encampado pelo SPI, simbolizando o espírito do núcleo dirigente. Morre-se agora nas atrações pela realização do projeto indigenista, a incorporação pacífica dos índios à civilização. Só a filiação de militares ao Apostolado Positivista – a religião da humanidade – explicaria a determinação de *obediência religiosa* ao lema de Rondon constando do artigo do Regulamento do SPI (1936), então subordinado ao Ministério da Guerra. (FREIRE, 2005 p. 326. Grifo no original.)

Nesse trecho de Freire, destaca-se a relação da ideologia diretora do indigenismo brasileiro com as ideias positivistas, o que, na versão oficial, aparece como o elemento que teria permitido a Rondon e seus seguidores vencerem as ideias racistas em relação aos indígenas. Segundo Freire (2005), Rondon procurou trazer militares para compor os grupos de atração e pacificação indígena porque isso seria facilitado pela disciplina militar. O autor mostra que o lema de Rondon “morrer se preciso for matar nunca”, na prática, combinava “*uma forma de tratamento dos índios e uma estratégia militar de disciplinamento da tropa, compreendidas do ponto de vista positivista*” (Idem, p. 325. Grifo no original.).

Como um antigo membro da Comissão Rondon, o então diretor do SPI obviamente tinha interesse de exaltar a instituição e também de vinculá-la a uma linhagem ideológica que remontava à Comissão e à figura de Rondon. Ele aproveitou-se da oportunidade aberta pelo questionamento a direção do I.I.I. sobre a política indigenista brasileira para fazer propaganda dela numa revista que se propunha a circular em todo o continente.

É importante destacar sobre a questão da violência física envolvida nas ações de “pacificação indígena” do SPI que a historiografia realmente não enfatiza tanto esse tipo de violência pela instituição na época estudada, ao contrário do que ocorre em outros

períodos, principalmente na segunda metade do século XX, sobretudo durante a ditadura militar (HECK, 1996). Mas obviamente havia uma violência latente envolvida nesse processo, basta lembrar que, durante boa parte do tempo, o SPI fez parte do Ministério da Guerra. Ainda que, eventualmente, não se chegasse à violência física, havia uma clara coação que se estabelecia a partir da “pacificação”. Como observa Rocha (2003),

As pacificações devem ser vistas como uma [...] estratégia em que se assiste a um estado de guerra não declarado – fato que torna menos evidente o peso decisivo da violência existente nas guerras declaradas, mas que existe mesmo assim, subjacente às ações das expedições de pacificação – cujo objetivo final é comum a todas as guerras: quebrar a vontade política autônoma do adversário. As turmas de pacificação funcionam, assim, como pequenos exércitos baseados em uma rígida disciplina militar na qual os chefes das expedições [...] agem como chefes militares que seguem um plano estratégico de administração comedida da força, de forma a quebrar a vontade política autônoma dos índios (ROCHA, 2003, p. 139).

Mas no discurso oficial, que aparece no artigo do diretor do SPI em A.I., bem como nos outros artigos de propaganda do indigenismo brasileiro publicadas na revista do I.I.I., a violência da instituição indigenista é totalmente negada e é enfatizada a obra de “proteção” oferecida aos indígenas pelo SPI. Vale lembrar que Vasconcelos está escrevendo durante o período do Estado Novo. Nesse contexto, a suposta “proteção” ao índio estava muito atrelada ao interesse de consolidar o projeto nacionalista do varguismo. Como discutimos anteriormente, nesse período houve uma grande preocupação do governo em transmitir uma imagem bondosa do Estado para com os povos indígenas, relacionada ao ideal de formação de uma nação unificada e harmoniosa, formada pelas contribuições de todas as “raças” que formavam o povo brasileiro.

Em relação aos indígenas, a ideia era que eles fariam parte da nação e da identidade brasileira através de uma “evolução”, que ocorreria por meio do contato com os “civilizados”. Eles seriam atraídos “pacificamente” e perderiam “naturalmente” os traços maus do seu “caráter”, mas poderiam conservar e até melhorar os traços bons. Essa expectativa em relação à evolução indígena a partir do contato não violento, embora coercitivo, com a nação considerada “moderna” e sua participação na identidade nacional brasileira não era algo único do Brasil na época. Como afirma Garfield (2011), o Estado brasileiro não estava de modo algum sozinho nesses esforços de integração das populações indígenas, vários governos da América Latina promoviam esse tipo de

indigenismo, baseado na integração socioeconômica do indígena ao Estado-nação a partir da ideia de evolução. (GARFIELD, 2011, p. 54)

A leitura que fizemos dos editoriais de A.I. nos permitiu perceber que o indigenismo brasileiro tinha muita semelhança com as propostas apresentadas por Manuel Gamio para o México e para o continente através da revista. Tanto para o diretor do I.I.I. quanto para o diretor do SPI, o indigenismo era uma ação estatal oficial cujo fim último seria a incorporação do indígena, necessária para a formação de uma identidade nacional homogênea. Para ambos, a “incorporação indígena” era um ponto primordial para se “forjar a pátria”, como aparece no título da obra mais famosa de Gamio (GAMIO, 1916). O mexicano também defendia que a tarefa do indigenismo era selecionar os traços culturais indígenas que poderiam ser mantidos ou deveriam ser “extirpados”, como aparece no artigo “Las características culturales y los censos indígenas”, publicado por ele em A.I. em julho de 1942.

A semelhança dos indigenismos oficiais de Brasil e México é apontada por Mendoza (2005), que destaca que “nos dois países foi aplicada de forma maciça uma série de projetos de desenvolvimento, os quais estimavam que apenas através da integração econômica das populações indígenas se poderia canalizar sua incorporação à nação” e, também em ambos os países, essa integração era vista como indispensável para “alcançar os parâmetros internacionais da alta modernidade.” (MENDOZA, 2005, p. 3)

Tanto no México quanto no Brasil dessa época os processos de construção do nacionalismo tomavam a presença indígena como um elemento importante na construção da unidade nacional. Nos dois países a figura do indígena foi utilizada como parte importante da nacionalidade e a política indigenista procurou difundir discursos nacionalistas, principalmente através da educação, “vista como melhor caminho para incorporar as populações indígenas à nação” (Idem, p. 4).

Tanto no México quanto no Brasil, as ações indigenistas oficiais também foram usadas para fortalecer a imagem internacional desses países como modelos de atuação em prol dos indígenas. No caso do México, como já mencionamos, o país foi o grande articulador do indigenismo interamericano e funcionou como o grande modelo continental sobre a questão indígena durante décadas. O país foi a sede do I.I.I. e só teve diretores mexicanos até meados da década de 1970. Em relação ao Brasil, percebemos que a fama internacional alcançada por Rondon desde a Comissão foi usada para elevar internacionalmente também a imagem SPI. Pelo menos esse foi o caso de muitos dos artigos sobre o indigenismo brasileiro publicados em A.I.

Essa visão propagandista aparece no primeiro artigo sobre o Brasil publicado na revista do I.I.I., assinado pelo próprio diretor do SPI, como já mostramos. Mas, além deste, vários outros artigos sobre o indigenismo brasileiro publicados na revista possuem a mesma perspectiva. Esses são os casos do artigo do Vincenzo Petrullo, um antropólogo norte-americano, membro do Science Service, que foi enviado ao Brasil por um projeto do Museu da Universidade da Pensilvânia e participou da Expedição de Rondon pelo Mato Grosso em 1930; e dos 7 artigos de Amílcar B. Magalhães, além de um artigo publicado pelo próprio Rondon. Esses artigos propagandistas do indigenismo oficial brasileiro totalizam 10 dos 14 artigos sobre o Brasil que foram publicados na revista do I.I.I. no período analisado.

Como já destacamos, o primeiro artigo sobre o Brasil em A.I., escrito pelo diretor do SPI, foi uma resposta a um questionamento da direção do I.I.I. sobre o indigenismo brasileiro. Portanto, ao que tudo indica, a ação do SPI já despertava o interesse internacional. É possível que esse interesse estivesse ligado a um certo reconhecimento internacional da figura de Rondon desde os trabalhos da Comissão, principalmente devido à participação de estrangeiros nas expedições lideradas pelo marechal. Um grande exemplo disso é a própria figura do antropólogo norte-americano Vincenzo Petrullo, autor do artigo “General Cândido Mariano da Silva Rondon, Sertanist and Indianist”, publicado em A.I. em 1942. Seu artigo é basicamente um louvor à figura de Rondon e sua obra indigenista, que o autor descreve como “humanitarista”.

De forma semelhante com o que aparece no artigo do diretor do SPI publicado em A.I., o norte-americano também apresenta em seu artigo a ideia de que teria sido a ação e os ideais do marechal Cândido Rondon o que levou a existência de uma política indigenista no Brasil. Segundo ele, repetindo o mesmo argumento apresentado por Vasconcelos, Rondon teria lutado contra toda uma intelectualidade comprometida com “o evangelho do extermínio” indígena, inclusive contra as declarações de caráter genocida de Von Ihering, diretor do Museu Paulista entre fins do século XIX e inícios do XX. Nas palavras do norte-americano, “Rondon venceu” e, então, “a proteção à população indígena se tornou política oficial do governo brasileiro.” Ele afirma ainda que, no momento em que escrevia, início dos anos 40, não havia “nenhum país que conferisse tão eficiente proteção aos índios como o Brasil” (PETRULLO, A.I., jan. 1942, p. 82).

Esse artigo de Petrullo nos dá algumas pistas sobre a fama internacional alcançada por Rondon. O autor destaca a participação do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt em uma expedição da Comissão Rondon, dentro dos trabalhos desta na

Amazônia, que ocorreram entre 1913 e 1914. Devido a sua participação, essa ficou conhecida como expedição Roosevelt-Rondon. Certamente a presença de Roosevelt na expedição fez com que a atuação de Rondon ganhasse fama internacional. Petrucco destaca essa expedição em seu artigo em A.I. e define a criação do SPI como uma “continuação do trabalho inspirado por Rondon” (Idem, p. 83).

De acordo com o historiador Fernando da Silva Rodrigues (2017), a expedição Roosevelt-Rondon representou um momento importante da trajetória do marechal Rondon sintetizou os interesses internacionais nela envolvidos. No plano interno, a Comissão Rondon “pretendia estabelecer o ideal civilizatório como forma de articulação de poder e dominação através do eixo centro-periferia.” Quanto aos interesses externos, ele destaca que a expedição Roosevelt-Rondon “foi em parte patrocinada pelo Museu Americano de História Natural e deveria realizar a coleta de novas espécies da flora e da fauna da região” (RODRIGUES, 2017, p. 129).

Essa expedição fazia parte de uma série de ações de exploração do território brasileiro ocorridas nos primeiros anos da República com o fim de explorar os “sertões” do Brasil. No caso da expedição Roosevelt-Rondon pela Amazônia, tratava-se de uma exploração de reconhecimento de “uma região em sua maior parte desconhecida dos brasileiros e totalmente desconhecida dos norte-americanos” (Idem, p. 128)-

Dessa forma, o trabalho do general Rondon com a Comissão e seu papel na integração do Estado brasileiro nos inícios da República, juntamente com a participação de agentes externos, como foi o caso do ex-presidente Theodore Roosevelt, fez com que o mesmo ganhasse reconhecimento também internacional.

Carlos Augusto da Rocha Freire (2009) chega a afirmar que a expedição Roosevelt-Rondon, de 1913, foi o que consagrou internacionalmente o trabalho do marechal, através das divulgações feitas pelo próprio Roosevelt. Segundo o autor:

no exterior, mais precisamente em Londres e Nova York, Roosevelt divulgou os resultados da expedição, elogiando o trabalho de Rondon nas selvas brasileiras. Seus artigos foram publicados no livro *Through the Brazilian Wilderness (Através do Sertão do Brasil)*, enquanto o filme da viagem e os filmes da Comissão Rondon eram exibidos em Nova York. Rondon ganhou consagração internacional com essa expedição científica, recebendo o prêmio Livingstone da Sociedade de Geografia de Nova York. (FREIRE, 2009, p. 58)

Em seu artigo publicado em A.I., o antropólogo norte-americano Vincenzo Petrucco trata Rondon como “o grande herói do Brasil”, cujos ideais não apenas inspiraram as

políticas governamentais indigenistas encarnadas no SPI, mas também salvaram a população indígena da ação violenta dos “fazendeiros” que, nos “sertões” do Brasil, antes simplesmente “abatiam os índios por esporte.” (PETRULLO, A.I., jan. 1942, p. 81)

A abordagem não violenta estabelecida por Rondon nos trabalhos da Comissão foi um dos principais elementos da origem de sua mitificação como herói nacional. Como mostra Mendoza (2005), o método pacífico adotado por Rondon e inspirado no evolucionismo positivista foi o que teria “aumentado fortemente seu capital simbólico” e proporcionado a suas expedições “um caráter lendário e heroico no imaginário social brasileiro, o que serviu também para alimentar os discursos sertanistas que floresciam no SPI.” Ainda segundo o autor, Rondon instaurou “uma nova modalidade dentro da tradição sertanista brasileira que procedia do período quinhentista” ao recriar “pautas do sertanismo desbravador”, que se relacionavam com “o processo de territorialização, conhecimento prático do sertão, caráter épico, entre outras” (MENDOZA, 2005, p. 50).

No mesmo artigo publicado em A.I., Petruzzo levanta a ideia de a nova forma “pacífica” de lidar com os indígenas, instaurada por Rondon, o teria feito um herói dos próprios índios. Segundo o norte-americano, “muitas tribos indígenas o viam como seu capitão, seu Coronel, seu General”, pois eles “se lembram muito bem da mudança que esse homem trouxe para suas vidas”, pois eles deixaram de “ser caçados como bestas, de ter suas aldeias destruídas, suas mulheres violadas e mortas” para chegar a ter “a ativa proteção do governo.” Por isso, “entre eles o General Rondon se tornou um lendário protetor e um herói da [sua] cultura.” (PETRULLO, A.I., jan. 1942, p. 81-82)

Como se pode observar, esse artigo de Petruzzo procurava difundir em todo o continente, através da revista A.I., as qualidades do general Rondon, particularmente seu caráter “sertanista e indigenista”, como aparece no título do artigo. Em seu texto, o antropólogo norte-americano também discute a questão da “pacificação indígena”. Segundo ele, essa ação, que antes era realizada por missionários salesianos, “que viveram junto dos índios e começaram o meritoso trabalho de lhes ensinar a agricultura e trabalhos manuais”, passou para as mãos do Estado a partir da criação do SPI. Então, a “pacificação indígena” passou a ser feita através das Estações do SPI “às quais os índios vão”, muitas vezes “por curiosidade, mas eventualmente uma forte relação de amizade é formada [entre os índios e os trabalhadores do SPI] e os nativos chegam a estabelecer suas aldeias perto desses postos [do SPI]” (Idem, p. 82). Ainda segundo Petruzzo:

Em cada posto [do SPI] uma escola é mantida e os nativos rapidamente se tornam ávidos em aprender a ler e escrever. Eles são governados nas aldeias através de seus próprios líderes tribais e suas relações com o mundo externo às aldeias são cuidadas pelos agentes do SPI. Nenhum esforço é feito para destruir sua cultura. Eles são livres para abandonar aquilo que não seja mais útil em seu estilo de vida e adquirir as novas práticas que quiserem. [...] Em resumo, a eles é meramente oferecida a oportunidade de aprender a melhorar sua economia. E é deixado a eles escolher o que é bom e o que é mal (Idem, p. 83).

Apesar desse discurso de respeito às culturas indígenas e a sua escolha sobre as mudanças culturais, a atuação do SPI, na prática, estava muito distante desse ideal, como já discutimos no capítulo anterior. O próprio ordenamento jurídico brasileiro apresentava uma visão muito preconceituosa em relação aos nativos, principalmente a partir da Lei nº5.484, de 1928, que estabelecia o estatuto jurídico de uma capacidade civil relativa aos indígenas, que teriam apenas a possibilidade de uma emancipação progressiva da tutela Estatal (ROCHA, 2003, p. 68). Segundo Rocha, “com os instrumentos oferecidos pela tutela e pelo Decreto de 1928, o SPI cometeu inúmeras arbitrariedades”; os indígenas que questionassem quaisquer desmandos de encarregados ou tentassem questionar a própria ação do SPI eram presos e punidos pelo que a lei definia como “insubordinação.” (Idem, p. 71)

O autor acrescenta que, para garantir esse sistema penal, foram organizadas polícias indígenas “que funcionavam geralmente nas comunidades cujo contato com a sociedade branca era antigo” e o seu dever era “manter a ordem na reserva e fazer cumprir as determinações dos encarregados”. Portanto, “contando com esse eficiente aparelho repressivo, o SPI praticou inúmeras arbitrariedades contra os índios”. (Idem, p. 71-72).

Sobre a questão da violência e das arbitrariedades cometidas nas ações oficiais brasileiras em relação aos indígenas no período, Carlos Frederico Marés de Souza Filho também nos traz considerações importantes. Também segundo ele, a situação gerada pelo decreto de 1928, particularmente os 5 artigos sobre as penalidades infringidas aos nativos, se tornaram rapidamente um instrumento de opressão. Nos Postos Indígenas, mantidos pelo SPI, foram criadas prisões indígenas e a punição e o cumprimento da pena deixaram de ser controlados pelo poder judiciário nacional, pois cabia ao administrador (agente do SPI) decidir sobre a pena aplicada, bem como fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, na prática, fiscalizar a sua própria ação (SOUZA FILHO 1992, p. 159). Segundo o autor, “durante todo o período inaugurado com a lei de 1928 até o Estatuto do Índio, de 1973,

os indígenas eram diretamente punidos pela agência indigenista oficial, praticamente sem intervenção do sistema oficial de punição do Estado, o Poder Judiciário” (Idem, p. 161).

Mas, na contramão dessa realidade opressiva, o discurso oficial do SPI e seus aliados buscava enaltecer as ações do indigenismo brasileiro sempre a partir da ideia de seu caráter “pacífico” e “protetor” das populações indígenas, como algo que remontaria às ações de Rondon desde a Comissão e que havia se tornado a grande bandeira do indigenismo brasileiro encarnado no SPI. Podemos dizer que essa propaganda alcançou, ao menos em parte, seus objetivos. Como mostra Luiza Vieira Sá (2009), “durante décadas, as políticas e ações desenvolvidas por Candido Rondon foram elogiadas por instituições científicas e culturais bem como por pessoas que com ele trabalhavam e conviviam”, e isso aconteceu tanto no cenário brasileiro como internacional (SÁ, 2009, p. 25).

Na década de 1940, durante o Estado Novo, a propaganda internacional do SPI continuava entre os objetivos oficiais brasileiros e foi a marca característica da maior parte dos artigos publicados em A.I. Além dos artigos do diretor do SPI, Vicente de Paula T. Vasconcelos, e do antropólogo norte-americano que havia participado da Comissão Rondon, Vincenzo Petruccio, esse objetivo também fica explícito nos 7 artigos publicados na revista pelo capitão Amílcar Botelho de Magalhães, que foi o brasileiro que mais publicou na revista do I.I.I. durante o período estudado.

Magalhães comungava das mesmas ideias positivistas de Rondon, de quem era um grande admirador. Ele foi um importante auxiliador e defensor das práticas da Comissão e da figura do marechal. Em 1914, assumiu a direção do Escritório Central da Comissão, onde desenvolveu um papel fundamental na divulgação de seus trabalhos, ficando conhecido como “historiador da Comissão Rondon”. Ele foi o primeiro oficial militar a publicar relatos sobre a experiência vivida na Comissão, por meio da obra *Impressões da Comissão Rondon*, publicada em 1921. Magalhães teria sido responsável pela construção de um discurso que não só legitimou as ações da Comissão, como também “cri[ou] em torno do seu comandante [uma] unanimidade até então não existente” (MARTINS JUNIOR, 2001 *apud*, VIEIRA SÁ, 2009, p. 31).

Nos anos 40, quando publicou seus artigos em A.I, Magalhães continuava sendo uma figura muito ligada ao indigenismo oficial brasileiro, pois exercia a função de secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), órgão subordinado ao SPI e que era dirigido por Rondon na época. Os artigos publicados por ele na revista A.I. foram basicamente textos de divulgação da política indigenista brasileira, principalmente

a partir de relatos das expedições da Comissão Rondon e também do SPI, com intuito de provar a eficácia dos métodos de persuasão “pacífica” utilizados no processo de atração e “pacificação” dos indígenas. Seus 7 artigos foram publicados em A.I. entre 1943 e 1945. Seis deles fizeram parte de uma série intitulada “O Problema de civilização dos índios no Brasil”, publicada entre 1943 e 1944, e seu último artigo, datado de 1945, foi intitulado “Índios do Brasil.”

É interessante observar que, não só os artigos de Magalhães, mas vários textos de brasileiros publicados na revista no período estudado apresentam a palavra “problema” relacionada aos indígenas em seus títulos. Em relação aos artigos de Magalhães, percebemos que o indígena é colocado enquanto um problema para a consolidação da nação, enquanto o trabalho desempenhado primeiro pela Comissão Rondon e depois pelo SPI são apresentados como a solução.

O conjunto de artigos de Magalhães forma uma narrativa do que seria a exitosa experiência do indigenismo brasileiro, desde a Comissão Rondon, chegando no SPI. Seus artigos, em linhas gerais, descrevem os processos “pacificação” de diversos grupos indígenas, tais como os Kaingang, Bororos, Xavantes e Nhambiquaras, Botocudos, entre outros, desde a atuação da Comissão Rondon.

O primeiro desses artigos fala da pacificação dos índios Bororos após a criação, em 1890, da linha telegráfica de Cuiabá. Nesse artigo, o militar e membro do CNPI afirma que os integrantes da comissão dirigida por Rondon realizaram as explorações “apropriadas” na região dos índios Bororos, iniciando uma “notável obra de pacificação”, a qual rejeitava toda penetração violenta e acolhia as denúncias dos indígenas contra o estabelecimento de homens brancos em suas aldeias. Assim, por meio de uma “política bondosa e tolerante”, os indígenas pararam com as incursões e “invasões”, que eram tão perigosas para os homens brancos que cruzavam o território do Mato Grosso. Segundo Magalhães, essa missão ao território dos Bororos teria fundado os alicerces das futuras “campanhas de incorporação do índio à civilização e os princípios que regem as atividades do Serviço de Proteção aos Índios” (MAGALHÃES, A.I., abr. 1943, p. 153-155).

Nesse mesmo artigo, o autor também relata a “notável obra de pacificação” dos Kaingangs de São Paulo, que teria se iniciado devido a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que passava pela região então habitada por esse grupo indígena. A construção da estrada implicou no encontro de seus trabalhadores com os nativos e tal contato teria resultado em relações de hostilidade aberta aos trabalhadores, pois os

indígenas tentavam defender suas terras. O autor faz as seguintes observações dizendo se basear no Relatório de 1911 do SPI:

Os kaingangs, defendendo a todo o transe a terra que sempre viveram, não viam nos trabalhadores daquela estrada senão inimigos e violadores do seu solo; os trabalhadores, por sua vez, desconhecendo as justas razões que assistiam aos índios para assim proceder, respondiam as suas agressões com ataques formidáveis, nos quais abusavam cruelmente da superioridade da força, chegando ao ponto de efetuar massacres contra os seus quase inermes adversários (MAGALHÃES, A.I., abr. 1943 p. 155-156)

Magalhães, então, destaca que esse cenário de ódio e violência de ambas as partes, entre os trabalhadores da estrada de ferro e os indígenas, tornou-se uma grave questão, que foi solucionada pela ação pacificadora do incipiente SPI, que conhecia a maneira “correta” de proceder em relação aos nativos. Segundo ele, “foi sob ambiente de dificuldades e obstáculos que o Serviço de Proteção aos Índios teve de iniciar-se em S. Paulo à vista de espectadores, próximos e remotos, que longe estavam de acreditar sequer na eficácia dos seus processos”. (Idem, p. 156)

O militar e membro do CNPI enaltece o trabalho do SPI, que não apenas teria impedido o extermínio dos Kaingang como colocado fim nesse “estado de guerra contínua e implacável”. Ele descreve com riquezas de detalhes o início do projeto de pacificação, que teria sido formulado pelo próprio general Rondon. Como conclusão, destaca: “o Serviço [o SPI] acabou com os ataques dos selvagens aos civilizados e destes a aqueles [...] E de tal modo implantou a confiança e tranquilidade no seio desses índios, que já se penetra impunemente nos seus mais longínquos domínios”. (Idem, p.160)

Magalhães acompanhou Rondon durante praticamente toda a sua vida seja nas expedições da Comissão ou nas instituições indigenistas. Não é por acaso que, ao relatar os processos de “pacificação”, sempre ressalta a figura do marechal como um herói paciente e bondoso que agia sempre sem violência colocando sua própria vida em risco. Ele dá amplo destaque para as hostilidades dos indígenas, os ataques e emboscadas que eles cometiam contra os servidores do SPI. Na sua narrativa, essas eram situações que cabia ao SPI solucionar, mediando o contato com os indígenas sempre com ações pacíficas, visando a sua “civilização” e o avanço da modernização da nação, mesmo que isso implicasse na perda das terras indígenas, como era o caso da expansão da ferrovia sobre as terras dos Kaingangs em São Paulo.

O caráter propagandístico da série de artigos de Magalhães também se manifesta no destaque que ele dá às contribuições da Comissão Rondon para o conhecimento geográfico do Brasil, na descoberta de alguns rios e retificação de posições de outros que haviam sido mapeados erroneamente. No terceiro artigo de sua série, publicado em A.I. em janeiro de 1944, por exemplo, ele destaca a exploração, conduzida, em 1915, pelo tenente Vicente de Paula Vasconcelos – o diretor do SPI no período estudado – nas tribos do rio do Sangue. No artigo seguinte (o quarto artigo da série), publicado na edição seguinte da revista, ele descreve o processo de “pacificação” dos Bacairis e os Caíabis do rio Paranatinga. Magalhães apresenta o relatório do tenente Antonio Pyrineus de Souza sobre suas expedições nos rios de Paranatinga e São Manuel, que teria sido rebatizado de rio Teles Pires, como uma homenagem de Rondon ao capitão Antônio Lourenço Telles Pires, que ali teria perdido a vida. (MAGALHÃES, A.I., jan. 1944, p. 56; abr. 1944, p. 134).

Nesse último artigo, Magalhães também procura dar ênfase ao exitoso trabalho de pacificação dos indígenas brasileiros afirmando que a expedição retornou com abundante informação da qual a Comissão de Rondon se aproveitou em seus estudos. Através das minuciosas informações do tenente Pyrineus e com referências abundantes sobre os indígenas, foi possível saber diversas informações sobre essas tribos, como se pintavam, seus utensílios e vocabulário cuja significação poderia ser traduzida. (Idem, abr. 1944, p. 139)

No quinto artigo da série, publicado em A.I. em julho de 1944, o autor segue tratando da atuação do SPI na pacificação dos indígenas brasileiros. Ele destaca, então, um incidente sangrento que teria ocorrido durante o longo período de “pacificação” dos Botocudos de Palmas, no estado do Paraná. O autor dizendo citar o que teria sido descrito sobre o caso na Revista do Serviço Público de abril de 1940, afirma que o episódio ocorrera no Posto do Rincão do Tigre, “onde viviam índios e empregados do SPI na maior fraternidade.” O Posto estava a cargo do funcionário Fioravante Esperança, que teria se tornado um dos “mártires da causa indígena”, em meio a um conflito desencadeado quando o local foi visitado por dois indivíduos que antes haviam agido contra os índios em uma expedição punitiva. Os índios os reconheceram e, depois de habilmente os desarmar, atacaram o Posto Indígena do SPI, acreditando que seus funcionários eram traidores e parceiros de seus inimigos. Após o conflito, o corpo de Fioravante Esperança foi encontrado, junto com o dos inimigos dos indígenas, com as balas da carga de seu

revólver intactas, o que provaria que ele havia morrido fiel ao ideal de não violência de Rondon (MAGALHÃES, A.I., jul. 1944, p. 235).

No conjunto dos artigos de Magalhães, fica evidente o objetivo de propaganda e o sentido político de difundir, por meio de uma revista de caráter continental, uma visão absolutamente positiva do indigenismo oficial do Estado brasileiro. O SPI, apresentado como benevolente e heroico, é apresentado como parte de um amplo projeto nacional direcionado a civilizar os povos nativos, descritos como, além de incivilizados, perigosos. Nesses relatos, os funcionários do SPI são apresentados como verdadeiros heróis e até mártires da causa da civilização dos indígenas.

Como observa o historiador Seth Garfield (2011), nesse período todo um trabalho era feito no sentido de “autocongratulação” do SPI pelas pacificações, o que servia a vários propósitos relacionados: por um lado, “reforçava a imagem de um Estado onipotente e benevolente, único detentor do conhecimento e da capacidade de garantir o bem-estar dos índios, bem como o processo organizado de expansão das fronteiras”. Por outro lado, diante de “pacificações” bem-sucedidas, “o SPI rebatia as acusações de ineficácia feitas pelos seus detratores. Além disso, para os sertanistas do SPI, essas conquistas valorizavam sua masculinidade e aumentavam seu ‘capital simbólico’” (GARFIELD, 2011, p. 82).

A série de artigos de Magalhães publicada na revista do I.I.I. provavelmente se inseria nessa lógica de autocongratulação do SPI. Mas nesses artigos aparece, mais do que a exaltação da instituição indigenista brasileira, uma exposição enaltecida da Comissão Rondon como o momento fundador das “bases verdadeiramente sólidas sobre as quais as gerações futuras e as futuras organizações dos Serviços de Proteção aos Índios deviam construir a obra humanitária de aproximação e incorporação do Índio à Civilização”, como ele afirma no primeiro artigo da série (MAGALHÃES, A.I., abr. 1943, p. 155). A publicação dessa série de artigos na revista do I.I.I. permitia difundir em escala continental a ideia de que o Brasil estava na vanguarda do tratamento do “problema indígena”, pois desde o fim do século XIX já possuía uma linha de ação pacífica bem definida, o que teria levado à criação de uma instituição dedicada à questão indígena, o SPI.

Além da propaganda do indigenismo brasileiro, também observamos a existência de um diálogo entre as lógicas indigenistas do Brasil e do I.I.I. A ideia de fazer a “incorporação” indígena de forma pacífica também era uma bandeira levantada pela instituição continental. Podemos perceber que a visão do indigenismo como salvador dos

indígenas incivilizados também estava presente na perspectiva da direção do I.I.I., como aparece no editorial de julho de 1942 de A.I., que afirma:

Em quase todos os países [da América] [...] vivem esses grupos dispersos, itinerantes e muitas vezes hostis, não apenas em relação aos brancos mestiços, mas também aos índios de outras origens [...]. A árdua tarefa do indigenista inclui [...] defender a vida sem aniquilar a do atacante, olhar pela saúde continuamente ameaçada, derrubar florestas, implantar cultivos, atrair povos indígenas e colonizar aldeias permanentes com eles. [...] Em resumo, preocupar-se com essas criaturas indefesas é um imperativo urgente, não apenas de natureza indígena, mas também um trabalho eminentemente humanitário. (A.I., Editorial, jul. 1942)

É importante destacar que um dos objetivos do I.I.I. era que cada país do continente estabelecesse suas próprias instituições para tratar dos assuntos indígenas. Isso aparece já no texto da Convenção que instituiu o Instituto durante o Congresso Indigenista de Pátzcuaro, em 1940. Parte desse texto foi reproduzida na primeira edição de A.I., publicada em outubro de 1941, que explica que durante o Congresso Indigenista aprovou-se a criação do Instituto e “foi proposta a celebração de uma Convenção a respeito”, pela qual “os Estados contratantes” se propunham a cumprir os propósitos indigenistas “mediante” algumas organizações e instituições específicas: um Congresso Indigenista Interamericano, que se reuniria de forma periódica; o I.I.I., que seria estruturado e dirigido por um Conselho Diretivo e um Comitê Executivo; e “os Institutos Indigenistas Nacionais estabelecidos em cada um dos países participantes, de acordo com a conveniência dos respectivos governos” (A.I., vol. I, nº 1, out, 1941, s./p.).

Nesse sentido, a publicação de vários artigos que propagandeavam a história do indigenismo oficial brasileiro, desde os trabalhos da Comissão Rondon até o presente, visto como exitoso, do SPI nos anos 40, permitia mostrar aos demais países do continente, através da revista A.I., que o Brasil possuía uma longa trajetória de ação indigenista e que já havia criado inclusive uma instituição específica para a resolução do “problema indígena” muito antes da criação do I.I.I.

O Brasil, como já mostramos, não aderiu oficialmente ao I.I.I. até inícios dos anos 50. Porém, como também já dissemos, o país possuía um representante, Roquette Pinto, no Comitê Executivo que organizou o I.I.I. Acreditamos que a participação do Brasil no Congresso Indigenista de Pátzcuaro e depois no Comitê Executivo que organizou o I.I.I. mostra que a integração do país na instituição continental era importante para o governo

Vargas, apesar da questão da suposta ameaça comunista representada pelo México pós-revolucionário e sua direção do I.I.I. A análise dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I. no período mostra que a propaganda do indigenismo oficial do país foi uma das ações priorizadas pela participação dos brasileiros na revista, mesmo porque a maioria deles tinha vínculos com o SPI e/ou com Rondon.

Além da série de 6 artigos de propaganda do indigenismo brasileiro, Amílcar Botelho de Magalhães também publicou em A.I. um outro texto divulgando a publicação de uma nova obra sua, que seria intitulada *Índios do Brasil*, e que reuniria as fotografias por ele organizadas das expedições da Comissão Rondon. Segundo ele, “a publicação completa desta importante documentação abrangerá uma série de 15 álbuns volumosos” (MAGALHÃES, A.I, out. 1945, p. 309-310). Como um grande admirador de Rondon e secretário do CNPI, então dirigido pelo marechal, não causa espanto que a nova obra de Magalhães fosse mais um trabalho de propaganda da Comissão e do SPI. Ele não menciona em seu texto publicado em A.I. – talvez na época ainda não tivesse acertado a edição do livro –, mas a obra da qual falava foi publicada dois anos depois pelo próprio I.I.I., com o mesmo título de seu último artigo na revista: *Índios do Brasil*.

Além do artigo do diretor do SPI, Vicente de Paula Vasconcelos; dos 7 de Magalhães, secretário do CNPI; e um do antropólogo norte-americano Vincenzo Petruzzo, que havia participado de uma expedição da Comissão Rondon, há ainda outro artigo de caráter propagandístico do indigenismo oficial brasileiro em A.I. no período estudado. Trata-se de um texto assinado pelo próprio Rondon, intitulado “Problema indígena”. Esse artigo foi publicado na revista junto com uma fotografia de Rondon que ocupava uma página inteira da publicação (imagem 2). A legenda que acompanha a foto dizia que esta era uma “cortesia do sr. A. Botelho de Magalhães” e descreve o marechal Rondon como “ilustre explorador e indigenista brasileiro” (A.I., jan. 1943, p. 38).

Imagem 2 – *América Indígena*, jan. 1943, p. 38.



A primeira coisa importante a destacar sobre a presença da foto de Rondon na revista é que A.I. não costumava publicar esse tipo de fotografia. A revista do I.I.I. geralmente só publicava fotografias de indígenas e, inclusive, foram publicadas várias fotos de “índios” do Brasil, que nós trabalharemos no próximo capítulo. Mas fotos de indigenistas, como a de Rondon, não eram comuns na revista. No período estudado, não encontramos imagem de nenhum outro indigenista do continente além dessa foto do marechal brasileiro.

Acreditamos que a reprodução da fotografia de Rondon na revista pode ser relacionada à fama que a atuação dele adquiriu internacionalmente, mas pensamos que ela está mais diretamente ligada à propaganda brasileira em A.I., principalmente pelo fato da foto ter chegado ao I.I.I. como uma “cortesia” da parte do Magalhães.

No artigo que escreveu para A.I., Rondon abordou seu trabalho internacional ao presidir a Comissão Mista de Letícia, formada por delegados do Peru, da Colômbia e do Brasil para a solução do conflito territorial que se instalara naquela região, com a invasão e ocupação peruana do território boliviano. Ele comenta o acordo celebrado pelo Protocolo de 24 de maio de 1934, intermediado pelo Brasil, destaca os esforços dedicados da Comissão Mista para cumprir com rigor os dispositivos do protocolo e ata adicional, que visava solucionar o “problema indígena”.

Rondon afirma que ele, junto com a Comissão Mista, ao visitarem a região entre o rio Amazonas e seu afluente o Putumayo, teriam se deparado com a situação deplorável em que os habitantes dessas áreas viviam. A maioria da população dessa região trabalhava para a Peruvian Amazon Co. Ltd., ligada à extração de borracha. Havia também um grupo na Fazenda de la Victoria que trabalhava em serrarias (RONDON, A.I., jan. 1943, p. 24).

Rondon, então, usou o espaço de seu artigo não só para denunciar que os indígenas da região eram explorados pela empresa mencionada sem que houvesse nenhuma censura por parte das autoridades locais, mas também para fazer propaganda do indigenismo brasileiro. Depois de citar a exploração dos indígenas pela companhia estrangeira, o marechal expressa seu desejo de que um dia o “espírito” da legislação brasileira pudesse ser incorporado nos serviços de inspeção da situação dos indígenas em países como Peru e Colômbia. Ele chega a citar no artigo a lei brasileira que consolidou o regulamento do SPI, visando mostrar a eficácia dos métodos da política indigenista brasileira a partir de apontamentos da legislação que se referiam a proteção e defesa dos indígenas. Rondon afirma, ainda, que o trabalho da Comissão Mista tinha sido inspirado no regulamento do SPI brasileiro e, indiretamente, sugeriu que a política indigenista brasileira fosse tomada como modelo por Peru e Colômbia:

Teríamos especial prazer de pôr-nos à disposição dos dois governos interessados [...] se ordenassem à Comissão Mista a organização de um serviço completo que correspondesse à inspiração dos membros da Comissão do Rio de Janeiro, tão aproximada se não semelhante ao surto republicano consignado no Regulamento brasileiro do Serviço de Proteção aos Índios. (Idem, p. 31)

Dessa forma, como procuramos mostrar nesse tópico, a maior parte dos artigos sobre o Brasil publicados em A.I. (10 dos 14 totais) foi assinada por pessoas ligadas direta ou indiretamente ao indigenismo oficial brasileiro e teve como objetivo propagandear no continente uma imagem positiva e vanguardista do Brasil na solução do “problema

indígena”, sugerindo até que a legislação indigenista brasileira poderia ser tomada como modelo para ações em prol dos indígenas em outros países, como aponta o artigo assinado por Rondon.

Mas nem todos os artigos sobre o Brasil publicados na revista do I.I.I. tinham um caráter propagandístico. Alguns deles apresentam principalmente conteúdos científicos, como, por exemplo, resultados de pesquisas de tipo antropológico. Agora exploraremos esses artigos.

2.2. Os artigos científicos

Dos 14 artigos sobre o Brasil publicados em A.I. entre 1941 e 1945, apenas 4 têm um caráter mais científico. São eles: “The Kaingang Indians of Santa Catarina, Brasil”, de Jules Henry, que era um antropólogo norte-americano ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro; “A alimentação de nossos índios”, de Angyone Costa, que era professor de Antropologia e Arqueologia do Museu Histórico Nacional; “Áreas alimentares do Brasil”, de Josué de Castro, que era médico e pesquisava os problemas da fome e da miséria no Brasil e “Problemas Indigenistas no Brasil” do antropólogo teuto-brasileiro Herbert Baldus.

Como já mencionamos antes, embora esses artigos tenham um caráter mais científico, isso não significa que eles não tenham nenhuma relação com propostas políticas indigenistas. Mas consideramos que, nesses artigos, os aspectos científicos se mostram mais evidentes do que os políticos.

O primeiro artigo científico relativo ao Brasil publicado em A.I foi “The Kaingang Indians of Santa Catarina, Brasil”, escrito por Jules Henry, um antropólogo norte-americano que na época atuava como etnólogo no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ele já tinha sido professor de Antropologia do Instituto Politécnico Nacional do México e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Inclusive tinha sido assessor do México no Congresso Indigenista de Pátzcuaro. Foi autor de várias publicações linguísticas e etnológicas, com destaque para *Jungle People: a Kaingang tribe oh the highlands of Brasil*, publicada em 1941.

Jules Henry tinha feito doutorado no início dos anos 30 na Universidade de Columbia, onde havia sido aluno de Franz Boas e Margaret Mead, ambos representantes da Antropologia Cultural. Quando veio ao Brasil estudar os Kaingang, ele já tinha realizado estudos sobre indígenas da Argentina.

O artigo desse antropólogo sobre os Kaingang publicado em A.I. possui um caráter científico, mas foi escrito com uma linguagem muito simples, dando a entender que se destinava também a pessoas que não eram especialistas. O autor afirma, no fim do texto, que se tratava de um artigo “meramente introdutório” (HENRY, 1942, p. 80).

No artigo ele explica que, em 1932, tinha sido comissionado pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, para realizar estudos sobre grupos ligados ao tronco étnico Macro Gê na América do Sul. Segundo ele, esse projeto de pesquisa partia da ideia de que entre os Gês “encontravam-se alguns dos povos menos desenvolvidos do Novo Mundo.” Mas ele não concordava com essa ideia, como afirma:

eu não encontrei [entre os Gês] uma “cultura primitiva do Novo Mundo”, nem acredito que se possa encontrar tal coisa. Não acredito que ninguém possa encontrar uma cultura primitiva australiana ou africana [por exemplo], pelo simples fato de que a maioria das culturas, não importa onde estejam, possuem histórias que podem ser mensuradas em milênios – e no curso de milênios, as culturas mudam várias vezes” (Idem, p. 76).

Como Henry tinha se formado influenciado pela Antropologia Cultural, ele não pensava os grupos humanos em termos hierárquicos, como mais ou menos evoluídos. Para esse ramo da Antropologia, o que existem são culturas distintas, que não podem ser comparadas de forma hierárquica, mas devem ser estudadas de forma específica como uma cultura representativa da cultura humana em geral. Essa ideia aparece, por exemplo em vários textos de Franz Boas, que era o principal expoente da Antropologia Cultural na época (BOAS, 2004 e 2005). A visão de Jules Henry sobre a diversidade étnica, que aparece no artigo sobre os Kaingangs publicado em A.I., é a seguinte: “o ser humano é essencialmente um animal cultural-criativo que, por milhares de anos, tem usado esse instrumento para triunfar sobre o meio. [Imaginar um] ser humano sem cultura é algo impensável e propriamente uma contradição” (Idem, p. 77).

Mas Henry destaca que essa não era uma visão compartilhada por todos, pois muitas pessoas acreditavam na existência de grupos humanos “selvagens”. Ele explica que havia basicamente duas visões sobre os chamados “povos selvagens”: uma negativa, de que seriam pessoas “sem noção de moral, sem leis, sem senso de propriedade, [...] pessoas que andam nuas, são estúpidas, [...] sujas e preguiçosas”; e outra ideia positiva e idealizada, de que “o selvagem é nobre”, é “belo e inocente como um anjo.” Mas, segundo ele, nenhuma dessas visões existia na prática, quando o cientista se deparava com os grupos indígenas de carne e osso. Ao falar dos Kaingang, ele afirma: “quando olhamos

de perto o estilo de vida desses índios, percebemos que os Kaingang não são nem ‘nobres selvagens’ nem seres bestiais sem cultura.” Segundo Henry, seu trabalho antropológico sobre esse grupo havia mostrado que os Kaingang eram um povo que possuía “estritas regras de conduta”, que seu estilo de vida “não e[ra] um emaranhado amorfo de falta de leis e moralidade, mas estritamente controlado por regras de conduta” que “respond[ia]m de forma lógica ao seu meio e organização social” (Ibidem).

Apesar da visão de Henry fugir do evolucionismo, seu artigo publicado em A.I. mostra que ele não conseguia se eximir totalmente de julgamentos de juízo de valor e da comparação com a cultura ocidental ao estudar os Kaingang. Mesmo não percebendo os indígenas brasileiros como “selvagens”, para o antropólogo norte-americano eles tinham “um terrível defeito”, que ele chamou de “seus feudos.” Segundo Jules Henry:

na sociedade kaingang não havia uma real tranquilidade, porque grupos de 50 a 300 [pessoas] estavam perpetuamente envolvidas em lutas aniquilatórias que foram gradualmente reduzindo a população até um nível baixíssimo. Nesses feudos, parentes se colocavam uns contra os outros e até mesmo irmãos lutavam entre si. Os acampamentos eram atacados à noite e homens, mulheres e crianças mortos sem misericórdia. (Idem, p. 78)

Henry acaba passando a ideia de que a sociedade Kaingag representava uma ameaça para si mesma, por causa das supostas práticas de aniquilamento entre seus integrantes. Então ele elogia o “humanitário programa do governo brasileiro”, que havia “pacificado” os Kaingang de Santa Catarina em 1914, estabelecido esses indígenas em “reservas” e tentado transformá-los em agricultores. Mas ele observa que os Kaingangs não se adaptaram muito à vida agrícola e que continuavam “a abandonar suas fazendas para caçar”, por estarem acostumados a comer carne. (Ibidem)

Observamos que, de um lado, o antropólogo norte-americano elogia a ação indigenista do governo brasileiro, o que pode ser explicado em partes por estar desenvolvendo uma pesquisa ligada ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Mas podemos perceber que ele também se mostra um pouco crítico em relação ao indigenismo oficial brasileiro. Quando fala, por exemplo, da tentativa de transformar os Kaingang em agricultores, Jules Henry dá a entender que a política indigenista brasileira tinha simplesmente tentado transformar caçadores em agricultores, sem levar em conta que empreender uma mudança cultural não era algo tão simples. Ao fim do artigo ele afirma

que “uma política indigenista sensata não deve achar que tudo está resolvido facilmente, mas deve tentar entender os povos indígenas cientificamente e atuar de acordo com os dados [científicos alcançados pelas pesquisas]” (Idem, p. 79).

Mas em relação a questão dos “feudos”, observamos que Henry realmente vê isso como um “defeito” e apoia a política indigenista brasileira. Ele considera que “talvez a coisa mais difícil de controlar na vida nativa seja [a questão do] feudo” e defende que a única forma possível de controle é a que estava sendo empregada pelo governo brasileiro, de “separar os grupos em conflito em assentamentos bem distantes uns dos outros” (Ibidem).

Dessa forma, o artigo de Henry apresenta uma ambiguidade. Como um antropólogo vinculado à Antropologia Cultural ele procura não taxar os indígenas de “selvagens” e reconhece que eles têm cultura, como todo ser humano, e que essa cultura não pode ser hierarquizada com outras. Porém, não deixa de julgar a cultura Kaingang ao afirmar que as guerras travadas entre os grupos dessa etnia eram “defeitos”. E, logo em seguida, ele acaba justificando a política indigenista brasileira de colocar os indígenas em reservas e forçá-los a migrar para outras partes do Brasil, sendo separados de suas terras ancestrais. Seu artigo acaba fazendo propaganda, mesmo que indiretamente, da política indigenista brasileira, ao deixar subentendido que ela era necessária e chamá-la de “humanitária”.

No segundo artigo científico sobre o Brasil publicado em A.I. o tema foi a questão da alimentação dos indígenas. Como mostramos, no artigo de Jules Henry ele também toca um pouco nessa questão quando fala da tentativa frustrada de tornar os Kaingans em agricultores, quando eles eram povos caçadores, acostumados a comer carne. Identificamos que o assunto da alimentação foi muito tratado na revista A.I. na época que estudamos por estudiosos de vários países, como México, Estados Unidos e Colômbia.²

No caso do Brasil, temos 2 artigos sobre a questão da alimentação indígena escritos por dois autores diferentes. O primeiro intitulado, “A alimentação de nossos índios”, de Angyone Costa, professor de Antropologia e Arqueologia do Museu Histórico Nacional, foi publicado em 1943; e o segundo, “Áreas alimentares do Brasil”, foi publicado em 1945, escrito por Josué de Castro, que tinha formação na Medicina, mas

² Os artigos mexicanos foram: “El régimen alimenticio y el mejoramiento indígena”, de Juan Comas, publicado em abril de 1942, e “Sobre nutrición y enfermedades de los indios”, de Julio de la Fuente, publicado em julho de 1945; dos Estados Unidos: “Some problems, in the study of food and nutrition”, de Fred Eggan, publicado em janeiro de 1943; e da Colômbia: “Aspectos históricos de la alimentación indígena”, de Gabriel Giraldo Jaramillo, publicado em julho de 1942.

atuava como professor na área de Geografia e fazia pesquisas sobre o tema da fome no Brasil.

No primeiro desses artigos, Angyone Costa apresenta um estudo sobre a dieta do “índio primitivo” no Brasil ao longo do tempo. A partir do estudo de sua conformação dental e do seu aparelho digestivo, ele afirma que a água foi o elemento fixador e determinante para a vida sedentária e um modificador do processo dietético indígena. A água teria introduzido peixes, mariscos e crustáceos na alimentação indígena, mas essa não teria deixado de ter sua base no consumo de frutas e plantas (COSTA, 1943, p. 221-222).

Na sua pesquisa etnográfica apresentada no artigo publicado em A.I., Angyone Costa argumenta que a nutrição primitiva indígena era rica em vitaminas, vegetais e proteínas fornecidas por peixes, inicialmente. Após a descoberta do fogo, também por animais caçados. A partir de então, o massivo processo social que determinou a formação de grupos fixos, de caçadores e pescadores, estaria intimamente ligado à evolução nutritiva. O autor destaca que o índio brasileiro era forte devido à harmonia de sua alimentação, que tinha uma alta cota de vitaminas e proteínas.

Segundo ele, diversos “dietólogos”, como Dante Costa, o Padre Junior e Josué de Castro, já tinham mostrado que “uma das necessidades da alimentação racional é utilizar alimentos de vários grupos, animais e vegetais, de maneira equilibrada”. Mas os índios do Brasil, apesar das “condições felizes da boa nutrição a que o instinto e o ambiente o levavam”, sua falta de repouso da mandíbula e de disciplina alimentar prejudicava essas condições (Idem, p. 223-224).

Para Angyone Costa, “comendo de tudo e bebendo muito, o excesso de comida mal deglutida era um constante motivo de doenças, que nem sempre os índios conseguiam curar-se. [...] Também os sonos, que o digam Hans Staden, refletiam a miúdo a pesada sobrecarga dos estômagos” (Idem, p. 224). Em resumo, nas palavras do autor: “a alimentação do índio, portanto, continha algumas qualidades e muitos defeitos, podendo explicar, em parte, algumas deficiências das suas culturas à luz dos modernos estudos realizados sobre o valor da alimentação no desenvolvimento dos grupos sociais” (Idem, p. 224-225).

Podemos observar que, mesmo encontrando dados de uma dieta diversificada entre os indígenas, o que era considerado como algo benéfico para a saúde, o autor acaba focalizando seus supostos “defeitos”, para menosprezar os hábitos indígenas, bem como julgá-los como seres irracionais, mostrando assim as “deficiências” da sua cultura e a

superioridade da civilização moderna. Apesar de afirmar que as conclusões de seu estudo se baseavam em estudos modernos, o autor recorre a Hans Staden, um personagem do século XVI, para atestar a suposta irracionalidade da alimentação indígena.

Apesar de se tratar de um artigo científico, no qual não aparece explicitamente uma defesa da atuação indigenista oficial brasileira, podemos pensar que esse artigo também contribuía indiretamente para justificar a necessidade da ação do SPI. Já que os indígenas eram “irracionais” até em sua alimentação, a “pacificação” estabelecida pela instituição indigenista, que os colocava em reservas e ensinava a agricultura, podia ser, em grande medida, legitimada como algo que ajudaria os indígenas a se alimentarem de forma mais “racional”.

O segundo artigo brasileiro que aborda a questão da alimentação indígena é assinado por Josué de Castro, que era médico de formação, mas atuava no campo da Geografia com importantes pesquisas sobre o tema da alimentação, principalmente a questão da fome. Seu artigo publicado em A.I. em 1945, intitulado “Áreas alimentares do Brasil”, apresenta os resultados das pesquisas que ele vinha desenvolvendo e que, no ano seguinte, foram reunidas na sua principal obra, *Geografia da fome*.³

O artigo de Josué de Castro em A.I. apresenta uma análise panorâmica da alimentação brasileira, através da caracterização de suas diferentes áreas alimentares. Tal caracterização, em sua concepção, refletia “o grau de adaptação e ajustamento dos diferentes grupos regionais de população, às variadas zonas geográficas do país” (CASTRO, A.I., jul. 1945, p. 205).

Castro considera “o problema da dieta do Brasil” em termos de meio ambiente, analisando diferentes áreas alimentares, a fim de mostrar que os hábitos alimentares dos brasileiros podem ser classificados de acordo com a influência das três culturas distintas: dos portugueses, negros e índios. A respeito da influência dos indígenas, destaca que “vivendo de simples economia recoleitora ou da proto agricultura seminômada, os nossos nativos pouco podiam contribuir para organização alimentar de grupos humanos mais densos e de nível cultural superior”. Suas contribuições básicas se limitariam à mandioca e ao milho, alimentos que eles cultivavam por processos primitivos (Idem, p. 192).

Castro procurou apresentar uma análise da alimentação brasileira através da caracterização de suas diferentes áreas alimentares e, ao descrever suas características, destaca seus principais defeitos e suas consequências sobre os grupos humanos regionais.

³ Sobre essa obra e sua importância, ver: VASCONCELOS, 2008.

O artigo não se refere somente à alimentação dos indígenas brasileiros, porém observamos que, quando o autor se refere aos indígenas, enfatiza sempre suas “deficiências alimentares” e suas limitações com o “cultivo rudimentar e insignificante” que pouco contribuíam para a alimentação de grupos “culturalmente superiores” (Idem, p. 192 - 194).

Da mesma forma que Anyone Costa em seu artigo “A alimentação de nossos índios”, também Josué de Castro se refere aos indígenas como inferiores e ressalta principalmente a inferioridade da influência alimentar das culturas indígenas brasileiras.

O último artigo de cunho científico publicado sobre o Brasil em A.I. foi “Problemas Indigenistas no Brasil”, de Herbert Baldus, que exerceu um papel marcante na constituição da pesquisa e dos conhecimentos na área da Antropologia no Brasil. De acordo com Orlando Sampaio Silva (2000), a maior parte do trabalho científico e da vida de Baldus foi “dedicada ao ensino, à pesquisa, à divulgação científica e à tentativa de instituir uma política indigenista comprometida com a preservação das etnias indígenas” (SILVA, 2000, p. 23).

No artigo publicado em A.I., Baldus apresenta um discurso enaltecendo o papel do etnólogo, cujo trabalho teria como principal finalidade “suavizar o choque causado pelo encontro de grupos humanos tão diferentes”. Para ele, no caso brasileiro, com a expansão da civilização e a “superioridade de seus meios de domínio”, os contatos dos “civilizados” com grupos indígenas se tornaram cada vez mais frequentes e inevitáveis. Nesse contato, surgiam alguns problemas como a questão de “saber se convém acabar apenas com o modo de vida dos índios, aniquilando as particularidades de sua cultura, para assimilá-los com maior rapidez do que seria possível se os deixássemos entregues aos seus próprios hábitos”. Baldus, então, defende a importância de se preservar as culturas indígenas e evitar os choques entre povos diferentes. Em sua perspectiva, isso poderia ser feito através do trabalho do etnólogo, que por meio de um estudo prévio das condições materiais e espirituais da tribo exposta a esse choque agiria a fim de “suavizá[-lo]” (BALDUS, A.I., jan. 1944, p. 10).

Dessa forma, o autor argumentava que o etnólogo assumia um “papel da mais alta responsabilidade, dependendo dele – e unicamente dele – a sorte de povos inteiros”. Ele destaca que o trabalho do etnólogo não podia ser substituído pelo de funcionários administrativos, missionários ou outras pessoas que não tivessem uma completa especialização científica. Baldus, então, defende a necessidade de colaboração da Etnologia com a administração indigenista pois, para ele, somente o comportamento

ditado pela compreensão etnológica podia guiar os contatos entre diferentes culturas sendo “capaz de evitar conflitos e, com isso, prejuízos mútuos em vidas e bens materiais” (Idem, 1945, p. 11).

A lógica etnológica que guiaria o contato intercultural passava por estudar e entender cientificamente cada etnia, cada tribo, e, após esse estudo, o etnólogo poderia indicar qual ação deveria ser feita em relação a essa unidade étnica, opinando “sobre as vantagens do desenvolvimento ou da eliminação de certos traços culturais” para melhorar a vida dos indígenas nas novas circunstâncias alteradas pelo contato intercultural (Idem, p. 11).

Por meio dessas considerações feitas pelo autor, podemos observar que, apesar dele afirmar estar preocupado com a preservação das culturas indígenas, a grande preocupação demonstrada é a de que o etnólogo não apenas participe, mas direcione o contato intercultural que teria como fim último a transformação das culturas indígenas através da “eliminação de traços culturais” que o etnólogo julgasse que seria melhor para a nova vida indígena, ou seja, a vida indígena dentro do novo padrão cultural definido e estabelecido pelo Estado e sua agência indigenista.

Na proposta de ação etnológica de Baldus não havia qualquer tipo de questionamento à lógica assimilacionista do SPI, mas sim a sugestão de um apoio cientificamente especializado à ação estatal. O que de fato preocupava o etnólogo não eram as culturas indígenas, mas sim o alcance do grande objetivo nacional naquele momento, que era a integração da população e do território. Em suas próprias palavras, além da “utilidade econômica”, “o trabalho indigenista no Brasil satisfará necessidades políticas [pois], para exercer de fato a soberania no país, é indispensável conhecer todos os seus habitantes. [Isso] para que a República do Brasil cada vez mais se unifique.” Nesse sentido, o trabalho do etnólogo consistia em “averiguar o meio mais oportuno para acelerar a assimilação” (Idem, p. 14 e 16).

O artigo de Baldus dialoga com várias questões que envolviam a relação entre indigenismo e ciência antropológica no período, não apenas no Brasil mas em todo o continente. Na própria revista A.I. na mesma época podemos encontrar uma polêmica sobre quem teria autoridade para tratar da questão indígena, se seria a ciência (os antropólogos/etnólogos) ou os indigenistas, quem nem sempre eram cientistas. Lembrando que, no caso do Brasil, os indigenistas ligados aos SPI eram principalmente militares sem formação antropológica.

A polêmica que aparece em A.I. sobre o assunto ocorreu no mesmo período que analisamos os artigos brasileiros na revista e foi travada entre alguns antropólogos norteamericanos, principalmente Sal Tax e Robert Redfield, e indigenistas daquele país, encabeçados pelo então comissário de Assuntos Indígenas, John Collier. Como a polêmica entre os americanos se tornou longa, Manuel Gamio, o diretor do I.I.I. e da revista A.I., publicou um editorial buscando conciliar os dois lados e encerrar a discussão. Em janeiro de 1945, publicado o editorial intitulado “Aplicações construtivas das Ciências Sociais”, no qual defendeu que “a Antropologia, enquanto Ciência Social, deveria sim, ter fins práticos, e não simplesmente ser motivada por objetivos acadêmicos” (SANTOS, 2017).

No referido editorial, Gamio defendeu que a tarefa de melhorar a vida dos indígenas deveria ser desempenhada, de preferência, pelo administrador, não pelo cientista, embora estes devessem realizar a parte das pesquisas, que dariam a base científica para as políticas públicas a serem realizadas em prol dos indígenas:

Nós não propomos que os pesquisadores sociais realizem as conclusões construtivas que formulam, nem implantem as medidas práticas que aconselham, embora pudessem fazê-lo em certos casos, mas preferencialmente devem se dedicar às investigações científicas em que são especializados, deixando a aplicação prática para os administradores que são suficientemente aptos e capacitados. (A.I., Editorial, jan., 1945, p. 5)

Os “administradores” citados por Gamio eram os indigenistas. Em sua visão, estes seriam os mais “aptos e capacitados” para levar à melhoria da vida dos indígenas em seus países, não os próprios pesquisadores, antropólogos e etnólogos, que deveriam colocar seu trabalho a serviço dos indigenistas, ou seja, os “administradores” estatais da questão indígena.

Gamio afirmava isso a partir de sua experiência no caso do México, onde a Antropologia já estava bastante estruturada e praticamente se tornara uma ciência de Estado a partir da lógica da Antropologia aplicada (DEL VAL; ZOLLA, 2014). Mas a situação do Brasil, naquele momento, era muito diferentemente. Como observa Mendoza (2005):

Em nenhum momento anterior à década de 1940, a antropologia no Brasil tinha sido pensada como um tipo de campo de conhecimento que pudesse refletir-se em efeitos práticos. De fato, o conhecimento dos antropólogos dentro do âmbito institucional e social era incerto e

ambíguo. Em diferentes documentos da época, os antropólogos eram descritos como: ‘antropologistas’, ‘técnicos’ ou, inclusive, como no caso de Darcy [Riberio], como ‘naturalistas’. O reconhecimento dos antropólogos pelas instituições e pela sociedade passou pelo processo tardio de fundação das universidades no Brasil, e, também, pelos espaços em que foram vistos os antropólogos (nacionais e estrangeiros), quer dizer, formando parte dos quadros de museus e universidades. Mas, a experiência dos antropólogos dentro das agências do Estado era nova e sujeita à total experimentação. (MENDOZA, 2005, p. 155)

Os artigos sobre o Brasil publicados em A.I. são um indício importante a respeito da pouca profissionalização do trabalho antropológico no país naquele período. Dos 8 autores diferentes que publicaram sobre o Brasil na revista do I.I.I., apenas a metade possuía formação antropológica, sendo que 2 eram estrangeiros, ambos originários dos Estados Unidos. Jules Henry atuava como etnólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro e Vincenzo Petruccio fazia pesquisas no Brasil enviado pelo Museu da Universidade da Pensilvânia. Entre os brasileiros estavam Angyone Costa, vinculado ao Museu Histórico Nacional, e o Herbert Baldus à Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Cada um desses 4 antropólogos publicou apenas um artigo em A.I., o que representou menos de 1/3 dos 14 artigos totais sobre o Brasil publicados na revista no período analisado.

A grande maioria de artigos de brasileiros presentes em A.I. provinha de militares ligados diretamente ao SPI ou ao marechal Rondon, sendo que o próprio também publicou 1 artigo. Como já mostramos, 7 artigos foram publicados por Amílcar Botelho de Magalhães, que era militar e membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios; 1 pelo próprio diretor do SPI, Vicente de Paula Vasconcelos, que também era militar. E 1 artigo foi publicado por um cientista, porém não da área social, mas sim biológica, o médico Josué de Castro.

A presença de um médico entre os brasileiros que publicaram na revista indigenista é bastante ilustrativa do predomínio das ciências naturais no Brasil até pelo menos o início da década de 1930, como mostra Lilia Moritz Schwarcz (1993). A pequena representatividade de antropólogos brasileiros que publicaram em A.I. na primeira metade da década de 1940 aponta para a pouca presença desses profissionais no indigenismo oficial brasileiro, se comparado com a presença marcante de militares no SPI. Essa situação permite compreender a defesa da atuação desses cientistas sociais feita por Herbert Baldus em seu artigo.

Apesar do texto de Baldus se distanciar dos demais que dão ênfase à figura de Rondon e sua Comissão, ele se aproxima dos artigos propagandísticos do indigenismo

oficial brasileiro por vários fatores. Primeiramente, ele aborda a questão indígena enquanto um problema e, em seguida, legitima as ações do SPI, que, em sua concepção, apenas precisava inserir etnólogos em seus quadros para tornar-se mais eficiente dentro do grande projeto político nacional, também legitimado por Balduz, de consolidar a nação.

Portanto, embora esse artigo tenha sido escrito por um etnólogo e apresentar considerações sobre a própria ciência e sua profissionalização, ele também possui uma dimensão política bastante evidente em relação ao indigenismo oficial brasileiro.

A presença brasileira em A.I. no período analisado também se manifestou pela publicação de fotografias de indígenas do Brasil na revista indigenista. Essas fotos normalmente não fizeram parte dos artigos, mas foram publicadas de forma quase completamente independente de textos escritos, configurando um discurso visual sobre os “índios do Brasil”, como mostraremos no próximo capítulo.

Capítulo 3

Imagens dos “índios” e do indigenismo: a dimensão visual da presença brasileira em *América Indígena*

A presença de imagens em A.I. era muito intensa. Em todas as edições da revista no período analisado foram publicadas imagens de diversos tipos: a reprodução de obras de arte – principalmente gravuras, mas também alguns quadros – de temática indigenista produzidas por artistas plásticos latino-americanos; e inúmeras fotografias de indígenas das mais diversas regiões do continente, incluindo a América Latina, os Estados Unidos e o Canadá. Todas as imagens aparecem na revista em preto e branco, assim como os textos. A revista não fez uso de cores em suas edições durante o período que analisamos.

Essa presença fotográfica dos indígenas na revista já foi objeto de uma pesquisa de iniciação científica (SOCHODOLHACK, 2017). Nessa pesquisa, a autora quantificou mais de 90 fotografias de indígenas publicadas em A.I. entre 1941 e 1945. No caso das imagens, a presença do Brasil não é tão marcante quanto nos artigos. No período que pesquisamos foram publicadas apenas 6 fotografias que remetiam ao Brasil, enquanto outros países tiveram muito mais fotografias publicadas em A.I., como, por exemplo, o México, com 24 fotos; o Peru, com 14; e os Estados Unidos 13 (Idem, p. 11).

Das 6 fotografias sobre o Brasil publicadas em A.I. entre 1941 e 1945, uma era a foto do marechal Cândido Rondon, que já comentamos no capítulo 2. Apenas 5 fotografias representavam os indígenas do Brasil.

Os trabalhos de Larissa Foss Sochodolhack (2017; 2018) mostram que a maioria dessas fotos não fazia parte dos textos nem estavam diretamente relacionadas a eles, mas foram publicadas de forma avulsa na revista, geralmente ocupando uma página inteira. Então, como destaca a autora, “a predominância do visual e sua quase completa independência em relação ao textual” faz com que “as imagens, juntamente com as legendas que as acompanham [...] constitu[a]m um discurso visual sobre ‘o índio’” (SOCHODOLHACK, 2018, p. 459).

Sobre a visão do “índio” que essas fotografias passavam, a autora concluiu que havia um padrão de representação visual no qual “os indígenas são representados de forma isolada, deslocados de seu contexto social, sem retratar, por exemplo, a vida em comunidade ou elementos substantivos de sua cultura.” Dessa forma, “as fotos passavam

a ideia de que se tratavam de seres desligados de uma organização social, como se não fizessem parte de uma cultura e uma sociedade” (Idem, 2017, p. 46).

Ao analisar as fotografias de indígenas brasileiros publicadas em A.I., consideramos importante ter em mente essa relativa autonomia das imagens em relação aos textos. Porém, também devemos levar em conta que o fato das imagens estarem inseridas na revista as tornava, direta ou indiretamente, parte do discurso indigenista difundido por A.I. e, no caso das imagens que trabalhamos, à visão sobre os indígenas do Brasil.

Para realizar nossa análise dessas imagens, tomamos como base os referenciais teórico-metodológicos da História Visual, de acordo com o que é apresentado pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (2003). Ele explica que, nessa perspectiva analítica, “as imagens não têm sentido em si, [de forma] imanente”, mas, ao contrário, “é na interação social que [elas] produz[em] sentidos”. Assim, as imagens devem ser tomadas como “enunciados” que somente são apreendidos “em contextos situacionais” (MENESES, 2003, p. 28).

No caso das imagens que trabalhamos, entendemos seu “contexto situacional” de forma ampla. Por um lado, ele remete ao discurso indigenista mais geral veiculado através das páginas da revista A.I.; por outro, ele tem relação com um tipo específico de fotografia, ao qual podemos identificar todas as fotografias de indígenas do Brasil publicadas na revista, que é a “fotografia etnográfica”. Como mostram Paulo Cezar Boni e Bruna Maria Moreschi (2007), esse tipo fotográfico não envolve apenas aquelas fotos que são feitas em trabalhos de campo por antropólogos, mas quaisquer fotografias cujo objetivo é mostrar caracteres étnicos de um grupo ou indivíduo. Segundo os autores, a “fotografia etnográfica pode estar inserida em trabalhos científicos, exposições ou diversos tipos de publicação. Pode ser caracterizada como um objeto de estudo, pesquisa ou como mera ilustração (BONI; MORESCHI, 2007, p. 139).

As fotografias de indígenas publicadas em A.I. normalmente buscavam mostrar as características dos grupos indígenas, que eram representados na maioria das vezes por apenas um indivíduo a respeito do qual a legenda afirmava que era um “índio” ou uma “índia” que seriam “típicos” de um determinado grupo étnico ou de uma determinada região, como no caso dos Andes. Quanto à origem dessas fotografias, as legendas indicam que, no geral, provinham de órgãos públicos ou dos próprios antropólogos, sendo disponibilizadas para serem reproduzidas na revista como uma “cortesia”. No caso das

fotografias cedidas por antropólogos, possivelmente elas eram fruto de suas pesquisas de campo.

Nesse sentido, para entendermos melhor o “contexto situacional” dessas imagens também precisamos compreender as relações da própria Antropologia com a fotografia. Como mostra o historiador e antropólogo Christopher Pinney (1996), a fotografia e a Antropologia possuem “histórias paralelas”, que remontam aos inícios de ambas no cenário europeu do século XIX. Segundo o autor, quando a Antropologia ainda “engatinhava” em pretensão de se tornar uma ciência, enxergou na fotografia um recurso útil em sua busca pela cientificidade (PINNEY, 1996, p. 34).

O uso da fotografia pela Antropologia remonta aos trabalhos de Bronislaw Malinowski, que foi um dos primeiros antropólogos a considerar a importância de se usar a fotografia na pesquisa de campo (SAMAIN, 1995). Desde então, à medida em que as pesquisas de campo se tornaram cada vez mais essenciais para o trabalho antropológico, tornou-se um padrão que os antropólogos deveriam fazer registros escritos e, se possível, também imagéticos dos grupos humanos por eles estudados. Deste modo, o uso da fotografia ganhou espaço na Antropologia como um instrumento de legitimação dos relatos antropológicos, valendo-se da visão hegemônica na época, século XIX, da fotografia como cópia fiel do real. As fotografias feitas nos trabalhos de campo serviam para reforçar o caráter científico, objetivo e “verdadeiro” das representações dos antropólogos sobre os povos estudados (PINNEY, 1996, p. 33-38).

Como observa Fernando Tacca (2011), sobre as relações entre Antropologia e fotografia em seus inícios, a ciência antropológica procurava estudar o “outro”, o diferente do ocidental, que era identificado a partir de dois pontos de vista básicos: ou era o bom selvagem que deveria ter sua pureza protegida, ou era o primitivo fadado a desaparecer (TACCA, 2011, p. 192-202). Nessa segunda versão, a fotografia cumpria uma função central: era necessário registrar os grupos étnicos, pois eles que fatalmente desapareceriam com o processo de ocidentalização, que era considerado como uma “evolução” inexorável.

No caso específico do Brasil, podemos observar essas duas visões básicas a respeito do “outro” sendo empregadas em relação aos indígenas em dois momentos históricos diferentes. Durante o Império, o traço marcante foi “a romântica idealização do elemento indígena enquanto símbolo de nacionalidade”, mas essa representação foi completamente alterada no período republicano, sendo substituída pela imagem do “indígena a ser integrado, a ser ‘ganho’ para a civilização”; a “a sociedade republicana

via nos povos autóctones não mais a pureza de uma tradição a ser preservada, mas, o atraso cultural e econômico” (BORGES; BORGES, 2011, p. 51).

Como mostra a historiografia, essa visão se tornou mais marcante a partir dos trabalhos da Comissão Rondon, quando os indígenas brasileiros começaram a ser fotograficamente documentados de maneira mais sistemática. Rondon concedia um lugar de destaque à produção de fotografias e documentários como um instrumento para validar seus trabalhos expedicionários. Tacca (2002) observa que a Comissão Rondon tinha o “espírito científico das grandes expedições” do século XIX, pelo qual se realizavam levantamentos da fauna e da flora juntamente com os etnográficos. Nas expedições da Comissão, foram feitos levantamentos descrevendo a cultura material e idiomas de alguns grupos indígenas, além de medições antropométricas (BORGES; BORGES, 2011, p. 50-51; TACCA, 2002, p. 189).

À medida que a Comissão ia realizando a instalação dos telégrafos pelo interior do Brasil, ia também fazendo registros imagéticos dos indígenas, através de fotografias e filmes. A intenção era documentar em imagens as populações indígenas que, até então, eram praticamente desconhecidas, apesar de já permearem o imaginário nacional. Para isso, em 1912, foi criada dentro da Comissão Rondon a Seção de Cinematografia e Fotografia. Como observa Tacca (2002), a criação de uma seção especializada em documentação e material fotossensível, tendo um serviço cinematográfico com a inserção de câmeras de cinema, foi “uma ação inovadora para os padrões da época, necessitando altos investimentos e a apropriação de uma tecnologia especializada inexistente no país” (TACCA, 2002, p. 190).

Com a criação do SPI, em 1910, o novo órgão também ficou responsável pela tarefa de registro imagético dos grupos indígenas, conjuntamente com a Comissão, “com a diferença de que o SPI trabalhou basicamente com fotografias (imagem estática) e a Comissão continuou privilegiando a produção fílmica (imagem móvel)” (BORGES; BORGES, 2011, p. 51). Segundo a historiadora Maria Elizabeth Brêa Monteiro (2018), a fotografia foi um importante recurso utilizado na defesa da necessidade de criação do SPI. Além de fornecerem a “comprovação” do suposto estado selvagem dos indígenas, as fotografias foram usadas “como um atestado das atividades em campo e dos atos burocráticos inerentes à administração pública.” (MONTEIRO, 2018, s./p.)

Da mesma forma que Maria Elizabeth Monteiro, Paulo Humberto Porto Borges (2003) também destaca a centralidade do uso fotografia pelo SPI e não apenas no início da atuação do órgão indigenista. De acordo com esse autor, a produção fotográfica do

SPI, “independente do período abordado, tem como objetivo a legitimação de uma determinada política indigenista”, ou seja, a política de assimilação do indígena à sociedade moderna. Por isso, ao longo do tempo, essas imagens buscaram privilegiar a visão do Estado brasileiro, através do SPI, “enquanto agente civilizador” (BORGES, 2003. p. 130).

Apesar de os autores destacarem que a imagem do indígena integrado tenha sido a que prevaleceu, com o passar do tempo, dentro das produções do SPI, na época de sua criação a lógica das fotografias era mostrar os indígenas “selvagens”, exatamente para legitimar a formação de um órgão indigenista. Nesse contexto, o grande modelo imagético existente era o da Comissão Rondon, da qual o SPI herdou, além do pessoal – como o próprio marechal, que foi o primeiro diretor do SPI –, também o modelo fotográfico.

Tacca (2002), que analisou a imagética da Comissão Rondon, aponta a construção de três imagens recorrentes a respeito do indígena: o índio como selvagem; o índio como pacificado e o índio como integrado/civilizado. A primeira das três que compõem essa “tríade sógnica”, remete-se ao filme *Rituais e festas Bororo*, realizado em 1917 pelo Major Luiz Thomaz Reis nas suas primeiras filmagens como responsável pela Seção de Cinematografia e Fotografia da Comissão Rondon. Como aponta o autor, nesse filme, que é considerado um dos primeiros do cinema etnográfico no mundo, “o índio é mostrado como um ‘mito de origem’ da nação brasileira”, “com seus costumes tradicionais, desde os tempos ancestrais.” O indígena é representado como sendo “selvagem” em suas práticas culturais tradicionais (TACCA, 2002, p. 196; TACCA, 2011, p. 206-207).

A segunda categorização desse tripé apresenta a construção da imagem do índio pacificado. Nesse caso, “as imagens demonstram um índio dócil e sujeito a mudanças pelo avanço civilizatório”, como no filme *Ronuro: selvas do Xingu* (1932), de 1924, no qual os indígenas já não aparecem nus, mas sim vestidos com roupas “civilizadas” como sinal de “aceitação” à “pacificação”. (TACCA, 2011, p. 207)

Por fim, a terceira categorização da imagem do índio brasileiro pela Comissão Rondon é dele como integrado/civilizado, ou seja, “é a construção imagética da existência de grupos tradicionais que aceitam a nacionalidade da bandeira e de outros símbolos da nação[,] reconhecendo, em alguns casos, a fronteira nacional”. Isso aparece nos filmes *Inspetorias de Fronteira* (1938) e *Viagem ao Roraimã* (1932) que, junto com as fotografias, “são exemplares da condução para uma integração do índio pela ação civilizatória do Estado, na qual a imagem simbólica do índio fronteiriço ao lado da

bandeira nacional marca a existência de um índio brasileiro, e não somente índio” (Idem, p. 209).

Como destaca Borges (2003), a representação dos indígenas a partir da “tríade sígnica” identificada por Tacca (2002) apresenta evidente uma perspectiva evolucionista, pois propõe um caminho de ascensão de diferentes estágios dessas populações, saindo do “selvagem” e chegando ao “integrado” (BORGES, 2003, p. 74). A partir dessa lógica, a Comissão Rondon e o SPI, construíram um vasto acervo imagético de diversas populações indígenas. Num primeiro momento, “a produção fotográfica e cinematográfica da Comissão Rondon se confunde com a produção do próprio SPI”. Somente a partir de 1942, quando foi criada a Seção de Estudos (S.E.) do SPI, é que ocorreu uma certa autonomização do modelo imagético do SPI daquele que havia sido criado pela Comissão. Esse momento é identificado por Tacca (2002) como um “período de sistematização da documentação fotográfica e cinematográfica, com características claras de documentação etnográfica.” Isso ocorre a partir da instituição de um modelo próprio por seu diretor Harald Schultz, em 1942 (TACCA, 2002, p. 195).

O documento assinado por Schultz orientava o seguinte sobre as fotografias em sua seção “Das expedições. Trabalhos fotográficos”:

Os índios: Fotografias um por um, apresentando de frente, de trás e de perfil, inteiros e somente a cabeça (tirar medidas etnográficas-antropológicas). Grupos de índios típicos caminhando, sentados, em palestra, ao trabalho, pescando, caçando, dançando, lutando, etc. Fotografias só das mãos, dos pés, dos rostos, modo de sentar e de andar, nadar etc. [...] As fotografias serão copiadas e organizadas em um arquivo permanente da seção. (SCHULTZ, 1942, *apud* MENDOZA, 2005, p. 146)

As instruções do padrão fotográfico requerido pela S.E. – fotografar os indígenas “um por um” em perfil e somente membros, como a cabeça, os pés e as mãos – mostram claramente sua vinculação com o paradigma antropológico ligado ao estudo de formas e medidas físicas, tais como a Antropologia forense, cujas vinculações com o racismo são bem conhecidas. Outro elemento que chama a atenção nas instruções do chefe do serviço fotográfico da S.E. é a proposta de divulgação dessas imagens relacionada à ideia de “curiosidade”.

Porém, observamos que esse não é o padrão estético das fotografias de indígenas do Brasil publicadas em A.I. Na verdade, essas fotografias foram publicadas na revista antes da criação da S.E. e instituição de seu novo modelo fotográfico. As fotos de índios

do Brasil foram publicadas na revista do I.I.I. em janeiro e abril de 1942 e a S.E. só foi criada em outubro daquele ano. Algumas dessas imagens, como mostraremos, possivelmente tinham relação com o SPI e, nesse caso, faziam parte do primeiro momento da produção fotográfica da instituição identificada por Tacca (2011), quando esta ainda se confundia com a da Comissão Rondon.

Em relação à “tríade sígnica” identificada por Tacca, na qual se baseou a imagética da Comissão, boa parte das imagens de indígenas brasileiros presentes em A.I. liga-se indiscutivelmente ao primeiro padrão dessa tríade, que é o do índio “selvagem”, ou primitivo (imagens 3 e 4).

Imagem 3 - A.I., jan. 1942, p. 80

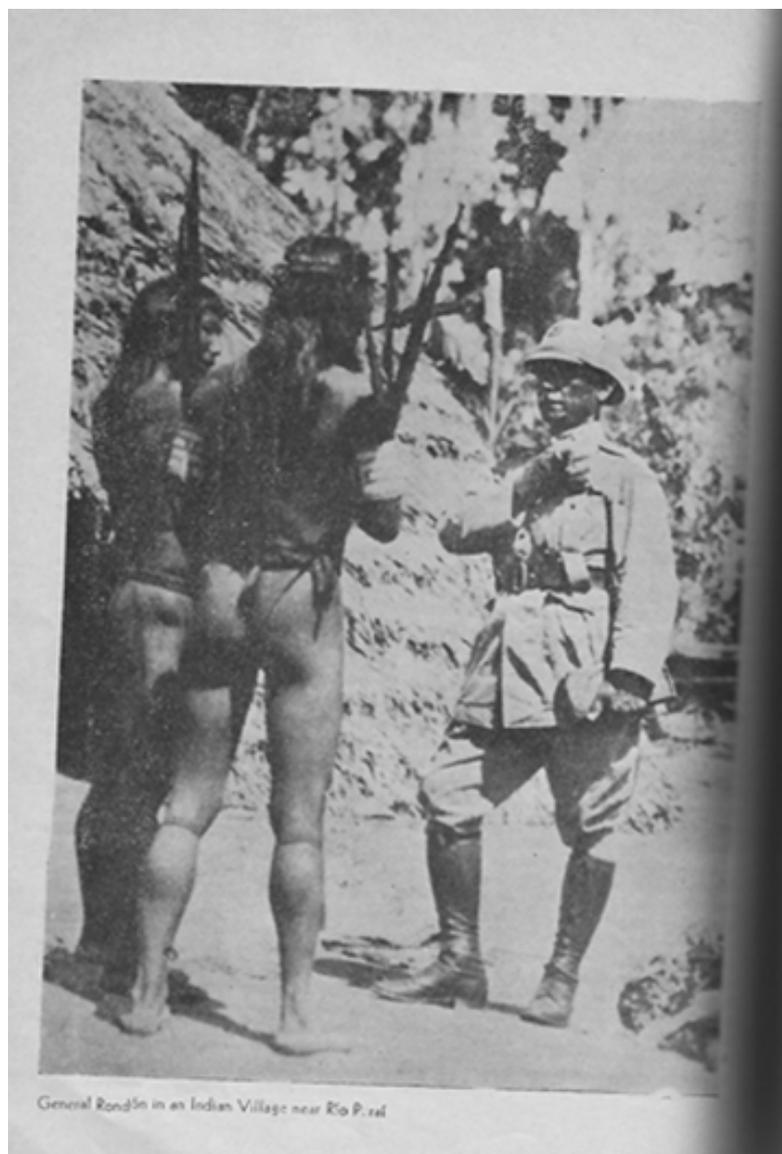
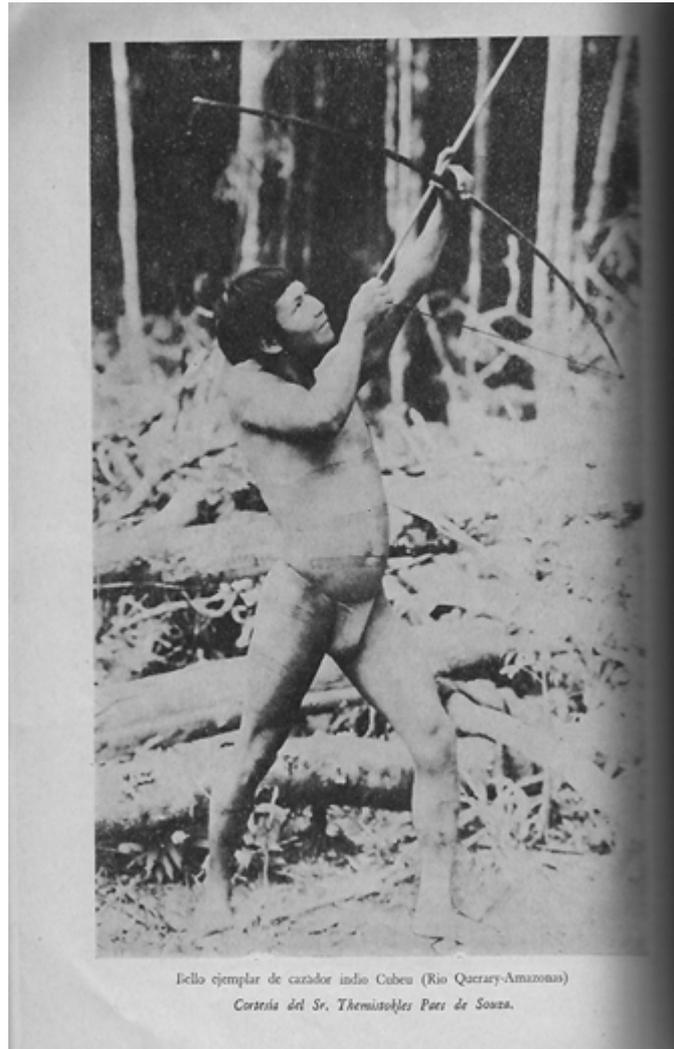


Imagem 4 – A.I., jul. 1942, p. 40.



Nas duas imagens apresentadas acima o elemento do primitivismo indígena é ressaltado pela ausência de roupas. No caso da imagem 3, a tomada fotográfica é feita pelas costas dos indígenas, o que impede ver seus rostos, mas ressalta a nudez de suas nádegas. Na imagem 4, fica evidente que o indígena registrado visualmente posava para captura de sua imagem pela câmera fotográfica. Nesse caso, o primitivismo é representado a partir de diversos elementos: além da ausência de roupas, o indígena posa para a foto manuseando arco e flecha dentro de um ambiente que pode ser descrito como uma floresta. Dessa forma, encontramos reunidos em uma única foto os principais ícones que historicamente permearam o imaginário do índio como “selvagem”.

É importante observar as legendas que acompanharam essas fotografias, pois elas também faziam parte do discurso que era passado através das imagens. Todas as fotografias de indígenas reproduzidas em A.I. foram acompanhadas de legendas que,

como já explicamos, geralmente possuíam as palavras “índio” e “típico”, relacionadas a uma determinada etnia ou região. Pensamos que essas legendas cumpriam, em relação às fotos, uma função semelhante à que Maurice Mouillaud identifica no sistema de títulos e subtítulos empregados por jornais ao apresentar notícias, que é “submetê-las a uma categoria de sentido” (MOUILLAUD, 1997, p. 50).

No caso da imagem 4, a legenda diz que se trata de um “belo exemplar de índio caçador Cubeu.” A legenda informa ainda que a fotografia teria sido uma “cortesia” de Temístocles Paes de Souza, que era um engenheiro militar com patente de coronel e havia participado da Comissão Rondon e de diversas expedições de demarcação de limites, desde a demarcação de fronteiras entre o Brasil e a Colômbia, em 1937, até a demarcação do município de Campo Grande, no Mato Grosso, e dos limites entre Santa Catarina e Paraná (Revista Brasileira de Geografia, 1943, p. 168; REYES NOVAES; RAMÍREZ PALACIOS, 2015).

Não encontramos referências se o coronel Temístocles tinha ligação com o SPI na época que estudamos, mas provavelmente ele fazia parte do círculo de militares e/ou intelectuais indigenistas em torno de Rondon, já que tinha participado da Comissão. Apesar das legendas das fotos não informarem, é possível que essa fotografia que o coronel cedeu como “cortesia” ao I.I.I. e outras imagens relacionadas ao Brasil que foram publicadas em A. I. possam ter relação com a época da Comissão Rondon. No caso da imagem 2, por exemplo, ela aparece ao final do artigo de Jules Henry e antes do artigo de Vicenzo Petruzzo e sua legenda está em inglês, informando que a foto representa “o General Rondon numa vila indígena próxima do rio Pirai.” Uma hipótese em relação à origem desta imagem é que ela tenha sido feita pelo próprio Petruzzo, quando este participou de expedições da Comissão Rondon em 1930.

Essas duas fotografias de indígenas do Brasil publicadas em A.I. em 1942 apresentam-se próximas da imagética da Comissão Rondon, que também marcou o SPI em seus inícios. Embora em ambas o elemento sógnico mais marcante possa ser relacionado à ideia do “índio selvagem”, na imagem 2 também há elementos que remetem ao segundo elemento sógnico identificado por Tacca (2011), o do “índio pacificado.” Nessa fotografia, a suposta selvageria indígena é mostrada como sendo domesticada pelo indigenismo oficial, que na imagem é representado pelo marechal Rondon, que aparece conversando com os indígenas em seus tradicionais trajes de expedicionário enquanto estes estão nus.

É muito difícil saber se na origem dessas fotografias estão os trabalhos da Comissão Rondon ou do SPI, até porque este foi, em grande medida, um desdobramento daquela. Um argumento que reforça a ideia de que as fotografias publicadas em A.I. em 1942 podem ser da época da Comissão Rondon é o fato de a imagem 3, assim como o retrato de Rondon (imagem 1), discutido no capítulo anterior, terem sido enviados a revista do I.I.I. como “cortesias” respectivamente de Temístocles Paes de Souza e Amílcar Botelho de Magalhães, ambos figuras importantes na Comissão.

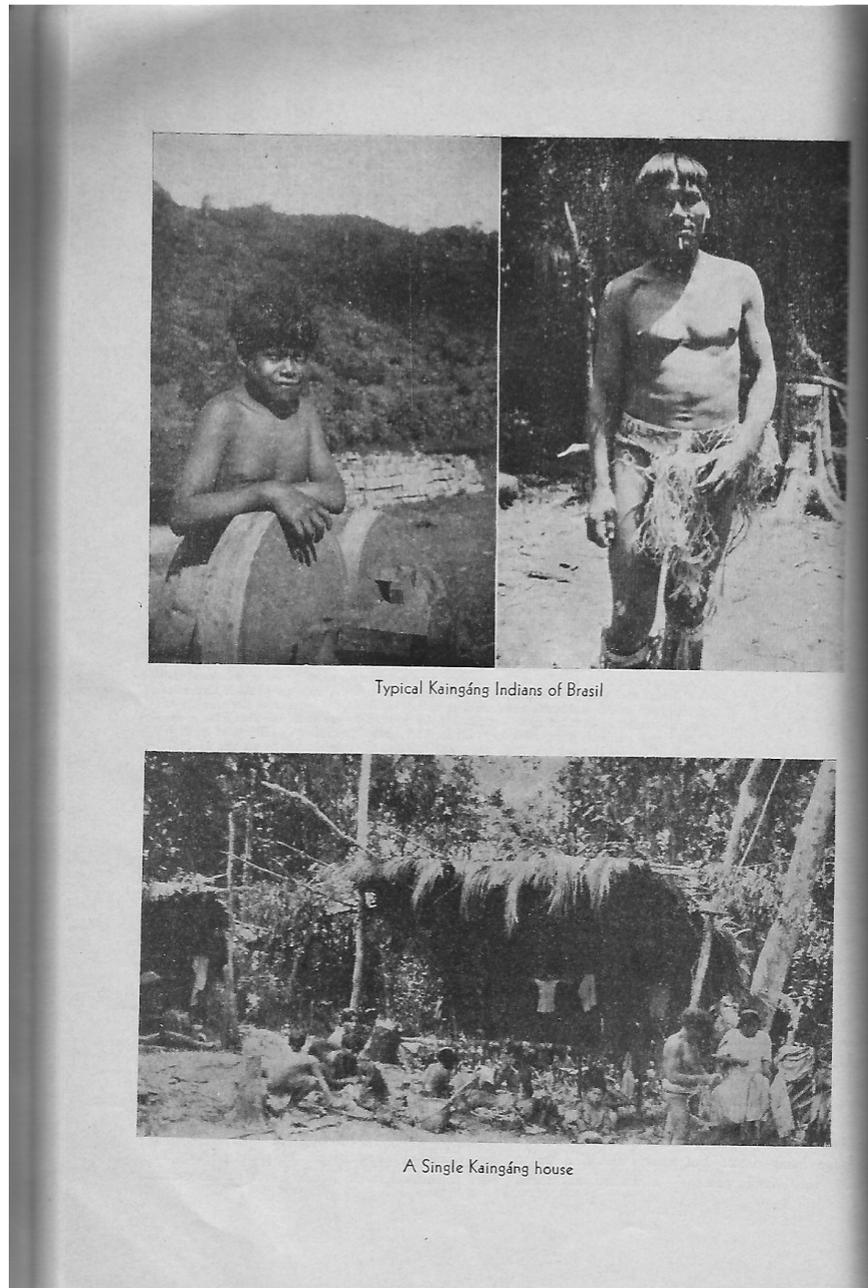
Independentemente da origem das imagens, é óbvio que foi feita uma seleção das fotografias que seriam enviadas para a revista. O que se pode observar é que não optou-se por representar o indígena como “pacificado” ou “integrado”, mais sim como “selvagem”. Entendemos que foi selecionado esse tipo de fotografia porque apresentar internacionalmente o indígena do território brasileiro como “selvagem” contribuía para justificar a importância da ação do indigenismo oficial no sentido de destacar a necessidade de integrá-los. Além disso, quando relacionamos o discurso visual das imagens com o conteúdo verbal dos artigos de pessoas ligadas ao SPI que foram publicados na revista no mesmo período, percebemos que as imagens podiam servir para enfatizar as virtudes do SPI, que já estaria conseguindo “civilizar” seres tão “selvagens” como os apresentados nas fotografias.

Em relação ao padrão mais geral da fotografia na Antropologia do período, que já comentamos, esse modelo de fotografia que procurava ressaltar a selvageria do “outro” tinha relação com o olhar do grupo dominante em sua versão de que era necessário fotografar para a memória, para guardar uma imagem dos traços culturais dos grupos étnicos retratados que logo não existiriam, pois fatalmente desapareceriam conforme fossem “integrados” e “civilizados”, o que era o objetivo final.

Mas a ênfase na “selvageria” não é o único padrão fotográfico que podemos identificar nas imagens de indígenas do Brasil publicadas em A.I. no período estudado. A imagem 5 (que na verdade reúne 3 fotografias) foge em grande medida desse padrão. Essas fotografias aparecem logo ao final do artigo “The Kaingang Indians of Santa Catarina, Brasil”, de Jules Henry, e possivelmente faziam parte de sua pesquisa antropológica, já que suas legendas estão em inglês. É muito interessante comparar as 3 fotografias presentes nessa imagem com as anteriores (imagens 3 e 4) porque, apesar da legenda da foto do indígena adulto conter a palavra “típico” e ele ser representado praticamente nu, com suas vestimentas tradicionais, podemos identificar um olhar mais empático por parte do fotógrafo (possivelmente o próprio antropólogo) e também

percebemos que nessas representações os indígenas não foram descontextualizados de sua cultura.

Imagem 5 – A.I. jan. 1942, p. 76.



A terceira fotografia (abaixo na imagem), por exemplo, mostra vários indígenas reunidos em sua comunidade, realizando atividades cotidianas. Já as duas fotografias acima representam dois indígenas de forma individual, sendo um deles criança e o outro adulto. Em ambos os casos, os indígenas são retratados por uma tomada fotográfica mais próxima, que permite identificar seus rostos de forma pessoal, com os traços específicos

de cada um, com seu olhar, etc. A forma de representar os indígenas nessas fotografias se difere muito das imagens 2 e 3, o que, possivelmente, tem a ver com o paradigma antropológico no qual Jules Henry tinha se formado, a Antropologia culturalista de Franz Boas.

Como mostramos no capítulo anterior, quando analisamos o artigo de Henry, apesar deste apresentar certas ambiguidades, em momento algum sua abordagem sobre os Kaingang continha qualquer tipo de identificação destes como destituídos de cultura. Ao contrário, ele ressaltava o fato de que todos os grupos humanos possuem cultura e as diferenças entre as culturas não devem ser vistas de forma a hierarquizá-las, pois elas respondem a aspectos históricos. Especificamente sobre os Kaingang, o autor procurou destacar o fato de sua sociedade possuir claras regras de conduta, leis e moralidade (HENRY, 1942, p. 77).

Acreditamos que sua formação na Antropologia Cultural da época permitiu que ele, ao se distanciar do paradigma evolucionista, fosse capaz de representar fotograficamente os indígenas de forma humanizada. No caso das fotos que acompanham o artigo de Jules Henry, ao contrário das demais fotografias de indígenas do Brasil publicadas em A.I. no período analisado, nos encontramos diante de “retratos fotográficos.” Ao contrário do nosso uso comum da palavra “retrato” como qualquer fotografia de pessoas, como explica Ana Maria Mauad (2005), “na literatura técnica, o que realmente define o retrato na fotografia é o senso de individualidade e de diferença que a imagem expressa”. Como destaca a autora, para se retratar através da fotografia “não basta enquadrar um rosto, ou uma pessoa, é necessário distingui-la das demais, da multidão, atribuir-lhe um valor que, ao mesmo tempo, a diferencia como um ser humano, a identifica como um sujeito social”. Trata-se, portanto, de um tipo de fotografia que busca dialogar com a condição humana dos sujeitos retratados (MAUAD, 2005, p. 65).

No caso das fotos do artigo de Henry, apesar da legenda apontar para o contrário, ao dizer que se tratam de “típicos indígenas Kaingang do Brasil”, consideramos que o elemento de humanização está presente nas fotografias dos dois indígenas retratados. Inclusive o fato de apresentar a imagem de dois e não apenas um indígena é algo relevante. Como já mencionamos, as imagens de indígenas presentes em A.I. normalmente diziam que esses eram “típicos” de uma etnia, mas geralmente apresentavam apenas um indígena, passando a ideia de que todos seriam iguais. Nas fotografias do artigo de Henry, além de aparecerem dois indígenas de uma mesma etnia, também chama a atenção o fato de um deles ser uma criança, representando uma nova

geração de Kaingangs, cuja foto aparece junto com outra que mostra vários adultos de sua comunidade, passando, assim, a ideia não de um fim iminente desse grupo étnico, mas de continuidade cultural e social da comunidade representada.

Ao analisar a dimensão visual da presença dos indígenas do Brasil em A.I., observamos que ela se manifestou a partir de dois padrões fotográficos distintos. No primeiro padrão, identificamos que foram selecionadas imagens que representavam o indígena “selvagem”, o que permitia, indiretamente, justificar e enaltecer a ação do indigenismo oficial brasileiro em sua suposta ação civilizadora. Nesse sentido, acreditamos que veicular nas páginas da publicação oficial do I.I.I. uma representação dos indígenas brasileiros como “selvagens” (imagens 3 e 4) servia como um importante recurso visual para reforçar o discurso presente nos artigos escritos que exaltavam a ação do SPI e de seus funcionários como responsáveis pela “missão civilizadora” que direcionaria os indígenas do território brasileiro a supostos estágios superiores de desenvolvimento cultural. Pensamos que essas imagens, ao estarem presentes na revista A.I., possibilitavam ampliar para o contexto internacional aquilo que Borges (2003), salienta como sendo o sentido propagandístico em nível nacional da produção fotográfica do SPI, que era difundir “a ideia de que o Estado brasileiro estava cumprindo com sua missão civilizadora junto aos silvícolas” (BORGES, 2003, p. 167-168).

Mas, como mostramos, a ênfase na “selvageria” não foi o único padrão fotográfico que identificamos nas imagens de indígenas do Brasil publicadas em A.I. Percebemos uma segunda forma de registro fotográfico (imagem 5), que aparecem juntamente com o artigo do Jules Henry. Ao contrário das imagens 3 e 4, as fotografias que aparecem na imagem 5 podem ser identificadas como “retratos fotográficos”, pois conduzem o olhar do observador à condição humana dos representados, no caso indígenas da etnia Kaingang. Essas fotos, aparentemente, foram produzidas pelo antropólogo culturalista norte-americano em seu trabalho de campo, não por figuras ligadas ao indigenismo oficial brasileiro.

Considerações Finais

Objetivo deste trabalho foi analisar a presença do indigenismo brasileiro em *América Indígena* (A.I.) a partir dos artigos sobre o Brasil que foram publicados na revista do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) desde o seu início, em 1941, até o fim do Estado Novo brasileiro, em 1945. Foi possível constatar um diálogo muito próximo entre o indigenismo oficial brasileiro, que é o que aparece na revista, com o indigenismo do I.I.I., representado pelas ideias do antropólogo mexicano Manuel Gamio, que era o diretor do Instituto e da sua publicação. A visão indigenista dos brasileiros que publicaram em A.I. apresenta basicamente a mesma perspectiva assimilacionista defendida por Gamio, estando ambas inseridos na lógica de consolidar projetos nacionalistas.

Um aspecto marcante em relação à presença do Brasil em A.I. é que os indigenistas brasileiros que publicaram na revista eram, em sua maioria, militares que não tinham formação antropológica ou em outras áreas das Ciências Humanas, mas que eram pessoas ligadas à instituição indigenista brasileira, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ou diretamente ao marechal Rondon, que era uma figura central do indigenismo brasileiro na época e também publicou um artigo em A.I. no período analisado. Esse perfil dos intelectuais indigenistas brasileiros que publicaram na revista do I.I.I. tem relação com a pouca profissionalização da Antropologia no Brasil daquela época e também com o fato de o indigenismo oficial brasileiro, representado pelo SPI, ter se consolidado, desde a Primeira República, como uma continuação dos trabalhos da Comissão Rondon, estando baseado no pensamento positivista defendido por suas lideranças militares, com destaque para o famoso marechal.

A análise revelou que o indigenismo brasileiro presente nas páginas de A.I. estava fortemente ligado a figura de Rondon. Na maioria dos artigos sobre o Brasil que foram publicados na revista do I.I.I., manifesta-se a sombra de Rondon em textos que enaltecem a Comissão de Linhas Telegráficas como o momento fundador do indigenismo brasileiro e a figura do marechal como a grande autoridade moral do país sobre o assunto. O indigenismo brasileiro que aparece em A.I. no período estudado é o indigenismo oficial, que alcançou um espaço de projeção internacional através da revista do I.I.I., que circulava em todo o continente.

Observamos que, mesmo nos poucos artigos de cientistas brasileiros presentes em A.I., que não foram publicados por autores ligados às instituições indigenistas brasileiras, aparece a mesma visão evolucionista sobre os indígenas e a ideia de que esses deveriam

ser incorporados à nacionalidade brasileira, considerada como moderna e superior. Dessa forma, direta ou indiretamente, eles reforçam o discurso oficial indigenista e contribuem para legitimar o SPI e sua ação.

Outra importante questão que identificamos na pesquisa é que, além do discurso verbal, por meio dos artigos, a presença do indigenismo brasileiro em A.I. também explorou um discurso visual sobre os indígenas, que se manifestou através de fotografias. Observamos que boa parte das representações visuais dos indígenas do Brasil que aparece na revista apresenta os nativos como seres primitivos ou selvagens e essas imagens foram enviadas como “cortesias” de pessoas ligadas a instituições indigenistas brasileiras para serem publicadas na revista do I.I.I. Portanto, ao relacionar essas imagens com o conteúdo dos artigos propagandísticos do indigenismo oficial brasileiro que foram publicados em A.I., percebemos que o discurso visual das fotografias reforça o conteúdo dos textos verbais sobre a suposta selvageria indígena e a ação civilizadora do indigenismo brasileiro.

Algo muito ilustrativo sobre a presença do Brasil em A.I. é o fato de que as únicas fotografias de indígenas do país que favorecem sua identificação como seres humanos, possuidores de cultura e de individualidade, são os retratos fotográficos relacionados com o artigo do antropólogo norte-americano Jules Henry, que tinha formação na Antropologia Cultural de Franz Boas.

Para concluir, ressaltamos que nosso trabalho procurou contribuir com a historiografia sobre o pensamento político-social brasileiro e suas conexões com o entorno continental, através do tema do indigenismo. Apesar de este ter sido um dos discursos políticos e sociais mais presentes na América Latina durante o século XX, ele ainda é relativamente pouco trabalhado, principalmente em sua expressão continental. Isso explica porque o I.I.I. e, principalmente a A.I., apesar de sua grande importância para a compreensão do pensamento indigenista no continente ainda são pouco explorados pela historiografia. Nossa dissertação buscou contribuir um pouco para o estudo do tema.

Fontes e Referências bibliográficas

Fontes:

Artigos da revista *América Indígena*

BALDUS, Herbert. Problemas indigenistas no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1944, nº1, p. 09-18.

CASTRO, Josué de. Áreas alimentares do Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Julho de 1945, nº3, p. 191-205.

COSTA, Angyone. A alimentação de nossos índios. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Julho de 1943, nº3, p.221-226.

HENRY, Jules. The Kaingang Indians Santa Catarina, Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1942, nº 1, p. 75-79.

GAMIO, Manuel. Editoriais. **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, julho de 1942; janeiro de 1943; julho de 1944; janeiro de 1945.

_____. Las características culturales y los censos indígenas. **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, julho de 1942, p. 15-19.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Abril de 1943, nº2, p.153-160.

_____. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Outubro de 1943, nº4, p. 329-335.

_____. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1944, nº1, p.55-63.

_____. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Abril de 1944, nº2, p.133-142.

_____. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Julho de 1944, nº3, p.233-236.

_____. O problema de civilização dos índios no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Outubro de 1944, nº4, p.323-333.

_____. Índios do Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Outubro de 1945, nº4, p. 309-315.

PETRULLO, Vincenzo. General Cândido Mariano da Silva Rondon, Sertanist and Indianist. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1942, nº1, p. 81-83.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Problema Indígena. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1943, nº1, p. 23-37.

VASCONCELOS, Vicente de Paula. A obra de proteção ao indígena no Brasil. In: **América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano**. México, Janeiro de 1941, nº1, p. 21-28.

Outras fontes

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Atividades do Ministério da Agricultura em 1942**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1943, p. 127-160.

ESCOBAR, Ildefonso. **A Marcha para o Oeste: Couto Magalhães e Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 1941, p. 116.

GAMIO, Manuel. **Forjando pátria: pro nacionalismo**. México: Librería de Porrúa Hermanos, 1916.

IBGE. Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, jan-mar., 1943, p. 168. Disponível na Biblioteca Digital do IBGE: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n1.pdf (Acesso em 16/11/2019)

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Discurso na criação do SPI, em 07/09/1910. **Documentos do Museu Histórico do Exército** - acervo não catalogado.

_____. **Rondon conta sua vida** (transcrito por Esther de Viveiros) [1958]. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 2010.

SCHULTZ, Harald. Protocolo da Seção de Estudos de 14 de março de 1942. SPI: Rio de Janeiro. **Museu do Índio**, arquivo SEDOC, FUNAI, Rio de Janeiro, microfilme 336.

VON IHERING, Hermann. A antropologia do estado de São Paulo, **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 7, 1907, p. 202-57.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Crítica Antropológica: hombres e ideias**. México: FCE, 1990.

AHLSTEDT, Wilbert Terry. **John Collier and Mexico in the Shaping of U.S. Indian Policy: 1934-1945**. Faculty of The Graduate College of the University of Nebraska, Lincoln, Nebraska, 2015 (Dissertation of Doctorate), 362 pág. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/historydiss/82/> (acesso em 09/05/2018).

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**: notas de investigación. Bogotá/Buenos Aires: Norma, 2006.

_____. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BARBOSA, Rodrigo Lins. **O Estado e a questão indígena**: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2016 (Dissertação de mestrado).

BASTIDE, Roger. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BLANCHETTE, Thaddeus. La antropología aplicada y la administración indígena em los Estados Unidos: 1934-1945. In: **Desacatos**, n.º. 33, maio-agosto 2010, p. 33-52.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana 1883-1911**: Antologia. Organização e introdução de George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.

_____. **Antropologia cultural**. Organização de Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico. **Revista Digital de Cinema Documentário**, n.º 3, 2007, p. 137-157. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/03/artigo_paulo_cesar_boni.pdf. (Acesso em 18/10/2019)

BONJUNGA, Carlos. **Roquette-Pinto**: O corpo a corpo com o Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

BORGES, Paulo Humberto Porto. **Fotografia, história e indigenismo**: a representação do real do SPI. Campinas, 2003. (Tese de Doutorado)

BORGES, Paulo Humberto Porto; BORGES, Liliam Faria Porto. Fotografia e Interação: o indígena civilizado nas lentes do Serviço de Proteção ao Índio. In: **Em tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, n.º. 19, Brasília, ago/dez. 2011, p. 48-77.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: **Viagem Incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000). A Grande Transação**. São Paulo, vol.2,1999-2000, p.287-315.

COUTO, Ione Helena Pereira. **Armazém da memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2009 (Tese de doutorado).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio**: Ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEL VALL, José; ZOLLA, Carlos. Introdução. In: DEL VALL, José; ZOLLA, Carlos (comps.). **Documentos fundamentais del indigenismo en México**. México: UNAM, 2014.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina**: hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, 2007.

DIAS, Natally Vieira. América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945). In: VIDAL, Adriane; MAÍZ, Claudio (orgs.). **Nas tramas da cidade letrada**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265

DUARTE, Regina Horta. **A Biologia Militante**: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México: FCE, 1999.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Antropologia Cultural**: um itinerário para futuros professores de História. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Sagas sertanistas**: Práticas e representações do campo indigenista no século XX. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005. (Tese de Doutorado)

_____. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo, 2009.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavantes (1937-1988). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 20, nº 39, 2000, p. 15-42.

GIRAUDO, Laura. Celebrar a los indígenas, defender al indigenismo: el “Día del Indio” y el Instituto Indigenista Interamericano. In: **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, vol. 43, nº 1, jan-abr, 2017, p. 82-97.

_____. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). **La ambivalente historia del indigenismo**: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 21-98.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HECK, Egon Dionisio. **Os índios e a caserna**: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1987. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996, 151 p.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: Estado nacional e narrativas da nação (1776-1900). São Paulo: EDUPS, 2018.

KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: Altamirano, Carlos (ed.). **História de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” em el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p.419-432.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (ed.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

_____. A identificação como categoria histórica. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Ed.). **Os poderes e as terras dos índios**. Rio de Janeiro: PPGAS, 1989.

_____. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios do Brasil** (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155-172.

_____. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade, e formação do Estado no Brasil. Editora: Vozes. Petrópolis, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC. 1998.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. **Cuadernos del CILHA**. Mendoza-Argentina, v. 12, nº 14, 2011, p. 75-91.

MARTINS JUNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: Impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº49, p. 43-75, 2005.

MENDOZA, Carlos Alberto Casas. **Nos olhos do outro**: nacionalismo, agências indigenistas educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005. (Tese de Doutorado).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº45, p.11-36, 2003.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. O Serviço de Proteção aos Índios e o Tribunal Especial na Amazônia. **Site Brasiliana Fotográfica**. 26 de abril de 2018. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=11970>. (Acesso em: 12/06/2020).

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 50.

- PALACIOS, Guillermo. **Intimidades, conflitos e reconciliações**: México e Brasil, 1822-1993. São Paulo: Edusp, 2008.
- PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina 1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- PINNEY, Christopher. A história paralela da antropologia e da fotografia. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. UERJ – Rio de Janeiro, vol.2, 1996, p. 29-52.
- PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como soportes materiales, prácticas sociales y espacios de sociabilidade. In: **Revistas culturales 2.0**. p. 1-9. Disponível em: <https://www.revistas-culturales.de/es/buchseite/alexandra-pita-gonz%C3%A1lez-las-revistas-culturales-como-soportes-materiales-pr%C3%A1cticas>. (Acesso: 03/06/2020).
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- REYES NOVAES, Andrés; RAMÍREZ PALACIOS, David. Demarcação e Divulgação dos Limites entre o Brasil e a Colômbia. **Terra Brasilis** (Nova Série), nº 6, 2015, p. 1-9.
- RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SAI/MA, 1962.
- _____. **Confissões**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RIBEIRO, Leticia Rita. **O indigenismo peruano na revista *América Indígena*: órgão trimestral del instituto indigenista interamericano (1941-1946)**. Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica. Departamento de História da UEM-CRV, 2017.
- RICCO, Sergio. Moisés Sáenz y su paternidad negada en la historia de la antropología latinoamericana. **Pacarina del Sur** [En línea]. Año 6, n. 23, p.1-13, abril-junio, 2015.
- ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. Marechal Rondon e a trajetória de um militar sertanista na primeira república brasileira: Investigação sobre a intervenção do estado e o processo civilizador da população indígena. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, vol. 43, nº. 1, p. 122-134, jan –abr, 2017.
- SÁ, Luiza Vieira. **Rondon**: o agente público e político. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História, 2009. (Tese de Doutorado), 230 p.
- SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizonte Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995.
- SANTOS, Guilherme Gomes dos. A polêmica indigenista norte-americana nas páginas da revista *América Indígena* (1942-1945). **Anais VIII Congresso Internacional de**

História da UEM. Maringá: Programa de Pós-Graduação em História da UEM, 2017, p. 1-8. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3522.pdf>.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: **América: Cahiers Du CRICCAL.** Paris, 1992, p. 9-16.

SCHWARCZ; Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** Companhia Das Letras, 1993.

SOUZA, Bruna Nunes de. A obra do pintor Francisco Goitia no discurso indigenista de *América Indígena: órgão oficial del Instituto Indigenista Interamericano* nos anos 50. **Anais do IX Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá,** PPH-UEM, 2019, p. 1056-1065. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QSIDyEAebZQbSno95fi9HIE0B3vlosbd/view> (acesso em 14/07/2020)

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O Direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. **Revista IIDH,** vol. 15, 1992, p. 145- 164.

SILVA, Orlando Sampaio. O antropólogo Herbert Baldus. **Revista de Antropologia,** São Paulo, USP, 2000, v. 42, n° 2, p. 23-79.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.

STOCKING, Jr., George W. Introdução: Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana 1883-1911.** Antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora UFRJ, 2004, p. 15-38.

SOCHODOLHACK, Larissa Foss. Imagens do “índio” na revista *América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano* (1941-1945). **Anais Eletrônicos do XIII Encontro Internacional da ANPHLAC.** Mariana-MG: ICHS, 2018, p. 453-465.

_____. **Imagens do “índio” na revista *América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano* (1941-1945).** Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica. Departamento de História da UEM-CRV, 2017.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. In: **História, Ciências, Saúde-** Manguinhos. Rio de Janeiro, v.18, 2011, p.191-223.

_____. Rituais e festas do Bororo. A construção da imagem do índio como “selvagem” na Comissão Rondon. In: **Revista de Antropologia.** São Paulo, USP, 2002, V. 45 n° 1. p. 187 - 219

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a adversidade humana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1993.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da fome no Brasil. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008.